

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**INTER-AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO NA COMUNIDADE ESTAÇÃO
DOS VENTOS – SANTA MARIA, RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marcelo Bêz

Santa Maria, RS, Brasil

2013

INTER-AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NA COMUNIDADE ESTAÇÃO DOS VENTOS – SANTA MARIA, RS

Marcelo Bêz

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração, Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Lauro César Figueiredo
Co-Orientador: Prof. Dr. Valdir Nogueira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**INTER-AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO
NA COMUNIDADE ESTAÇÃO DOS VENTOS – SANTA MARIA, RS**

elaborada por
Marcelo Bêz

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Lauro César Figueiredo, Dr.
(Presidente/Orientador)

Valdir Nogueira, Dr.
(Vice-Presidente/Co-Orientador)

Sônia Maria Marchiorato Carneiro, Dra. (UFPR)

Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 21 de junho de 2013.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

(Jorge Larrosa Bondía)

AGRADECIMENTOS

Lembro os saberes, os sabores, os valores, os limites, as capacidades, as (im)perfeições e a inconclusão das pessoas (às quais me incluo) que me foram ensinados carinhosamente pela minha Mãe. Ela, essa pessoa complexa em sua plenitude existencial, ensinou-me que é preciso respeitar as pessoas, ajudar as pessoas, amar as pessoas acima de qualquer coisa e essa foi, e tem sido, a base das práticas e da construção do objeto da pesquisa.

Poderiam perguntar por que comecei agradecendo à minha Mãe pelo amparo e pelo conforto nas horas difíceis. Primeiro, porque ela mostrou-me o quanto é importante ter esperança, acreditar, correr atrás dos próprios sonhos, e um dos meus sonhos é poder dar uma contribuição, por menor que seja, à construção de um mundo melhor, mais justo, mais fraterno, mais humano. Segundo, devido ao fato dela ser uma das únicas pessoas que admiro e venero na vida, por sua integridade, honestidade, humanidade, coerência, fé, inteligibilidade e, ousaria ainda dizer, onipresença, pois ela está junto comigo sempre.

Sei o quanto é tendencioso escrever sobre a própria Mãe, mas também sei o quanto ela batalhou comigo e merece esse pequeno e singelo agradecimento. Afinal, se não fosse por ela, não estaria nem redigindo este texto acerca de um sujeito cuja existência está conectada a existência dela;

A Deus, minha maior força e minha vitória;

Aos meus familiares que, mesmo distantes, sempre estiveram prontos para dar uma palavra de apoio e força nos momentos mais difíceis:

- Meu pai, Valentin Bêz, que de uma maneira pouco convencional me ensinou a complexidade da simplicidade;
- Meus irmãos, César Augusto Bêz e Maura Regina Bêz, dos quais sinto profunda saudade;
- Minhas sobrinhas e meu sobrinho, Juliana Regina Matielo, Júlia Cristina Matielo e João Ricardo Matielo, que trouxeram luz e alegria à família;
- Meus tios e tias maternos e paternos, que de alguma maneira me mostraram a importância da família;
- Meus avós paternos (memória), meu avô materno (memória) e minha avó materna (memória), que em sua doença degenerativa teve a capacidade de lembrar de seu neto mais polêmico;

Aos meus amigos que, mesmo distantes, permitiram compreender a importância e o peso desse sentimento tão complexo que é a amizade;

Aos muitos sujeitos-educandos com os quais trabalhei e trabalho ao longo dos últimos seis anos, motivadores da luta constante por outra educação, mais humanizadora e libertadora;

Aos Professores Valdo Hermes de Lima Barcelos, Sônia Maria Marchiorato Carneiro e Celso Ilgo Henz, pelas contribuições na qualificação do trabalho e pela dedicação em construir uma educação mais comprometida e envolvida com as pessoas;

Aos atores sociais comunitários, público e educador que participaram como sujeitos deste estudo, pelos complexos diálogos, ricas contribuições e por permitirem a inserção em seu espaço de vida para a concretização do mesmo;

Aos demais moradores que de alguma maneira alimentaram a necessidade de construção da pesquisa, demonstrando sentimentos como pertencimento, reconhecimento, identificação e apego ao lugar;

Em especial ao Professor Lauro César Figueiredo, pelas oportunidades, aprendizagens mútuas, orientações e pela amizade construída no decorrer deste trabalho;

Também em especial ao Professor Valdir Nogueira, pelas significativas contribuições, oportunidades de crescimento e ressignificação da visão de mundo, pelo empenho, pelo exemplo de amor ao trabalho e de esperança na construção de um mundo melhor, mais digno e humano;

Obrigado a todos(as) por fortalecer meus sonhos, pela boniteza do caminho construído na interação entre pesquisador, sujeitos, espaço comunitário e a força vital que rege todas as coisas.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

INTER-AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NA COMUNIDADE ESTAÇÃO DOS VENTOS – SANTA MARIA, RS

AUTOR: MARCELO BÊZ

ORIENTADOR: LAURO CÉSAR FIGUEIREDO

CO-ORIENTADOR: VALDIR NOGUEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de junho de 2013.

O trabalho foca a ocupação Comunidade Estação dos Ventos como espaço-cidadão no contexto do município de Santa Maria, região central do RS, na perspectiva do pensamento socioambiental complexo. O objetivo deste estudo foi investigar a relação entre as ações planejadas pelos moradores da ocupação e as ações promovidas pelo poder público na direção da resolução dos problemas socioambientais locais visando o desenvolvimento sustentável em escala local. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, optando-se pelo estudo de caso. Partido de uma investigação exploratória, com os moradores da comunidade, representante do poder público e educador, mediante entrevistas e observações diretas, foi escolhida a comunidade por ser uma realidade diferencial no contexto do município, além de ter sido objeto de estudo de pesquisas e trabalhos anteriores. O levantamento de dados, na comunidade, deu-se por observações diretas em trabalhos de campo realizados no lugar, além de outras técnicas: entrevistas semi-estruturadas com os distintos atores sociais (identificação dos principais problemas socioambientais na comunidade; levantamento das intenções que levaram a pensar e definir ações para o desenvolvimento local; e verificação das condições de vida, a identidade, o sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos comunitários); e análise de documentos – as atas das reuniões da Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Estação dos Ventos, o Estatuto Social da mesma, pedidos de ligações de água, abaixo-assinados, o Estudo de Impacto de Vizinhança e mapas. O tratamento dos dados embasou-se no método de análise de conteúdos temáticos, procurando significados no discurso dos sujeitos, quanto à questão da interrelação entre as diferentes ações para o desenvolvimento local. Os resultados revelaram que a comunidade possui problemas socioambientais como inúmeras outras áreas do município, mas que esta se auto-eco-organiza para lutar e promover movimentos na direção da conquista de seus direitos cidadãos, buscando a qualificação da vida que deveria ser proporcionada e ofertada pelo poder público local. As observações em campo mostraram obras já iniciadas para a resolução de alguns problemas que acabaram se tornando novos problemas, e que com a chegada das eleições foram interrompidas e esquecidas, gerando nova mobilização e organização popular dos moradores para lutar pela retomada das mesmas. Esse encaminhamento socioespacial revela a despreocupação e o descaso do poder público pelas questões locais, promovendo ações na direção de uma pseudoconcreticidade e da manutenção da condição de oprimidos em um espaço excludente. Tais constatações evidenciam a necessidade de um compromisso ético-político dos representantes do poder público pela dignificação da vida na comunidade, incluindo a resolução dos problemas socioambientais locais; nesse

sentido, importa rever as formas de articulação de saberes entre comunidade e poder público ao planejar ou realizar ações eficazes e comprometidas com a realidade local, criando oportunidades de diálogo e discussões para construir um saber coletivo complexo.

Palavras-Chave: Comunidade. Problemas Socioambientais. Ações. Atores Sociais. Interrelação Comunidade e Poder Público.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Geography Post-Graduation Program
Federal University of Santa Maria

INTER-ACTIONS FOR LOCAL DEVELOPING: A STUDY AT ESTAÇÃO DOS VENTOS COMMUNITY – SANTA MARIA, RS

AUTHOR: MARCELO BÊZ

ADVISOR: LAURO CÉSAR FIGUEIREDO

CO-ADVISOR: VALDIR NOGUEIRA

Date and Place of Defense: Santa Maria, June 21, 2013.

This research focuses on the Estação dos Ventos (Wind Station) Community occupation as a citizen-space at the context of Santa Maria city, central region of RS, through the perspective of complex social-environmental thinking. This study's objective was to investigate the relation between actions which were planned by the residents of the occupation and actions which were promoted by the public administration towards solutions for the social-environmental problems, aiming for the sustainable development on a local scale. To this approach of qualitative nature, the case study was adopted. Starting on an exploratory investigation, with the community residents, representative government and educator, through interviews and direct observations, the community was chosen for its different reality on the context of the city, and for having been study object of previous works. Data survey was done at the community by direct observations on field works done at the place, and also by other techniques: semi-structured interviews with distinct social actors (identification of the main social-environmental problems at the community; survey of the intentions which led to think and define actions for local developing; and verification of life conditions, identity, sense of pertaining and recognizing of the community subjects); and document analysis – the records of reunions of the Community Association of Estação dos Ventos Development, its Social Statute, requests for water connections, petitions, the Neighbourhood Impact Study and maps. Data treatment was based on the thematic contents analysis method, looking for meanings in the subjects' discourses, about the question of the inter-relation between the different actions for local development. Results revealed that the community has social-environmental problems as many other areas of the city, but this one auto-organizes itself to struggle and promote movements towards the conquest of their citizens' rights, seeking a life qualification which should be provided and offered by the local public administration. Field observations show public works which were already initiated in order to solve some problems and ended up becoming new problems by being interrupted and forgotten during elections time, generating new popular mobilization and organization to demand their resumption. This social-spatial referral reveals the disregard and lack of concern of public administration for the local questions, promoting actions which aim to a pseudoconcreteness and to maintaining oppressed people in an exclusionary space. Such findings show the need for a public administration representatives' ethical and political commitment to the dignification of life in the community, including the resolution of the local social-environmental problems; in that sense, something that matters is to revise the ways of articulation of knowledge between community and public administration by planning or doing

actions which are effective and committed to the local reality, creating opportunities of dialog and discussion to build a complex collective wisdom.

Key-words: Community. Social-Environmental Problems. Actions. Social Actors. Inter-relations Community and Public Administration.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Delimitação empírica (de acordo com os trabalhos de campo e entrevistas realizadas anteriormente na comunidade) da Comunidade Estação dos Ventos	76
Mapa 02 – Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul	78
Mapa 03 – Transitoriedade entre diferentes escalas, do local ao global e do global ao local	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Etapas das observações	90
Quadro 02 – Momentos das entrevistas junto aos atores público, comunitário e educador	93
Quadro 03 – Fontes de evidência que foram utilizadas, resumo das ações que foram desenvolvidas durante o trabalho e seus objetivos	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estudo de caso específico	75
Figura 02 – Visão oblíqua da Comunidade Estação dos Ventos	78
Figura 03 – Trabalho de campo na Comunidade Estação dos Ventos em 2009	81
Figura 04 – Trabalho de campo na Comunidade Estação dos Ventos em 2010	81
Figura 05 – Creche Estação dos Ventos no contexto da comunidade	84
Figura 06 – Reestruturação do espaço da creche, com o aumento da área construída e mobilização de diferentes atores nesse processo	84
Figura 07 – Ligação da rede de água para as residências da comunidade	103
Figura 08 – Ligação primária da rede de esgoto sem conexão com as residências	106
Figura 09 – Rede de luz na Avenida Luiz Castagna com ligações nas residências próximas	106
Figura 10 – Placa informando período de início e conclusão das obras na comunidade	107
Figura 11 – Tampa da rede de esgoto e bueiro em processo de deterioração	108
Figura 12 – Rua próxima aos trilhos inundada em dia de chuva	110
Figura 13 – Alagamento causado pela falta de vazão do encanamento que leva a água da chuva até o rio	110
Figura 14 – Obra de infra-estrutura de acesso em uma das entradas da comunidade	122
Figura 15 – Rua Luiz Castagna com pré-pavimentação e obra da rede de esgoto inacabada dificultando o acesso	123
Figura 16 – Sede da associação de moradores da comunidade	130
Figura 17 – Área onde será construída a creche da comunidade e onde se acumula entulhos	130
Figura 18 – Criança brincando em meio ao lixo espalhado em um terreno desocupado na comunidade	144
Figura 19 – À esquerda muro que separa os galpões da ALL e o restante do município da comunidade, à direita	156

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com os atores sociais comunitários	201
Apêndice B – Roteiro da entrevista com o ator social público	204
Apêndice C – Roteiro da entrevista com o educador	207
Apêndice D – Termo de Consentimento	210

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Documentos negando os pedidos de ligação de água pelos moradores	213
Anexo B – Folheto de divulgação demonstrando a existência de movimentos político-partidários na comunidade	218
Anexo C – Estatuto Social do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos	220
Anexo D – Ata de Fundação e Eleição da Primeira Diretoria do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos	228
Anexo E – Mapa Construído pela Própria Comunidade Organizando a Distribuição dos Terrenos e Ações Locais	230
Anexo F – Abaixo-Assinado pela Representatividade e Reconhecimento das Decisões Coletivas na Comunidade com Relação à Sede da Associação Comunitária e Terreno Destinado à Construção de uma Horta	232

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	08
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE APÊNDICES	13
LISTA DE ANEXOS	14
SUMÁRIO	15

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I: CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO ESTUDO	25
1.1 A força do lugar e a sustentabilidade socioambiental	25
1.2 Gestão-força do lugar: ação participativa dos atores públicos e comunitários	40
1.3 A comunidade como lugar potencial de práticas político-sustentáveis na qualificação da vida	49
1.4 A escola e a formação de sujeitos-cidadãos atuantes na qualificação da sua comunidade de vida	66

CAPÍTULO II: INSERÇÃO NO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: NATUREZA E CAMINHOS DA PESQUISA	71
2.1 Natureza da pesquisa	71
2.1.1 Estudo de caso	72
2.2 Universo da pesquisa	77
2.2.1 Definição do campo da pesquisa	77
2.2.2 Contextualizando o campo da pesquisa	82
2.2.3 Sujeitos da pesquisa	85
2.3 Construção dos dados	86
2.3.1 Observação direta	87
2.3.2 Entrevista semiestruturada	90
2.3.3 Análise documental	94
2.4 Tratamento dos dados	96

CAPÍTULO III – “... ENTÃO, NO DIA DA DESOCUPAÇÃO, NASCEU A PERGUNTA: PARA ONDE É QUE VAMOS?” (S. T.) – ANÁLISE DOS DADOS	100
3.1 Problemas socioambientais relevantes sob o ponto de vista dos atores sociais comunitários, público e educador	102
3.1.1 Infra-estrutura básica associada a arranjos clandestinos	102
3.1.2 Mobilidade/organização socioespacial e ausência de ajuda do governo em conexão com a luta pela territorialidade	113
3.1.3 Acesso local e saúde vinculados a momentos de política/eleições	119
3.2 Ações locais para o desenvolvimento comunitário	125
3.2.1 Práticas assistencialistas de base político-partidária	125

3.2.2 Práticas de reuniões esporádicas pela associação de moradores	129
3.2.3 Organização jurídico-política na perspectiva da comunidade	136
3.2.4 Políticas públicas associadas à mobilização comunitária	142
3.3 Condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida	153
3.3.1 Identidade associada a dificuldades de convívio, preconceitos e exclusão dos atores sociais comunitários	153
3.3.2 Sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local .	163
3.3.3 Participação popular, envolvimento e valorização do potencial humano e político da comunidade	170
3.3.4 Experiência comunitária e qualidade de vida	178
CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
APÊNDICES	200
ANEXOS	212

INTRODUÇÃO

Pensar os problemas socioambientais de uma realidade na perspectiva de uma abordagem geográfica crítica, buscando refletir sobre a multidimensionalidade da relação homem e natureza, possibilita pensar o homem como sujeito, em sua incompletude e constante (re)desconstrução.

A abordagem geográfica sob a perspectiva ambiental relaciona-se intrinsecamente à natureza do objeto de estudo da Geografia – a espacialidade geográfica. Assim, inserir, na abordagem ambiental, a perspectiva humana – portanto, social, econômica, política e cultural – mostra-se como uma possibilidade para fazerem-se análises das relações que se estabelecem entre os elementos que conectam as ações dos atores sociais em vista do desenvolvimento local – atuação cidadã das populações locais/comunitárias e político-jurídicas dos atores governamentais.

Estudar a relação homem e natureza implica compreender a dinâmica de processos que têm provocado a degradação de ambos. Ao interferir nos processos complexos do espaço e, nesse contexto, na realidade socioambiental, o homem impõe uma racionalidade que está longe de promover uma coexistência harmoniosa e duradoura. (MENDONÇA, 2001, 2005; MORIN, 2005, 2011a, 2011b; LEFF, 2003, 2010a, 2010b, 2012).

No interior dessa racionalidade, destaca-se a aceleração da produção de bens materiais por uma indústria associada ao crescimento consumista, a qual tem provocado a degradação da natureza, dada a destruição da dinâmica natural da mesma. Essa degradação tem comprometido a qualidade de vida da população dos centros urbano-industriais, onde o homem aglomera-se, nos quais os rios, fundos de vales e bairros residenciais periféricos dividem o espaço com o lixo, a miséria e a violência em suas diversas formas. (LEFF, 2010a, 2010b; PORTO-GONÇALVES, 2010, 2011; SANTOS, M., 2004, 2006, 2007, 2012).

Neste sentido, pensando essa lógica que reproduz e alimenta o sistema econômico-político-social capitalista, a comunidade surge como um alento e como um lugar acolhedor, e que, de acordo com Bauman (2003), torna-se “uma palavra que carrega significados e sensações boas”. Na comunidade constroem-se e ressignificam-se valores, saberes, sentimentos, intencionalidades que fazem com

que as pessoas identifiquem-se com tal espaço material e subjetivo, porém também pode funcionar como uma forma de segregação, de depósito do que não é agradável e de individualização dos sujeitos que o vivenciam.

Por isso, a comunidade apresenta-se como ator social importante no processo de mobilização para a transformação de sua própria realidade. Neste aspecto, a comunidade pode ser pensada como um espaço-cidadão de construção de identidades, ao mesmo tempo singulares e coletivas, de solidariedade e reconhecimento. Lugar carregado de sensações, que sugere algo bom, onde os sujeitos comunitários sentem-se seguros, reconhecidos, pertencentes e onde idealizam prazeres que já não são mais encontrados na sociedade. O entendimento da comunidade como uma forma de presença dos indivíduos no mundo está relacionado ao sentimento de apego aos demais por meio do sentido de pertencimento com os “outros cidadãos” da comunidade. Assim, nas suas lutas coletivas e individuais, os atores sociais comunitários constroem os sentimentos de ser, estar e pertencer a uma comunidade a partir das suas diferenças, sendo que a diversidade e a pluralidade desses atores enriquecem as decisões e os movimentos. (BAUMAN, 2003; SACRISTÁN, 2002; TOURAINE, 1998).

A partir daí, a transformação do sujeito pessoal, ao receber um conteúdo social concreto, em sujeito coletivo ocorre por meio de um princípio de organização democrática da vida social e também um princípio de formação de uma ação coletiva. Essa transformação dá-se, primeiramente, pela passagem de sujeito isolado para a relação entre indivíduos reconhecidos ou mais exatamente se reconhecendo mutuamente como sujeitos. Nesse viés, Sacristán (2002, p. 180) afirma que: “A pessoa é um eu relacionado com certos interlocutores: a relação de indivíduo com sua comunidade é a fonte essencial da construção da identidade”. O indivíduo torna-se sujeito autônomo por meio do reconhecimento do outro como sujeito e do reconhecimento de si mesmo como sujeito. Além disso, o encontro do ser com um “ser-Outro” constitui o saber e produz o diálogo de saberes entre atores sociais público, comunitário e educador, sendo que isso ocorre a partir de suas diferenças, no horizonte infinito que anuncia um futuro projetável, não previsível, talvez inefável, mas realizável. (TOURAINE, 1998; LEFF, 2000, 2003, 2010a, 2010b, 2012).

Interconectado à comunidade, tem-se também o poder público como ator social significativo e representativo na qualificação da vida das pessoas desses

distintos espaços, desde que desenvolva propostas, projetos, ideias de ações políticas comprometidas com a legalidade do espaço destas. Legalidade no sentido de ter direito a ter direitos, de dispor dos mesmos deveres de outros espaços urbanos, de ser reconhecida e valorizada como espaço de formação-cidadã, de poder posicionar-se no que considera importante para o próprio desenvolvimento, de constar e aparecer nos planos diretores, de ter suas especificidades e sua presença no contexto municipal consideradas ao serem elaborados projetos e ações em seu benefício. (BAUMAN, 2000, 2003; CAMARGO, 2008; CHARLOT, 2000; FREIRE, 2001, 2011a; PORTO-GONÇALVES, 2011).

Torna-se importante destacar também o papel da escola como ator social capaz de interferir e atuar na vida da comunidade, sujeito coletivo que tem o poder de transformar diferentes realidades a partir da emancipação, da autonomia e da libertação dos educandos. Neste sentido, deve-se considerar que:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de 'amaciá-la' ou 'domesticá-la'. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de *achar* e obstaculiza a exatidão do *achado*. É preciso por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de *recedor* da que lhe seja transferida pelo professor. (FREIRE, 2011c, p. 121).

A escola deve possibilitar aos educandos a construção de uma consciência crítica diante da própria realidade, compreendidos como atores sociais e sujeitos capazes de transformar e qualificar a vida em comunidade. Sendo assim, a escola tem um papel importante em sua relação com a comunidade, pois é um dos lugares onde se estabelecem diferentes relações, dentre elas, as relações entre a arte de aprender e a arte de viver, entre a arte de saber e a arte de conhecer, a arte de pensar e a arte de sentir. Essas artes criam e recriam a realidade da escola por meio da cultura, afirmando o que é e pode ser a escola no contexto da comunidade, devido ao fato de ser uma obra humana, criação do homem. (NOGUEIRA, 2009, 2010; FREIRE, 2005, 2011a, 2011b, 2011c).

A possibilidade da presença crítica da escola nas interações com a comunidade, auxiliando na busca da resolução dos problemas socioambientais locais, parte do respeito pelos sujeitos da escola ao saber e à autonomia do

educando. Tais interrelações visam a mostrar que “[...] ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência¹ [...]”, sendo que essa sapiência deve ser incorporada para toda a vida. (MORIN, 2011c, p. 47). Dessa forma, a sapiência leva a pensar na relação da sabedoria popular construída pelos membros da comunidade e a ciência ressignificada em conjunto com a escola no contato com a realidade local, utilizando-se desta para propor formas de resolução dos problemas socioambientais. Ainda, neste sentido, infere-se que:

A partir dos pressupostos do comunitarismo, a escola tenderá a se organizar como uma microcomunidade que serve à comunidade na qual se insere, de acordo com os valores desta, restaurando-os e aprofundando-os, proporcionando aos indivíduos referências para a aquisição de uma identidade transparente, apoiada nos valores morais e na cultura de tal comunidade. Os professores deverão ser ‘a-filiados’ aos valores da comunidade, respeitosos guardiões e propagadores dos mesmos. (SACRISTÁN, 2002, p. 181-182).

A função da escola diante da comunidade passa a ser a de resgate, valorização e reconhecimento de saberes e valores construídos ao longo da história da comunidade. Nessa perspectiva, é importante pensar a relação entre sabedoria e ciência na transformação dos próprios sujeitos, que, posteriormente, terão o poder de transformar a comunidade. Essa transformação passa, necessariamente, pelo compromisso social da escola diante da comunidade, que deve criar alternativas para a restauração dos valores e a conseqüente emancipação social dos sujeitos. (MORIN, 2011c; SACRISTÁN, 2002; SANTOS, B. de S., 2007).

Diante disso, como forma de refletir sobre as relações entre os diferentes atores sociais, busca-se um enfoque orientado à construção de uma racionalidade social, aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade, oposta à racionalidade dominante que unifica a ciência e homogeneiza a realidade. A construção de uma *racionalidade ambiental* que apareça como um processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico responsável e comprometido com as pessoas e a natureza, mudanças institucionais e transformação social. Essa racionalidade está embasada num conjunto de valores que mobilizam os diferentes atores sociais para a concretização dos objetivos da sustentabilidade. Esses princípios dão-se através da organização de políticas científicas, da inovação de

¹ Palavra que engloba “sabedoria” e “ciência”. (MORIN, 2011c).

sistemas tecnológicos, da mobilização de estratégias políticas e da construção de instrumentos técnicos e normas jurídicas que possibilitem a sua tradução em processos de produção alternativos. Políticas essas comprometidas com a qualificação da vida na comunidade, compreendidas como arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas, partindo dos princípios da racionalidade ambiental. (LEFF, 2000, 2003, 2009, 2010a, 2010b, 2012; SANTOS, M., 2011).

A resolução dos problemas socioambientais e a construção de uma racionalidade ambiental orientada a construção de um desenvolvimento sustentável necessita da mobilização de um conjunto de processos sociais: a formação de uma consciência socioambiental-cidadã; o planejamento transetorial da administração pública e a participação da comunidade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização do diálogo de saberes, tanto na produção como na aplicação dos conhecimentos. A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental precisam passar, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diferentes atores sociais. (LEFF, 2012).

Diante dessas reflexões, a inserção, o diálogo, o respeito e o reconhecimento dos valores e da outridade dos sujeitos da pesquisa foram sentidos pelo pesquisador ao entrar em contato com a complexa realidade da Comunidade Estação dos Ventos. Esse contexto pode ser analisado pelo pesquisador em outros estudos: o projeto de pesquisa “A música no ensino da Geografia – uma abordagem do cotidiano da sociedade” edições 2009 e 2010; o projeto “Produção de um videodocumentário com os estudantes da Escola Celina de Moraes, Santa Maria/RS”, construído na disciplina de Geografia e Ensino III no ano de 2009; e o projeto “Questões socioambientais no bairro Km 3 sob a perspectiva da interrelação² entre escola e comunidade” desenvolvido na disciplina de Geografia e Educação II no ano de 2010. Nestes, o pesquisador teve a oportunidade de estabelecer um primeiro contato com a referida realidade, dialogando com alguns moradores sobre o cotidiano da comunidade e os problemas socioambientais existentes no seu espaço de vivência. As interrelações escola e comunidade e a importância da

² Neste estudo a palavra interrelação será usada sem o hífen para expressar conexão, relação, diálogo, de maneira coerente com a perspectiva socioambiental complexa pensada para o mesmo.

Creche Estação dos Ventos para o enfrentamento dos problemas socioambientais tiveram significativa importância nessas ações.

A inquietação, a desconforto, a desinstalação, a angústia e a ansiedade dos pesquisadores ao depararem-se com um lugar aparentemente esquecido pelo poder público no contexto de Santa Maria instigaram o desenvolvimento do presente estudo. Investigar os problemas socioambientais constantemente presentes na voz dos sujeitos desse espaço-lugar problematizador e o que o poder público tem feito para resolvê-los tornou-se o foco da pesquisa e o motivo do aprofundamento nos modos de pensar o mundo e o local em sua multidimensionalidade.

Mas, para pensar e transformar em ações neste estudo, foi preciso também sonhar, sonhar em qualificar a vida das pessoas da comunidade e sonhar que a partir daí se constituísse uma nova forma de relação dos moradores no/do/com o lugar, desencadeada por uma nova visão de mundo. Conforme Freire (2000), a transformação do mundo necessita tanto do sonho como da autenticidade deste, que depende da lealdade de quem sonha as condições históricas, materiais, nos níveis de desenvolvimento tecnológico e científico do contexto do sonhador.

Numa perspectiva de transformar a realidade de um lugar, no pressuposto do reconhecimento, da valorização e do respeito aos moradores, objetivando uma ação mobilizadora a presente pesquisa foi construída a partir do seguinte questionamento: Tendo em vista o desenvolvimento local, quais conexões se estabelecem entre as ações realizadas pelos moradores da Comunidade Estação dos Ventos e as ações planejadas pelo poder público, no sentido de resolução dos problemas socioambientais e qualificação da vida?

Para auxiliar na construção de respostas à questão de pesquisa, formularam-se algumas sub-questões:

- As ações promovidas pelos moradores da Comunidade Estação dos Ventos para resolverem problemas socioambientais, partiram de um processo de mobilização de uma gestão comprometida com o lugar?
- As ações, compreendidas como práxis transformadora, partem das relações dos gestores públicos municipais e da escola com a comunidade ou surgiram de práticas distantes do diálogo entre esses diferentes saberes?
- Como se dá a relação entre os atores sociais comunitários e públicos no sentido de resolução dos problemas socioambientais locais?

- De que maneira a comunidade é pensada e planejada, enquanto um espaço-lugar-força, pelo poder público no contexto do município?
- Qual a importância da escola, como ator social público, na formação dos sujeitos da comunidade e na resolução dos problemas socioambientais locais?

Buscando trilhar um caminho teórico-metodológico no enfrentamento da questão de pesquisa, a presente dissertação tem como principal objetivo: Investigar a relação entre as ações planejadas pelos moradores da ocupação Comunidade Estação dos Ventos e as ações promovidas pelo poder público na direção da resolução dos problemas socioambientais locais visando ao desenvolvimento sustentável em escala local. Para alcançá-lo, procurou-se:

- Identificar os problemas socioambientais mais relevantes, presentes na voz dos sujeitos que vivem na comunidade;
- Analisar as ações desenvolvidas pelos moradores no sentido de resolução dos problemas socioambientais e os planejamentos e projetos pensados pelo poder público para a Comunidade Estação dos Ventos;
- Avaliar as formas de articulação entre a comunidade e o poder público quanto a ações viáveis na resolução dos problemas socioambientais detectados;
- Investigar as interconexões da escola com a comunidade a partir das suas contribuições para a qualificação da vida no local.

Para organizar e delimitar de forma adequada deste estudo, a seguir, tem-se os capítulos que o relatam ordenadamente:

- **Construção teórico-metodológica do estudo:** na qual se busca fundamentar o trabalho por meio de autores que pensam segundo a perspectiva do pensamento complexo e procuram explicar ideias como a de comunidade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, qualidade de vida, entre outras, a partir das discussões da Geografia Socioambiental;
- **Inserção no campo de investigação: natureza e caminhos da pesquisa:** onde se tem uma pesquisa qualitativa embasada pelos pressupostos do estudo de caso, apresentando o universo, a definição, a contextualização e os sujeitos da pesquisa, também no que se refere às formas de construção dos dados e seu posterior tratamento;

- **Análise dos dados:** realiza-se uma descrição densa de cada uma das categorias construídas a partir da voz dos atores sociais comunitários, público e educador, trazendo autores que dêem significado e relevância às mesmas, também são feitas reflexões e avaliações das entrevistas, documentos e investigações exploratórias, embasados em aportes teóricos que dialogam com os resultados alcançados com os atores, sendo que este foi dividido em subcapítulos que especificam mais detalhadamente o alcance da pesquisa;
- **Considerações finais:** diálogos, reflexões e apontamentos por parte do pesquisador;
- **Referências bibliográficas:** autores e obras utilizadas no trabalho;
- **Apêndices:** documentos construídos pelo pesquisador;
- **Anexos:** documentos encontrados em campo.

CAPÍTULO I: CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO ESTUDO

O quadro conceitual e teórico apresentado a seguir, na perspectiva da Geografia Socioambiental, da Geografia Humanística em conexão com a Teoria da Complexidade, evidencia a construção social da realidade, onde as interconexões entre atores sociais e o meio acontecem em sua multidimensionalidade. A partir daí, as reflexões teóricas são organizadas em quatro tópicos: a força do lugar e a sustentabilidade socioambiental, gestão-força do lugar: ação participativa dos atores públicos e comunitários, a comunidade como lugar potencial de práticas político-sustentáveis na qualificação da vida e a escola e a formação de sujeitos-cidadãos atuantes na qualificação da sua comunidade de vida, que se entrelaçam, se interconectam, se complementam mutuamente, se inter-retro-alimentam em suas inconclusões, suas incompletudes e suas inacabilidades. (MORIN, 2005, 2011a, 2011b; FREIRE, 2001, 2005, 2011a, 2011b, 2011c).

1.1 A força do lugar e a sustentabilidade socioambiental

Antes de garantir um desenvolvimento sustentável, precisamos assegurar uma sociedade sustentável que então encontrará para si aquele desenvolvimento que lhe seja realmente sustentável.

Leonardo Boff

Nas reflexões do filósofo Aristóteles³ sobre os fundamentos da existência, ele colocou o princípio de que tudo que existe encontra-se em alguma parte. Dessa maneira, compreendeu que o lugar é uma condição necessária do ser. Contudo, “[...] não se podia conceber plenamente o ser sem compreender o lugar necessário para demonstrar <<a existência do lugar>>, enunciando <<as razões que o testam>>.” (MERCIER, 2009, p. 21, tradução nossa).

³ Mercier (2009) dialoga com as ideias do filósofo Aristóteles a partir de suas reflexões que trataram de fazer a demonstração no Livro IV de sua Física da criação de uma ciência do lugar. Sendo que suas ideias tiveram certo êxito e encontraram eco vinte séculos depois, quando, em 1908, Paul Vidal de la Blache denominou a Geografia como a ciência dos lugares.

Aristóteles afirmava ainda que existem duas dimensões fundamentais do ser: o lugar e o corpo, sendo que todo ser é um corpo que ocupa um lugar. Assim, enquanto existem lugares sem corpo, não existem corpos sem lugar. Nas palavras de Mercier:

[...] um lugar existe quando um corpo que suporta o poder de outro corpo é apropriado mais ou menos intensamente por este. Esta apropriação estabelece uma identidade entre o corpo assim apropriado e o lugar em que este poder se baseia. (MERCIER, 2009, p. 25, tradução nossa).

Neste sentido, o lugar surge a partir das complexas relações entre os corpos e a relação de identidade com tal espaço. Pode-se dizer que, sendo um lugar social, não existe efetivamente sem o lugar natural e sem as populações que o habitam. Por isso, o lugar social emerge como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais, que contêm a contradição necessidade-liberdade. (SILVA, 1991, p. 136).

O lugar como espaço de afirmação do ser nas suas relações com outros seres, como também na relação com o lugar natural, apresenta-se como constructo da vida em sua plenitude. As interconexões que ocorrem no lugar entre valores, saberes, sentimentos e intencionalidades de diferentes sujeitos demonstram a complexidade das ações cotidianas que acontecem nele. (SILVA, 1991; CARLOS, 2007; CALLAI, 2005; MORIN, 2011a).

Sendo assim, Santos, M. (2004, p. 152) destaca que o lugar “[...] é, antes de tudo, uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o ‘lugar’ específico é um objeto material ou um corpo. Uma análise simples mostra que um ‘lugar’ é também um grupo de ‘objetos materiais’[...]”, mas também, imateriais. Esse conceito de lugar, do ponto de vista teórico e metodológico, é precedido pelo conceito de espaço, mas está contido e constitui esse último a partir das complexas relações que se dão entre os sujeitos do lugar.

Nesse viés, de acordo com Nogueira (2011a), o lugar possui uma identidade, uma força que permite ao sujeito uma identificação no sentido de lugar-habitado, lugar pertencido. Dessa forma, o sentimento de pertencimento e o modo de viver em determinado lugar são influenciados pelos aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais que o estruturam, organizam e diferenciam-no em contextos maiores (estado, região, país, continente, mundo, cosmos). O lugar é carregado de possibilidades e de interferências, uma vez que, nesse espaço, as interconexões

dão-se no nível macro, caracterizando conexões externas; mas também e, principalmente, no nível micro, pelas conexões internas localmente mobilizadas.

Assim, a força do lugar fundamentada nos princípios de racionalidade ambiental parte da capacidade de mobilizar os diferentes atores sociais, em sua criatividade cultural e participação social, na construção das bases de um desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável que é compreendido como força impulsionadora de valores e capaz de construir uma nova forma de relação do homem com a natureza, que seja: igualitário, descentralizado, autogestionário e ecologicamente equilibrado, capaz de suprir as necessidades básicas das pessoas, que respeite a diversidade cultural e auxilie na busca de uma vida mais digna e com mais “boniteza”. (FREIRE, 2011a, 2011b, 2011c; LEFF, 2009, 2010b; NOGUEIRA 2011a, 2011b).

Refletindo sobre o conceito de racionalidade proposto por Leff, destaca-se que a mesma “[...] implica uma mudança de racionalidade social que inclui outras dimensões e não se restringe apenas à esfera produtiva”, sendo que: “[...] Seus princípios abarcam e se fundamentam em uma pluralidade de racionalidades culturais, a partir da qual se constroem diferentes caminhos para a sustentabilidade”. (2010b, p. 51). Aprofundando o diálogo, a racionalidade ambiental, segundo Leff, apresenta quatro dimensões interrelacionadas: “A racionalidade ambiental constrói-se através da articulação de quatro esferas de racionalidade:

- a) Uma *racionalidade substantiva*, que é o sistema de valores que orienta as ações individuais e processos sociais para os objetivos da gestão ambiental da sustentabilidade.
- b) Uma *racionalidade teórica*, que sistematiza os valores da racionalidade substantiva e os articula com os conceitos e teorias que permitem dar conta dos processos naturais e sociais, os quais proporcionam o suporte material e geram os procedimentos de legitimação ideológica e política para a construção de uma racionalidade produtiva, fundada em princípios de equidade e sustentabilidade.
- c) Uma *racionalidade técnica ou instrumental*, que produz os meios tecnológicos, assim como os vínculos funcionais e operativos entre os objetivos sociais e suas bases materiais mediante um sistema de meios eficazes.

d) Uma *racionalidade cultural*, constituída por uma diversidade de sistemas de significação, que particularizam os valores gerais da ética ambiental através das identidades étnicas e a integridade interna de cada cultura e que dão coerência e especificidade às suas práticas sociais e produtivas.” (2009, p. 304).

Dessa forma, constrói-se uma articulação entre racionalidades, que perpassa por princípios éticos e práticas produtivas do eco-desenvolvimento na construção de sociedades sustentáveis. Essas dimensões da racionalidade ambiental propostas por Leff possibilitarão a compreensão das interconexões entre os diferentes atores sociais e a comunidade a partir das suas distintas formas: material ou substantiva, teórica, técnica ou instrumental e cultural. A complexidade da racionalidade ambiental propõe que:

Estes processos de racionalidade substantiva, teórico-formal e técnico-instrumental estão entrelaçados com diferentes formas de ação racional que lhes correspondem: ações racionais com relação a fins e valores, ações afetivas e ações tradicionais que obedecem a práticas enraizadas em valores culturais. (LEFF, 2009, p. 284).

Essa racionalidade possibilita a construção de um sistema de regras de pensamento e comportamento que legitima as ações de grupos e agentes sociais, definindo um conjunto de práticas para o desenvolvimento de um presente e de um futuro sustentável.

A mobilização dos diferentes atores sociais em busca da resolução dos problemas socioambientais locais propicia pensar o lugar a partir do diálogo entre quem vivencia experiências sociopolíticas, econômicas e culturais neste e quem planeja ações governamentais para a qualificação do mesmo. Esse diálogo está fundamentado na racionalidade ambiental que traz a relação das pessoas entre si e com a natureza numa perspectiva de coexistência e a transformação social como bandeira de luta pela vida digna e salutar. (CALLAI, 2005; CHARLOT, 2000; CAMARGO, 2008; CARLOS, 2007; LEFF, 2003, 2010a, 2010b; MORIN, 2005, 2011b; TOURAINE, 1998).

Assim, diante dessa racionalidade ambiental que procura compreender as interrelações dos sujeitos com o meio, necessita-se de uma perspectiva teórica que auxilie a pensar os meios natural e social em suas conexões e complexidades. Segue que, atualmente, tem-se utilizado amplamente o termo *socioambiental*, pois

se tornou insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza ao pensar na problemática relação sociedade-natureza. (MENDONÇA, 2001). Nessa perspectiva, destaca-se que

O termo 'sócio' aparece, então, atrelado ao termo 'ambiental' para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea. (MENDONÇA, 2001, p. 117).

O significado atribuído à dimensão social desses problemas permitiu o uso da terminologia *socioambiental*, que não explicita somente a ênfase no envolvimento da sociedade como elemento processual, mas decorre também da busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora. A perspectiva da Geografia Socioambiental proporciona um constante repensar das ações, trazendo as interconexões homem-natureza e homem-homem como fundamentos de uma existência pautada na sustentabilidade.

Neste sentido, Leff (2010b) afirma que o processo de construção da sustentabilidade dar-se-á a partir do reposicionamento do ser, habitado pelos saberes locais, gerado por um diálogo de saberes que, para além do encontro entre os conhecimentos disciplinares das ciências, se abre para a diversidade, a diferença e a outridade. Essa última implica um respeito ao saber do *outro* que não se reduz a um saber comum e a um conhecimento objetivo, mas que remete à outridade desconhecida, ao potencial humano e social que constrói e dá identidade aos lugares e ações.

O respeito ao saber do outro, ou seja, à outridade desconhecida por meio da interlocução entre saberes locais e saberes relacionados a ações incumbidas ao poder público direciona a construção da sustentabilidade socioambiental numa perspectiva cidadã e de qualificação da vida. Tais interrelações referem-se ao complexo espaço da ocupação Comunidade Estação dos Ventos, *locus* da construção de saberes de sujeitos que lutam pela valorização e pelo reconhecimento de sua outridade. Esse reconhecimento dá-se a partir do diálogo de saberes, sendo que:

O diálogo de saberes fertiliza a diversidade cultural e recria o mundo; não é apenas confluência de pensamentos e conhecimentos, mas uma série sem

fim de relações de outridade entre seres diferenciados, em que as solidariedades e confrontos de saberes geram novas identidades, singulares e heterônomas, que fortalecem cada autonomia nas sinergias de encontros com o outro e o diferente. (LEFF, 2010b, p. 130).

O diálogo de saberes proporciona um (re)pensar das ações, visando ao desenvolvimento local, no que diz respeito à resolução dos problemas socioambientais locais. Essa resolução de problemas socioambientais locais a partir da correlação de forças – poder público e comunidade – carrega um valor altamente positivo sob o ponto de vista político, cultural e cidadão, pois escapa da tendência desmobilizadora da percepção dos problemas globais, distantes da realidade local. (CHARLOT, 2000; LEFF, 2010b, 2012; MORIN, 2011b; NOGUEIRA, 2011a, 2011c).

Esses problemas são sistemas complexos, que envolvem diferentes processos de racionalidades, ordens de materialidade e escalas de espaço e tempo. A problemática ambiental é o campo privilegiado das interrelações sociedade e natureza, motivo pelo qual seu conhecimento demanda a totalidade e um método interdisciplinar que possibilitem a conexão das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da cultura, da economia e da tecnologia. (LEFF, 2000).

O tratamento das questões socioambientais, levando-se em consideração que representa visões e interesses distintos, não deve ser feito exclusivamente pelas ciências; é preciso que a população afetada participe integralmente das ações e decisões através do diálogo de saberes, relatando conhecimentos e fatos imprescindíveis para a transformação da realidade. Dessa maneira

[...] os conflitos ambientais que estão na raiz da problemática ambiental, e que implicam visões e interesses diferenciados, nos quais se inscrevem diferentes formas de saber e estratégias de poder no saber, não poderão anular-se, segurar-se e reintegrar-se dentro do campo próprio das ciências; por mais que estas contribuam para a clarificação e solução destes problemas, sua compreensão demanda uma abertura do cerco das ciências para um diálogo de saberes. (LEFF, 2000, p. 37).

O trabalho e o envolvimento com os problemas socioambientais partem do princípio de que a luta contínua dos moradores, o restabelecimento das relações na organização e gestão do seu ambiente de vida cotidiano não venham afetar ou gerar novos problemas socioambientais para a comunidade. Assim, a perspectiva socioambiental implica questões complexas multidimensionais nos modos de conhecer, estar e relacionar-se com os espaços locais, implica outros valores, o que

por si só coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica um outro conceito de lugar de vivência e, conseqüentemente, outras formas dos seres humanos relacionarem-se entre si, com outros seres vivos e o mundo inorgânico. (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Inserir-se ou afetar-se de realidade, relacionado à ideia de afetar, afetação, o indivíduo afetado pela sua realidade, mergulhado nela, como diria Freire (2005, p. 9): “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados.” Os afetos no sentido de pertencer, sentir e, também, no sentido de afetar, provocar mudanças a partir do olhar, da subjetividade do outro, constitui um processo dialético de conhecer e compreender o mundo, importante para o ato de pesquisar. Nas palavras de Loureiro:

A realidade concreta tem uma objetividade para além de nossa subjetividade, o que permite sua problematização racional e uma subjetividade nos sujeitos para além de sua objetividade, o que possibilita historicamente a mudança cultural e estrutural, em que ambas se constituem em relações de reciprocidade. (LOUREIRO, 2004, p. 269).

Tentar compreender, inserir-se, dialogar, atribuir valores a partir da voz dos sujeitos que vivenciam e dos que governam uma realidade, aproximar-se e afastar-se num movimento dialético para procurar visualizar a quase-totalidade desse espaço complexo necessita pensar e agir de modo integrado a partir de uma nova visão de mundo e da vida. Trazer a crítica e a ação transformadora simultânea da consciência e da realidade, sem dicotomizar sociedade e natureza, prática política e mudança sensorial-cognitiva, constitui-se como desafio e um enfrentamento necessário.

É a partir desse desafio, enfrentamento necessário e mobilização de forças, que se propõe pensar no potencial do lugar, mediante sujeitos-agentes, em sentido de possibilidades de mudanças no nível macro, em escala mundial e planetária. O global não existe sem o local, há uma relação de interdependência, principalmente no sentido de sociedades em rede (SANTOS, M., 2004, 2006, 2007; CAMARGO, 2005; MOREIRA, 2006). Para tal, torna-se necessário olhar para o lugar em suas especificidades e singularidades.

De acordo com Camargo, pode-se compreender que:

[...] o global e o local interconectam-se mantendo as características do local mesmo sob a influência dos processos mundiais. Cada local é uma combinação própria de eventos ligados a uma determinada forma geográfica, criando, assim, um fenômeno unitário que dá a característica própria à região ou ao lugar e que também possui a participação de fluxos externos que interferem nessa rebelião de variáveis. (2008, p. 125).

A representação da força do lugar, aliás, vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade. Por isso, o pensamento-força do lugar está contido nas suas interconexões com outros contextos, nas suas relações de construção de identidades singulares, na valorização das forças (poderes político, econômico, cultural, social, natural). O lugar pensado sob o ponto de vista da participação dos sujeitos na sua e na comunidade global; das suas intervenções, pelo seu modo de vida e de condução dos sistemas sociopolítico, econômico e socioambiental; em suma, as dinâmicas processuais no universo de vida das pessoas, que habitam os lugares, que fazem de sua cultura própria também ser a multicultural. (NOGUEIRA, 2011a, 2011b; SANTOS, M., 2004, 2006, 2007, 2012; MERCIER, 2009; CARLOS, 2007; CALLAI, 2005).

O lugar sob o ponto de vista da participação dos sujeitos é marcado pela sua identidade, seu potencial, pela força das práticas político-sociais em termos de uma sustentabilidade da vida. As características físico-sociais do lugar, enquanto fontes de riquezas socioambientais, possibilitam o desenvolvimento de comunidades-força de sujeitos que lutam pelo reconhecimento e pela valorização de sua identidade. Diante dessas colocações, é fundamental que se leve em consideração as peculiaridades do lugar, as características singulares que ele tem, seus diferenciais em relação a outras realidades, outras localidades. Essas peculiaridades são construídas com base nos valores e princípios da racionalidade ambiental que, além de pensar em uma economia mais harmônica com a natureza, traz à cena os valores do humanismo: a dignidade humana, os sentidos da existência, a solidariedade social, o cuidado da natureza e o encantamento pela vida. (NOGUEIRA, 2011a, 2011b, 2011c; SANTOS, M., 2007, 2012; MORIN, 2011a, 2011b; LEFF, 2009, 2012a, 2010b, 2012).

A realidade da comunidade, como um lugar complexo, caracterizado pelas interrelações dos sujeitos com o meio, é um espaço de luta e resistência diária pela afirmação e pelo reconhecimento desta enquanto espaço cidadão. A comunidade

dos sonhos, imaginada, que produz uma “sensação de aconchego” é alimentada pela diferença em relação à “dura realidade”. Diante disso, cria-se um problema para a comunidade imaginada a partir da diferença entre a comunidade dos sonhos e a “comunidade realmente existente”. A primeira pretende ser a comunidade encarnada, coletividade que exige lealdade incondicional e trata tudo que ficar além de tal lealdade como um ato de imperdoável traição. A “comunidade realmente existente” exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. (BAUMAN, 2003).

A partir das ideias de Bauman, questiona-se: essa fidelidade à comunidade de alguma maneira desqualifica ou torna o espaço coletivo menos atrativo e agradável? Viver no espaço comunitário, permeado de relações entre pessoas e destas com a natureza, constantemente bombardeado por afetos e desafetos, pela imprevisibilidade da ordem local e pela riqueza de saberes ressignificados no contato com o outro, pode ser considerado como algo danoso ou, mesmo, de atraso?

Para a produção e reprodução da vida em comunidade, como trabalhado anteriormente, necessita-se de luta e enfrentamentos constantes. Luta pela transformação desse lugar com a resolução dos problemas socioambientais que afetam a qualidade de vida e enfrentamentos de aspectos como o preconceito, a desvalorização, o abandono, a negação, o desrespeito e até mesmo o suposto “esquecimento” por parte do poder público. Qualidade de vida em comunidade entendida não apenas como a satisfação das necessidades básicas e do bem estar material, mas também como o direito a uma vida digna, ao pleno desenvolvimento das faculdades humanas e à “[...] realização de suas aspirações morais, intelectuais, afetivas e estéticas mediante a reconstrução do ambiente constitutivo dos mundos de vida das pessoas”. (LEFF, 2009, p. 290).

Essa constante luta pelo direito de reconhecimento dos lugares, em sua condição de espaços-cidadãos, formadores de atores sociais que buscam a qualificação da vida, precisa partir de uma nova perspectiva, de uma nova visão de mundo que seja capaz de promover transformações pessoais e coletivas. Sendo assim, Mendonça afirma que a Geografia Socioambiental, enquanto perspectiva que propõe o diálogo de saberes rumo a uma nova sustentabilidade destaca que:

A natureza cambiante do mundo contemporâneo, e da intensidade da velocidade que o qualifica, impõe a necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da geografia. Impõe sobretudo a abertura das mentes para se criar o novo, o diferente, o que superará o estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que tão marcadamente ainda caracteriza o presente. Um novo pensamento, desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois lhe proporcionam a experimentação de ousadas e profundo repensar de formulações. (2001, p. 129).

A difusão do pensamento geográfico socioambiental possibilita aos sujeitos de uma realidade pensar as complexas interrelações entre estes e o meio, ou entre si, com base na multidimensionalidade do lugar. A Geografia Socioambiental tem como objeto a interação entre sociedade e natureza, levando em consideração a complexidade dessas relações. Esse objeto, porém, não pode ser concebido como derivado de uma realidade na qual seus dois componentes sejam enfocados de maneira estanque e como independentes, pois a relação dialética entre eles é que dá sustentação ao mesmo. (MENDONÇA, 2001).

A interdependência dos seres nesse mundo que rapidamente globaliza-se demonstra que nenhum sujeito pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Existem tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lutar individualmente, por isso, a necessidade de interrelacionar diferentes atores sociais na busca do desenvolvimento sustentável do lugar.

Ao tratar do desenvolvimento sustentável das comunidades, é preciso que se tenha uma ideia do que venha a ser essa forma de desenvolvimento. Assim:

O Desenvolvimento Sustentável é uma proposta incompleta, não constitui um modelo nem muito menos um paradigma como chegou a se considerar. Se trata de uma abordagem que oferece algumas possibilidades para ativar discussões sobre velhos problemas não resolvidos e que nos permite avançar no esclarecimento de elementos estratégicos para reforçar a transição para condições globais mais justas. Este não é um problema de curto prazo. (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 1998, p. 50, tradução nossa).

Neste sentido, aprofundando a ideia de desenvolvimento sustentável, destaca-se que este resulta de um comportamento consciente e ético diante dos bens e serviços limitados da Terra, impondo um sentido de justa medida e de autocontrole contra os impulsos produtivistas e consumistas, impostos pela cultura dominante. Um desenvolvimento sustentável pautado na racionalidade ambiental abre a possibilidade de mobilizar o potencial dos processos ecológicos, da inovação

científico-tecnológica, assim como da criatividade cultural e da participação social. Igualitário, descentralizado, autogestionário e ecologicamente equilibrado, capaz de satisfazer as necessidades básicas dos sujeitos da comunidade, respeita a sua diversidade cultural e qualifica sua vida. (BOFF, 2012; LEFF, 2009, 2010).

Sendo assim, propõe-se um desenvolvimento construído a partir do conhecimento e dos saberes culturais sobre a riqueza biológica e os potenciais ecológicos da comunidade. Tal desenvolvimento deve estar embasado numa racionalidade ambiental comunitária, capaz de construir uma nova relação com a produção, mais ética, igualitária, equilibrada, emancipatória, libertadora e multicultural, pois parte da singularidade dos muitos saberes desenvolvidos no espaço coletivo comunitário.

Pensando a sustentabilidade do desenvolvimento do espaço comunitário, deve-se destacar que cabe à comunidade duas tarefas que deveriam ser invocadas para enfrentar diretamente as patologias da sociedade atomizada de hoje num campo de batalha verdadeiramente relevante. São elas: a igualdade dos recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos *de jure*⁴ em indivíduos *de facto*⁵, e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais. (BAUMAN, op. cit.).

As discussões acerca da comunidade, entendida como lugar multidimensional onde existe a possibilidade de interconectar ações provenientes de diferentes sujeitos sociais objetivando a qualificação da vida, serão aprofundadas mais adiante. Cabe, neste momento, identificá-la como lugar onde se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, *locus* de luta e resistência por dignidade e aconchego frente às classes opressoras e marginalizadoras. Por isso,

[...] é só por essa belicosidade, gritaria e brandir de espadas que o sentimento de estar *em uma* comunidade, de ser *uma comunidade* pode ser mantido e impedido de desaparecer. O aconchego do lar deve ser buscado, cotidianamente, na linha de frente. (BAUMAN, 2003, p. 22).

Reporta-se ao lugar como base da produção da vida e que pode ser pensado a partir da *tríade habitante-identidade-lugar*, sendo que a cidade revela-se no plano do local. As relações que os seres mantêm com os espaços habitados refletem-se

⁴ Em outras palavras, indivíduos “nomeados” – aconselhados a resolver seus problemas por seus próprios meios pela simples razão de que ninguém mais fará isso por eles. (BAUMAN, 2003).

⁵ Isto é, senhores do próprio destino por meio de atos e não meramente em declarações públicas. (Ibid.).

cotidianamente nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007).

Na escala do lugar, do local, é possível construir novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos (mas uma produção comprometida, construída e trabalhada pelos moradores locais), nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. A partir daí,

[...] surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade; isto é, de integrar as populações locais num mundo diverso e sustentável. (LEFF, 2012, p. 61).

De forma complementar, traz-se a ideia de desenvolvimento proposta por Porto-Gonçalves, sendo que, nesta, o autor afirma que o desenvolvimento, rigorosamente, é sinônimo de *dominação da natureza*, e essa ideia do mundo moderno-colonial é questionada pelo ambientalismo, movimento que considera que *há limites para a dominação da natureza*. (PORTO-GONÇALVES, 2011). Ainda dialogando com o autor, destaca-se que:

[...] ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. (Ibid., 2011, p. 62).

Neste sentido, o desenvolvimento está relacionado à modernidade em sua fluidez, em sua superficialidade e em sua fragmentação. Por isso, des-envolver é tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo possui com seu espaço, com seu território, com seu lugar; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações entre si e deste com a natureza; separando homens e mulheres da natureza e entre si, individualizando-os. (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Contudo, na perspectiva de desenvolvimento trabalhada por Boff (2012) desvela-se um desenvolvimento mais humano, mais interrelacional, capaz de desenvolver as múltiplas potencialidades dos diferentes atores sociais no contato com a sua realidade, sua comunidade de vida. Sendo assim, salienta-se que:

Desenvolvimento, então, significa a ampliação das oportunidades de modelar a vida e definir-lhe um destino. O ser humano se descobre um ser utópico e um projeto infinito, habitado por um sem-número de potencialidades. Criar as condições para que elas possam vir à tona e sejam implementadas, eis o propósito do desenvolvimento humano. Trata-se de humanizar o humano, rasgar-lhe o horizonte de suas capacidades e habilidades e incentivá-lo na busca de sua realização. (BOFF, 2012, p. 136).

Partindo dessas reflexões para pensar e discutir sobre a ideia de desenvolvimento local, é preciso destacar que não se trata do desenvolvimento como uma versão mais atual da ideia de progresso, ou seja, sinônimo de dominação da natureza, nem mesmo da questão de “des-envolver”, no sentido de tirar o envolvimento dos sujeitos com seu espaço e entre si, individualizando-os. (PORTO-GONÇALVES, 2011). Trata-se, sim, de um desenvolvimento emancipatório socialmente, que leve em consideração a complexidade, a inconclusão e a inacabilidade dos homens (e mulheres), considerando-os em sua relação com o mundo, onde constantemente (re)constroem-se e transformam o mesmo. Um desenvolvimento capaz de superar a dualidade homem e natureza e que busque compreendê-los em suas interrelações e em sua totalidade, criando conexões que se inter-retro-alimentam. (MORIN, 2005).

Propõe-se, assim, pensar o desenvolvimento local a partir das intencionalidades do lugar e em sua interrelação com a totalidade social. No local, constroem-se e ressignificam-se saberes, valores, sentimentos e é também onde as ações acontecem e materializam-se no espaço, mas não acontecem externas a uma realidade/universalidade existente. Com isso, de acordo com Carvalhal:

O desenvolvimento local auto-gerido, pelo que entendo dele, é também uma importante ação – pedagógica inclusive – que permite alcançar objetivos materiais e ideológicos, mas que precisa ser pensado em sua inter-relação com a totalidade social. (CARVALHAL, 2009, p. 112).

O desenvolvimento local autogerido necessita incorporar, em seus princípios, a busca das metas de justiça social, democracia radical, equilíbrio social da renda, relação saudável com o meio ambiente, que não devem ser pensadas e realizadas apenas na escala local, mas também na relação com outros locais e com a totalidade-mundo. (SANTOS, M., 2004, 2007, 2012; STRAFORINI, 2001). Requer também a construção de relações políticas inovadoras, que signifiquem uma efetiva

democratização das decisões, envolvendo a capacidade de conhecimento e de intervenção de todos os sujeitos da comunidade. (CARVALHAL, 2009).

Nessa relação dialética das escalas local e global, é possível vislumbrar um desenvolvimento local sustentável socioambientalmente ao envolver os atores sociais das comunidades nos processos de planejamento, decisão e implementação das ações voltadas para a qualificação da vida nesses espaços. A utilização dos bens naturais na formação e no desenvolvimento das sociedades, em comunhão com a natureza, emana das entranhas do pensamento socioambiental e dialoga com uma visão de mundo complexa.

Com isso, ressalta-se que, de acordo com Leff (2010b), a sustentabilidade não fornece um modelo global único e uniforme. Pelo contrário, é um campo aberto ao debate e à disputa dos próprios sentidos da sustentabilidade socioambiental, onde estão em jogo a justiça ambiental e a governabilidade na distribuição dos custos e benefícios dos recursos naturais e dos bens e serviços ambientais, nos processos de apropriação social da natureza.

Portanto, é importante definir que forma de desenvolvimento sustentável pretende-se realizar em uma comunidade. Se é um desenvolvimento comprometido com a humanização, a autonomia, a ampliação das oportunidades e a capacitação das pessoas do local para lutar pela qualificação de suas vidas e resistir ao “desenvolvimento” imposto pela globalização neoliberal, ou se é um desenvolvimento voltado para intensificar a produtividade e fragmentar as relações das pessoas entre si e com a natureza.

Nesse propósito de transformar a realidade do lugar, é preciso levar em consideração que o mesmo é construído e ressignificado por pessoas, que, com sua consciência crítica, são capazes de promover a transformação dessa realidade. Para dar voz e poder ao povo diante da sua realidade, deve-se desenvolver a conscientização, que implica ultrapassar a esfera espontânea e chegar a uma esfera crítica na qual a realidade dá-se como um objeto cognoscível e o homem assume uma posição epistemológica.

Nessa perspectiva, destaca-se que:

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se 'desvela' a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em 'estar frente à realidade' assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização

não pode existir fora da 'práxis', ou melhor, sem o ato ação-reflexão. (FREIRE, 2001, p. 30).

Neste sentido, essa relação dialética vai constituir o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. A conscientização implica que os homens criem sua existência com a própria realidade, o material que a vida oferece-lhes, baseada na relação da consciência com o mundo.

Ressignificar a realidade a partir da própria existência, buscando, para isso, desenvolver o local, consiste em compreendê-la no contexto de um espaço que, hoje, se configura em redes e que cria novas relações de trocas econômicas e sociais com outros locais, construindo possibilidades de fundamentar uma sustentabilidade socioambiental. Sobre a organização do espaço em redes cabe pensar que:

Com a organização em rede, o espaço fica simultaneamente mais fluido, uma vez que, ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto, amplificando ao infinito o que antes fizera com os cultivos. (MOREIRA, 2006, p. 162).

Dessa forma, a cidade torna-se nó fundamental de uma trama onde a tarefa do espaço é a de integrar lugares cada vez mais articulados em rede. Nessa rede de relações entre lugares e cidades conectadas, na qual se encurtam tempo e espaço, é importante destacar que desse processo instantâneo de trocas sociais e econômicas são desencadeados problemas socioambientais que desqualificam a vida dos sujeitos atingidos por tais processos.

A intensificação desses processos modernos, dos quais, muitas vezes, o local está excluído, acaba por aumentar a quantidade de rejeitos, materiais que não têm mais utilidade e importância para as transações econômicas. Assim, deve-se ressaltar que:

[...] o planeta está cheio. Isso significa, entre outras coisas, que típicos processos modernos, como a construção da ordem e o progresso econômico, ocorrem por toda parte, e assim por toda parte o "refúgio humano" é produzido e germinado em quantidades sempre crescentes – agora, porém, na ausência de depósitos 'naturais' adequados para sua armazenagem e potencial reciclagem. (BAUMAN, 2005a, p. 88).

Que desenvolvimento é este que prima pela ordem e progresso econômico de uma pequena parcela da população mundial, sendo que, na outra ponta dessa linha finita, encontra-se uma população marginalizada, desvalorizada e excluída dos confortos da vida moderna? Como se pode conceber que os bens sociais e naturais do planeta sejam tratados como recursos inesgotáveis que proporcionam a qualificação da vida, se, no final do serviço, tudo que sobra é lixo (entenda-se como materiais recicláveis)? Que tipo de relação ética constrói-se na naturalização da desumanização dos atores sociais ao serem obrigados a sobreviver dos “rejeitos humanos” nos lixões e aterros sanitários das grandes cidades?

Nesse viés, apresentam-se a seguir ideias e reflexões sobre a gestão-força do lugar e os atores públicos e comunitários, com o objetivo de pensar as transformações do lugar a partir da interrelação entre as ações planejadas e realizadas pelos atores públicos e comunitários.

1.2 Gestão-força do lugar: ação participativa dos atores públicos e comunitários

A gestão da comunidade, na condição de um lugar-força de sujeitos que constroem seus saberes-fazer, precisa ser pensada para o fortalecimento e a qualificação da vida nesse lugar, beneficiando os oprimidos e não os opressores. Uma gestão que se quer comprometida com o lugar potencializa, em suas estruturas, em suas políticas, em seus projetos, essa identidade singular, esse modo de ser do lugar que, embora apresente semelhanças a outras realidades, é único. E é essa unicidade que deve ser valorizada. (NOGUEIRA, 2011a, 2011b; CARVALHAL, 2009; BAUMAN, 2000; CARLOS, 2007; MERCIER, 2009; MORAES, 2002).

Uma gestão voltada ao desenvolvimento sustentável do lugar, em suas dimensões sociocultural, sociopolítico, socioeconômico, requer, em princípio, que se valorize o potencial crítico e criativo de seu povo (atores plurais de sua realidade), a participação democrática e a preparação para essa participação; requer que se potencialize o conjunto composto pela diversidade e, com ela, a multiculturalidade de modo que a diferença não seja negada na pseudoigualdade; que busque articular os discursos e a construção de práticas socioeducativas em sentido de fazer-se uma gestão democrática e dialógica, haja vista que, em um sistema, as partes não se

negam, nem se excluem, mas são complementares. Neste sentido, cabe destacar a importância da participação de Ongs, conselhos, entidades sociais, filantrópicas, clubes, educação formal e não formal, internautas etc. nas decisões das políticas urbanas em sentido de potencializar-se o desenvolvimento local. (NOGUEIRA, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d; CAMARGO, 2008; TOURAINE, 1998; STRAFORINI, 2001).

Segundo Nogueira (2011a), uma gestão-força do e no lugar desenvolve processos e propostas políticas articuladas, conectadas às múltiplas redes que compõem os muitos lugares do lugar (comércios, praças, parques naturais, pontos turísticos, instituições etc.) e estes, por sua vez, devem traduzir, nessas interconexões, os projetos de sociedade, de homem, de mundo, de cultura, de modo de vida que se quer desenvolver, construir no lugar. A força do lugar dá força ao sentido de viver bem, ou de bem viver, sentido marcado pelo valor jurídico-político das formas como se pensam, projetam e praticam os atos administrativos.

A gestão qualificada e voltada ao bem comum é uma força, mas não qualquer força. É mudança, mas não qualquer mudança. É história, mas não qualquer história. Como entender uma gestão pública nessa perspectiva? Essa força mobilizadora que encoraja as pessoas, os sujeitos-cidadãos, a enfrentarem o mundo e a realidade pelo que são e como são, pelo que podem e devem ser, pelo que anseiam como projeto, como vir-a-ser. (NOGUEIRA, 2011a, 2011d; CHARLOT, 2000; CARVALHAL, 2009).

A gestão-força é carregada de sentidos e significados; os sentidos pessoais e os significados sociais. Essa gestão-força move, provoca, desinstala as pessoas a não se conformarem, a não se ajustarem ao que se coloca como modelo, como padrão, como norma, como único meio ou caminho, como única possibilidade de vida. Ela é força porque leva as pessoas a duvidarem, a indagarem-se sobre o que se vive na realidade social, o que se propõe para tal. É uma prática social que desinstala o sujeito, que o mobiliza a sair da passividade, da letargia, do silenciamento, da posição de dependente. Ela produz responsabilidade, compartilhada individual e coletivamente, por sujeitos que lutam pela sua autonomia social, política, econômica, em outras palavras, sua própria emancipação social. (FREIRE, 2011d, 2005; SANTOS, B. de S., 2007; NOGUEIRA, 2011a, 2011b, 2011c).

Uma gestão-força caracteriza-se pela insistência, pela persistência e pela resistência. Insistir quando se coloca que não é mais possível, quando parecem fechar-se portas e janelas, quando dizem que não há espaço para atuação mobilizadora, quando não se pode mais posicionar-se; o ato da insistência leva a prática da persistência. Persiste o que não desiste de ser, o que se projetou para ser, o que se sonhou ser. Persistem os projetos que têm vínculos com a vida e, por isso, luta-se por eles; persistem as buscas incessantes de outros modos de vida, outras formas de fazer-se e viver como prática da liberdade, como ação-transformadora, como dinâmica política. (NOGUEIRA, 2011a, 2011b, 2011c).

A insistência não é alento, é força ecológica que coloca em movimento outra razão de ser dessa gestão-força, a resistência. É preciso que se saiba resistir, que se aprenda a resistir, que se lute por resistências. A resistência que marca a luta teórica, o embate criterioso, referenciado, pautado em bases científicas-cidadãs e libertárias. A resistência não se mede, mas se pratica no dia-a-dia, no cotidiano, nos espaços em que se pode e se deve agir, falar, posicionar-se. Uma resistência que tem rosto, face, jeito; que cria e perturba, que não silencia, mas enfrenta; enfrenta até a si mesmo, aos preconceitos e as pré-concepções que neutralizam, inibem, paralisam. A gestão-força insiste, persiste e resiste, não para, não cede, não se cala. Por isso, essa gestão-força é também, gestão-transformação. (CARVALHAL, 2009; NOGUEIRA, 2011a, 2011b).

A partir dessa rede reflexiva, tem-se que a mobilização de diferentes atores sociais para a transformação do lugar requer, antes, um (re)pensar da relação dos sujeitos no/do/com o mundo e com o outro, a partir de uma consciência crítica dessa realidade. O ato de refletir sobre essa relação faz parte do chamado “pensamento democrático”, que, em lugar de opor-se a uma organização injusta da sociedade e da ordem política, deve

[...] reconhecer que o ator social, ou seja, engajado em relações sociais concretas, profissionais, econômicas mas também igualmente ligado à nacionalidade ou ao gênero, procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência. (TOURAINÉ, 1998, p. 37).

Assim, é preciso que a democracia, em suas diferentes concepções (industrial e cultural), conceba as categorias sociais atuantes como protagonistas, às quais seus adversários e a lei reconhecem o direito de dispor das liberdades e das

garantias sem as quais não podem existir atores, ou seja, indivíduos ou grupos capazes de modificar seu meio e de afirmar ou de reforçar seu controle sobre as condições e as formas de suas atividades. (TOURAINÉ, 1998). Neste sentido, o modelo de política democrática construído pela democracia industrial, interrelaciona fortemente atores políticos e sociais. Neste viés:

Não mais, como gostaria de fazê-lo o pensamento revolucionário, mesmo moderado, submetendo o movimento social à ação política, mas, ao contrário, fazendo penetrar nas relações sociais concretas a referência aos direitos universais, criando, fora do campo propriamente político, e em particular nacional, formas diversificadas de cidadania. (Ibid., p. 42).

Porém, a visão liberal da sociedade entra em conflito com as relações entre atores sociais, que podem considerar-se representantes de interesses opostos, mas no interior de orientações culturais ou de um pertencimento nacional comum. Para o reconhecimento dos moradores de uma comunidade, compreendidos como atores sociais, necessita-se de uma visão crítica e emancipatória socialmente construída, vinculada a políticas públicas, que primem pela vida em sua multiplicidade, de diálogo entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor.

Dessa forma, Santos, B. de S. (2007) ressalta que é possível pensar uma sociedade que, pela primeira vez, cria tensão entre experiências populares, às vezes ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor. Trata-se de pensar a discrepância entre experiências e expectativas como forma de dar continuidade à ideia de emancipação social, pois se acredita na formação de uma sociedade melhor e mais justa, ressaltando valores como liberdade, igualdade e solidariedade.

No atual contexto globalizado neoliberal, onde a esperança transformou-se em conformismo, é preciso reinventar as possibilidades emancipatórias que há no conhecimento emancipador e tentar trabalhar aprendizagens de uma utopia crítica. Acreditar que dando poder ao povo seja possível desestruturar as formas hegemônicas de poder. Assim:

Devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir das margens, e mostrar que o centro está nas margens, de uma maneira que às vezes escapa a toda nossa análise. Para essa concepção, colonialismo são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade. Há muitas sociedades hoje que

não podemos entender de verdade sem essa ideia de privação da humanidade das pessoas. (SANTOS, B de S., 2007, p. 59).

A perspectiva de exploração dos seres humanos pelos próprios seres humanos, privando-os de sua humanidade, contribui para a construção de uma sociedade hierárquica baseada na dominação, controle do lugar. O surgimento de problemas socioambientais, em nível do local, a partir da relação unilateral e linear de homem e meio provoca rupturas que ressignificam os atos de ser e estar no mundo. A respeito desses atos humanos, pensa-se que:

É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. (FREIRE, 2011a, p. 55).

Qualificar a vida das pessoas, no sentido das mesmas transformarem-se em atores sociais de seus lugares de vivência, por meio de ações que integrem os sujeitos desses espaços e os sujeitos responsáveis pela gestão das cidades, constitui-se como a própria emancipação social. A participação popular nos processos de planejamento e decisão do que é melhor para as comunidades locais atribui a responsabilidade ao poder público de ouvir as pessoas interessadas em viver com dignidade.

Diante disso, torna-se necessário refletir sobre a ideia de atores sociais plurais partindo de sua visão de mundo, da sua relação com o mundo ou da fórmula geradora das suas práticas. Também se admite a multiplicidade dos saberes e do saber-fazer incorporada a esses atores, as experiências vividas do eu ou dos papéis interiorizados pelo ator. Logo, admitindo-se viver experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias em um espaço complexo, destaca-se que:

Um actor plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. Ele participou ao longo da sua trajetória ou simultaneamente ao longo de um mesmo período de tempo em universos sociais variados, ocupando neles posições diferentes. (LAHIRE, 2001, p. 46).

A pluralidade dos contextos sociais é formada por grupos heterogêneos, onde indivíduos atravessam-nos ao longo de um período de tempo ou ao longo de momentos diferentes da sua vida. Dessa forma, o produto matizado dessa heterogeneidade propõe múltiplos pontos de vista, memórias e tipos de experiências

que não são acumuláveis e não podem ser representados de maneira simples. Pressupondo a diferença significativa dos contextos, e que

[...] os actores saltam a cada instante de uma interacção para outra, de uma situação para outra, de um universo social para outro, de um domínio de existência para outro sem um sentimento de continuidade, podemos em compensação pensar e consagrar empiricamente – que todas essas experiências não são sistematicamente coerentes, homogêneas e mesmo totalmente compatíveis e que nós somos, todavia, os seus portadores. (Ibid., p. 40).

A complexidade, tanto dos atores plurais como de seu contexto heterogêneo, revela a dificuldade de planejar e promover ações nesses espaços interligados em rede. Os atores público e comunitário, ao se depararem com problemas que ultrapassam a razão fragmentadora e esquartejadora da realidade, precisam pensar em novas formas de ressignificar não só os planos e metas, mas sua própria relação e sua visão do mundo e da vida.

Em face disso, a inserção da perspectiva ambiental nos setores governamentais (e, indo além, da perspectiva socioambiental, que deveria ser a base do planejamento e do pensamento dos gestores públicos), procurando gerir da melhor maneira o complexo espaço urbano, ressalta a importância de pensar a relação homem e mundo em suas interconexões. Com isso, destaca-se que:

A área ambiental foi montada como mais um setor do aparelho governamental, isto é, foi estruturada como gestora de um conjunto específico e próprio de políticas. Tal fato é em muito responsável pela *performance* ainda insatisfatória desse 'setor'. (MORAES, 2002, p. 23).

Nesse viés, um bom planejamento e execução de políticas ambientais requer o diálogo entre as intencionalidades dos atores público e comunitário. A insatisfação das ações geridas pelo poder público requer o (re)pensar e o (re)organizar da estrutura setorial, pois os órgãos ambientais não podem ser vistos como mais um setor da administração, mas como um elemento de articulação e coordenação intersetorial, cujas ações perpassam diferentes políticas públicas. (MORAES, 2002).

Por isso, cabe destacar que a perspectiva socioambiental pode tornar-se uma alavanca de retomada de um planejamento que transite dialeticamente nas escalas local e global, com a vantagem de partir com sensibilidade e conhecimento acerca da vulnerabilidade de diferentes lugares do território nacional. Logo, deve-se refletir sobre a questão de que:

É impossível gerenciar o espaço sem interfaces sólidas com a sociedade civil e os governos locais. Isto remete a que se tenha uma estratégia de municipalização em qualquer programa da área, tendo sempre em mente a diversidade dos quadros municipais existentes no País. (MORAES, 2002, p. 25).

Planejar ações voltadas para a complexidade do lugar necessita que se tenha em mente que o mesmo é construído e ressignificado por pessoas em suas múltiplas intencionalidades. A constante transformação do espaço cotidiano pelos sujeitos que o vivenciam parte da pluralidade das relações destes com o mundo, procurando responder à ampla variedade dos seus desafios. A sua pluralidade não se constitui apenas em face dos diferentes desafios do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No constante jogo de suas respostas, o homem altera-se, organiza-se, escolhe a melhor resposta, testa-se, age no ato de responder. (FREIRE, 2011a).

Contudo, é preciso lembrar que, nas ações realizadas a partir da relação do homem com o mundo, estão constantemente presentes os princípios do risco, da imprevisibilidade e da incerteza, pois a ação é decisão, escolha, mas também é uma aposta. Neste sentido, Morin (2011b) propõe a “ecologia da ação”, na qual tão logo um indivíduo realize uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. O conjunto de ações realizadas pela sociedade na natureza insere-se num universo de interações, no qual a natureza sofre os efeitos das ações individuais e coletivas, com resultados contrários às intenções dos humanos.

Ao interrelacionar ações de diferentes atores sociais plurais e singulares, buscando a qualificação da vida comunitária, destaca-se que está presente nelas a imprevisibilidade, a incerteza, o risco não apenas de não dar certo, mas de não acontecer, das ações não saírem do nível das ideias e dos planejamentos. Percebe-se aí a presença da “ecologia da ação”, sendo que:

A ecologia da ação é, em suma, levar em consideração a complexidade que ela supõe, ou seja, o aleatório, acaso, iniciativa, decisão, inesperado, imprevisto, consciência de derivas e transformações. (MORIN, 2011, p. 76).

Surge, então, a necessidade de articular diferentes setores da sociedade civil para agir diante das fragmentações e das contradições que permeiam o cotidiano das muitas realidades que compõem o espaço urbano. Nessas relações dos sujeitos

com a sua realidade, há uma pluralidade na própria singularidade, sendo que eles transformam-se ao transformarem o mundo a partir da consciência de que estão diante de algo que os desafia, desacomoda, inquieta e que, por isso mesmo, exige a ação.

A gestão do lugar a partir da conexão de saberes dos atores público e comunitário necessita de políticas ambientais voltadas para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais, tecnológicos e culturais de uma sociedade. Este conduz à necessidade de compreender as interrelações que ocorrem entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento das forças produtivas do lugar. Sendo assim:

As práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar a estes conhecimentos científicos e técnicos modernos. (LEFF, 2010a, p 80).

Com isso, percebe-se que o conjunto de valores, saberes, práticas culturais construídas no cotidiano dos moradores de um lugar determina e influencia significativamente sua relação com o meio. A interrelação entre os diferentes processos sociais que existem no contexto de uma sociedade cria modos de ser, estar, existir, pertencer, reconhecer e sentir esse espaço.

Os valores do lugar de vivência dos homens são seus próprios valores, no sentido de que cada homem vale pelo lugar onde está, ou seja, seu valor como produtor, consumidor, cidadão vai depender da sua localização no território. A diferença de valor vai se alterando, incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua condição. Pessoas com as mesmas aptidões, formação e, inclusive, o mesmo salário possuem valores diferenciados de acordo com o lugar onde vivem, as oportunidades não são as mesmas. Por isso,

[...] a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um *lugar* vem a ser a condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (SANTOS, M., 2012, p. 107).

Assim como o lugar determinará o valor dos sujeitos, facilitando ou dificultando o acesso aos bens materiais ou imateriais, o consumo, como força ideológica e material vai determinar se eles são cidadãos ou apenas consumidores. Dessa forma, ressalta-se que “O consumidor não é o cidadão”. (SANTOS, M., 2012, p. 56). Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos, nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um mundo elitizado, formam um cidadão. “O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida”. (Ibid.). Neste sentido:

O consumidor (e mesmo o eleitor não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas. (Ibid., p. 57).

É dessa maneira que a sociedade neoliberal fragmenta o ser e o pensamento, transformando o cidadão em consumidor, negando a multidimensionalidade do ser humano e da sociedade. Nesse viés, de acordo com Morin:

Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: assim, o ser humano é, ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa... (2011b, p. 35).

Assim, é preciso romper com uma visão simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, que introduz um humanismo sem coragem, para reconhecer o caráter multidimensional da vida, no sentido de que não apenas poder-se-ia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras, como a dimensão econômica, que está em constante inter-retroação com todas as dimensões humanas, carregando em si necessidades, desejos e paixões humanas que transcendem os meros interesses econômicos. Dessa forma, constrói-se um humanismo possível, capaz de dar respostas às aspirações efetivas da sociedade, necessário ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele ponha-se à altura do seu tempo histórico. (MORIN, 2011b; SANTOS, M., 2012).

O espaço e o tempo histórico comunitário, criados a partir do sentimento de coletividade dos atores sociais que o constituíram, dão lugar a uma ideologia individualista chamada consumismo. A transformação desses sujeitos em

consumidores, esquecendo-se de sua humanidade, conduz a uma ética do ter e não do ser um cidadão comprometido com a qualificação da vida em sua plenitude.

Dando continuidade à práxis construtora das reflexões realizadas até o momento, serão discutidos, a seguir, os nós da complexa rede comunitária. Com isso, tem-se a comunidade como lugar de práticas político-sustentáveis na e para a qualificação da vida, com o objetivo de pensar a comunidade como um espaço-cidadão de resistência e luta diária por uma vida digna e plena, a partir de ações políticas pautadas na sustentabilidade socioambiental.

1.3 A comunidade como lugar potencial de práticas político-sustentáveis na qualificação da vida

Tudo que é feito por seres humanos pode ser refeito por seres humanos. Nesse caso, portanto, não aceitamos quaisquer limites à reconstrução da realidade.

Zygmunt Bauman

A comunidade, como um lugar próprio de possíveis práticas político-sustentáveis voltado à qualificação da vida dos diferentes atores sociais, é carregada de intencionalidades, construtoras da visão de mundo das pessoas que habitam um espaço comum – sendo as intencionalidades importantes como perspectiva de compreensão da realidade, para as pessoas apreenderem as estruturas e as possibilidades de vivência.

Os sujeitos da comunidade são sujeitos políticos em si mesmo, tanto na luta contra a opressão e a tirania e em busca da qualificação da vida, quanto no próprio cotidiano. Sendo assim: “O Sujeito é então propriamente político, e se sua ação tem efeitos sociais e econômicos, esta se manifesta por meio de categorias diretamente políticas.” (TOURAINÉ, 1998, p. 46).

Entendendo a ação crítica como prática política construída por meio da conscientização, os sujeitos políticos transformam a realidade de uma comunidade através de diferentes opções, decisões e compromissos emancipatórios. Dessa forma:

Ao Povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo sem política do Povo. (FREIRE, 2011b, p. 29).

A conscientização como uma forma de politizar os diferentes atores sociais da comunidade é uma exigência humana, um dos caminhos para que seja posta em prática a curiosidade epistemológica. Ao invés de estranha, a conscientização é natural do ser que, inacabado, se sabe inacabado. Essa inconclusão implica a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca, em outras palavras, o exercício da curiosidade torna-se fundante da produção do conhecimento. Indo além, a curiosidade é já conhecimento. (FREIRE, 2011c).

Neste sentido, destaca-se que o sujeito da ação política é aquele capaz de exercer a conscientização por meio da curiosidade, identificar problemas e fazer parte das decisões e destinos que interferem no seu campo de existência individual e coletiva. Assim, a palavra política é entendida no seu sentido mais amplo, como o viver e interferir em uma comunidade pensada como um mundo coletivo. (LOUREIRO, 2011). Ainda, segundo o mesmo autor, dialogando com Carvalho, (2004) sobre as reflexões da pensadora Hannah Arendt (2010), destaca-se que:

Para Arendt, a capacidade de ação política é a expressão mais acabada da condição humana. No entender dessa importante pensadora, os seres humanos definem-se por esse conviver entre seus pares, influenciando no destino do mundo que têm em comum. A capacidade de agir em meio à diversidade de ideias e posições é a base da convivência democrática, da participação, da liberdade e da possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver. (LOUREIRO, 2011, p. 107).

Dessa maneira, os espaços de vida comunitária e onde surgem movimentos sociais e políticos necessitam de uma democracia política que transforme e insira-se nas relações sociais concretas, libertando-os de lideranças descomprometidas com as causas locais. Assim sendo, deve ser uma democracia participativa no nível local, capaz de criar realmente uma transparência, que limite a corrupção e consiga a redistribuição social. (SANTOS, B. de S., 2007). Dessa forma, pode-se afirmar que:

Só é verdade que a democracia somente tem força quando penetra e transforma as relações sociais concretas, também é verdade que sem democracia política, os movimentos sociais não podem se formar e correm o risco de se fechar no que chamei antimovimentos sociais, forças de defesa corporativa ou comunitária, movimentos de massa manipulados por demagogos ou forças de destruição de inimigos, considerados mais como

estrangeiros ou traidores do que como adversários sociais. (TOURAINÉ, 1998, p. 50-51).

A interdependência dos movimentos sociais e da democracia é um dado muito importante. Porém, uma democracia não chega a ser representativa se não dá uma expressão pública às comunidades e aos movimentos sociais, ou ainda às correntes de opinião que põem em debate as relações de dominação de maneira mais direta do que um poder público.

Sendo assim, uma democracia de alta intensidade, que amplie o espectro dos que devem decidir os seus próprios destinos, representativa dos interesses e das lutas das comunidades e dos movimentos sociais, surge como prática política comprometida com a libertação e a emancipação social. (SANTOS, B. de S., 2007; FREIRE, 2011b). Neste sentido, pensar práticas político-sustentáveis, buscando garantir a autonomia dos sujeitos e restabelecer a integridade da “Mãe Terra” (BOFF, 2012), traz a política como uma arte que

[...] se for *democrática*, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos. (BAUMAN, 2000, p. 12).

Ainda nessa perspectiva, tendo a prática político-sustentável da autolimitação como uma maneira de construir a cidadania fora do consumismo, e contrapondo-se ao que o mercado financeiro, mercantil e os próprios governos toleram como práticas cidadãs, busca-se, na comunidade, um sentido para a própria sustentabilidade que surge a partir daí. (BAUMAN, 2000, MORIN, 2011b). No espaço político comunitário, é possível, com boa vontade e a inquietação necessárias ao pensar e agir coletivamente, propor outra forma de sustentabilidade onde:

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

Essa perspectiva de sustentabilidade deve conduzir à construção de práticas valorativas, propositivas e cidadãs que primem por um desenvolvimento capaz de “[...] humanizar o humano, rasgar-lhe o horizonte de suas capacidades e habilidades e incentivá-lo na busca de sua realização”. (BOFF, 2012, p. 136). Assim, torna-se necessário desenvolver práticas político-comunitárias que tragam de volta do exílio as ideias da boa comunidade, da igualdade, da justiça, da democracia entendida como “[...] um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade”. (MORIN, 2011b, p. 96). (BAUMAN, 2000).

Por isso, é importante que a vida em comunidade seja pensada em seu sentido político, trazendo diferentes atores sociais para o diálogo e para a realização de ações. Ações que qualifiquem o viver em comunidade, valorizando o sentimento de ser e estar em um lugar comum, de construir e ressignificar saberes, de (re)criar relações, de sentir-se confortável e seguro e de viver com solidariedade e fraternidade. Neste sentido, é importante promover ações que estimulem os sujeitos da comunidade a pensarem sobre si próprios a partir de suas interconexões com o mundo e com outros sujeitos, refletindo a respeito da possibilidade de inventar, conquistar e criar sua existência além de “seu eu habitual”. Sendo assim:

[...] não há um eu real e escondido a ser descoberto. Atrás de um véu, há sempre outro véu; atrás de uma máscara, outra máscara; atrás de uma pele, outra pele. O eu que importa é aquele que existe sempre mais além daquele que se toma habitualmente pelo próprio eu: não está para ser descoberto, mas para ser inventado; não está para ser realizado, mas para ser conquistado; não está para ser explorado, mas para ser criado. (BONDÍA, 2010, p. 9).

Para ir além, a resolução dos problemas socioambientais de uma comunidade deve partir da reflexão de cada sujeito que vivencia esse espaço sobre sua própria existência, uma autoavaliação que reflita na transformação da sua relação com o mundo. Sendo assim, nas relações do homem com o mundo há uma pluralidade que responde a diferentes desafios, onde: “No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age”. (FREIRE, 2011a, p. 55). Ademais, nesse processo de transformar-se ao transformar o mundo por meio de práticas político-sustentáveis, os sujeitos de uma comunidade buscam melhorar suas condições de vida e de existência na luta constante pelos seus direitos como cidadãos.

A transformação da realidade, ao transformar os próprios atores sociais comunitários, parte do reposicionamento do ser, constituído pelos saberes locais, na qual se inicia um processo de construção da sustentabilidade embasado em um diálogo de saberes. Esse diálogo de saberes encontra-se com o conhecimento científico, que se abre para a diversidade, a diferença e a *outridade* entre maneiras de ser que implicam um respeito ao saber do outro que remete à outridade desconhecida.

O diálogo de saberes, como forma de emancipação social a partir do poder da palavra, pressupõe a tensão entre outras linguagens e outros olhares, considera a interlocução com atores sociais que perderam a memória, a palavra e saberes tradicionais que foram sepultados pela modernidade. Portanto, o diálogo de saberes constitui-se como:

Sinergia de seres-saberes que está além da dialógica e da dialética de sentidos preestabelecidos; que enfrenta seres constituídos por saberes encarnados em sentimentos, sensualidades e sentidos, em razões e paixões, que não se completam e saturam na totalidade do que já foi, do já pensado, do já designado e consignado pela palavra. (LEFF, 2010b, p. 131).

Para interrelacionar diferentes saberes em busca do desenvolvimento local, deve-se partir da concepção de lugar como espaço da formação de mentalidades contra-hegemônicas, capazes de criar outra cultura, outros modos de viver que sejam menos excludentes, baseados em práticas sustentáveis de sujeitos políticos em sua plenitude. Com isso, vivenciar a comunidade como espaço para a formação de novas mentalidades na política, na gestão, na atuação pública em sentido de romper com a violência simbólica que age no imaginário social.

Assim, deve-se refletir sobre os saberes e fazeres, como práticas político-sustentáveis de atores sociais comunitários, considerados fundamentais, em outras palavras, fundantes no sentido de basilares em uma política mais ética, responsável com o lugar e as pessoas que vivem/habitam nele. Diante das ideias trabalhadas por Nogueira (2011c, 2011d), destacam-se: a) **o saber-fazer-viver a cidadania**, no sentido de fazer parte da construção do lugar, sentir-se agenciador e sujeito de escolhas e de proposições, de intervenção; b) **o saber-fazer a política** partidária e a política como ação cognitiva democrática e libertária de modo a não vender o voto, mas assumi-lo como direito e instrumento de transformação; c) **o saber-fazer-**

compartilhado em termos de tomar decisões para, com e no lugar no sentido de não se pensar apenas para si, mas na coletividade, não impor decisões, mas discuti-las e assumi-las no coletivo; d) **o saber-agir** de forma responsável e comprometida com as instâncias político-públicas – escolas, prontos-socorros, postos de saúde, creches, unidades de turismo e cultura, diretorias etc.; e) **o saber-respeitar** a realidade sem deformá-la e alterá-la em pseudodiscursos e pseudoações – no sentido de trapacear, modificar o que é pelo que não é a realidade que se vive e se administra; f) **o saber-fazer-construir a liberdade** humana coletivamente, ao invés de oprimi-la e torná-la diminuída, insignificante e descartável – sentido de negar as pessoas e sua liberdade de ação, de participação, sua voz e seu grito na sociedade; g) **o saber-fazer-segurança** no sentido de que as pessoas vivam, convivam e sintam que estão em um lugar que lhes dá segurança, lhes faz sentir-se seguros sem lhes tirar o sossego – no sentido de não viverem coagidos, represados; h) **o saber-fazer econômico-político**, respeitando e valorizando os sujeitos, as pessoas nos seus estados de vida e de participação, podendo ser ampliados a partir da adoção da perspectiva socioambiental como forma de construir a sustentabilidade socioambiental.

Destaca-se o saber-fazer a política partidária e a política como prática sustentável e como forma de emancipação social, capaz de suscitar a libertação e a humanização do povo, constituído por atores sociais inconclusos, inacabados e em constante transformação. (FREIRE, 2000). Não mais importante que os outros saberes-fazer, mas o voto compreendido como ação cidadã-democrática deveria buscar tirar os oprimidos de sua condição de dependência e promover a “pedagogia da indignação”. Paulo Freire, em suas reflexões sobre sua luta em favor dos excluídos, salienta seu pensamento crítico frente às políticas assistencialistas:

Não posso aceitar como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, mas não posso também aceitar, impassível, a política assistencialista que, anestesiando a consciência oprimida, prorroga, *sine die*, a necessária mudança da sociedade. Não posso proibir que os oprimidos com quem trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho o dever de adverti-los do erro que cometem. Da contradição em que se emaranham. Votar no político reacionário é ajudar a preservação do status quo. (FREIRE, 2000, p. 82).

A interconexão entre os diferentes saberes-fazer, propondo uma nova forma de sustentabilidade socioambiental, parte do ato de fazer política e desenvolver projetos pautados numa ética social e voltados à construção de outras formas de convivência e respeito à vida dos habitantes nos mais diferentes lugares. A força de uma política comprometida com o desenvolvimento local, relacionada à proposição de projetos pautados em uma nova ética social, deve estar centrada na rebeldia e não no conformismo. Essa rebeldia pressupõe o enfrentamento e a ressignificação das várias formas de poder nos diferentes *espaços-tempo*, que Santos, B. de S. (2007) vai chamar de formas de sociabilidade que implicam lugares, mas também temporalidades, duração, ritmos:

- O espaço-tempo doméstico, onde a forma de poder é o patriarcado, as relações sociais de sexo;
- O espaço-tempo da produção, onde o modo de poder é a exploração;
- O espaço-tempo da comunidade, onde a forma de poder é a diferenciação desigual entre quem pertence à comunidade e quem não pertence;
- O espaço estrutural do mercado, onde a forma de poder é o fetichismo das mercadorias;
- O espaço-tempo da cidadania, o que, normalmente, se chama espaço público: aí, a forma de poder é a dominação, o fato de que há uma solidariedade vertical entre os cidadãos e o Estado;
- O espaço-tempo mundial em cada sociedade, que está incorporado em cada país, onde a forma de poder é o intercâmbio desigual.

A luta pela revolução e pela transformação dessas variadas roupagens do poder na sociedade contemporânea necessita construir um poder emancipatório que venha de baixo, das classes populares oprimidas e excluídas, a partir de uma nova relação entre *o respeito da igualdade* e *o princípio do reconhecimento da diferença*. (SANTOS, B. de S., 2007). É preciso que exista o reconhecimento das diferenças por parte dos atores sociais públicos das múltiplas e complexas realidades que compõem o espaço urbano, construindo planejamentos e propostas de ações que levem em consideração tais singularidades de sujeitos e lugares.

Neste sentido, também é compromisso assumido e responsabilidade dos atores sociais públicos tornar as condições de vida da população local mais qualificadas – trabalho, segurança, saúde, saneamento básico –, o que necessita de

ações políticas mais concretas, comprometidas e que dialoguem com a formação do cidadão em sua inteireza. Formar cidadania no pleno sentido da palavra implica levar os sujeitos da comunidade a engajarem-se na transformação social a partir de propostas pautadas na realidade de suas vidas, de empreendimentos e projetos que modifiquem, não só a vida das pessoas, mas também o contexto social onde vivem; a face da cidade, o modo como poderão dirigir-se à escola e ao mundo.

Portanto, viver em um lugar comum, compartilhando conflitos, a própria batalha diária pela vida, criando e recriando saberes, valores, significados, relações, pode vir a constituir o que se entende por comunidade-cidadã. De acordo com Bauman (2003), comunidade é entendida como um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante onde todos entendem-se bem, podem confiar no que ouvem, estão seguros a maior parte do tempo e, raramente, ficam desconsertados ou são surpreendidos.

Na comunidade idealizada, pode-se contar com a boa vontade dos outros, se alguém tropeça e cai, os outros ajudarão a ficar em pé outra vez, ninguém rirá de ninguém, nem ridicularizar por causa da falta de jeito; nesta, existe a fraternidade, o perdão, a doação, a comunhão com o próximo. Porém, vale lembrar que se vivem tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando em resposta a um pedido de ajuda ouvem-se advertências para que cada um fique por sua conta e risco, tempos em que tudo o que a palavra comunidade evoca é aquilo que se sente falta e precisa-se para viver seguros e confiantes.

A individualidade e o egoísmo desses tempos implacáveis apontam para a comunidade realmente existente, baseada em uma racionalidade positivista, onde os valores que antes fundavam o sentimento de ser e estar em uma comunidade dão lugar aos valores políticos neoliberais e consumistas. Mas a comunidade idealizada, de movimentos sociais que lutam pela qualificação da vida, ainda resiste e os sentimentos de pertencimento e reconhecimento fazem parte do cotidiano dessa vida coletiva.

Os movimentos sociais formados por atores públicos e comunitários, a partir de suas práticas político-sustentáveis, lutam por um futuro que promove uma nova economia e busca repensar as formas de produção, em outras palavras, almejam a própria sustentabilidade. Neste sentido, ressalta-se que:

A sustentabilidade aponta para o futuro. A sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica. (LEFF, 2010b, p. 31).

A sustentabilidade comunitária propõe desafios, de vivência e convivência humana no lugar, levando os sujeitos a questionar a realidade que foi construída com base em uma racionalidade antiecológica como uma realidade imutável, com base no positivismo que pensa que o real é apenas a realidade e como tal a história satura-se no “fato” e no “dado” e é impossível pensar um futuro a partir da perspectiva da natureza e da cultura. Essa sustentabilidade é uma maneira de abrir o curso da história, um devir que se forja recriando as condições de vida no planeta e os sentidos da existência humana. (LEFF, 2010b).

Diante do atual contexto de ressignificação da existência humana nos pressupostos da sustentabilidade socioambiental, contrapõe-se a desumanização da vida em um espaço comum através da privação do ser ao optar pela liberdade ou pela segurança. Há um preço a pagar pelo privilégio de viver em comunidade, e esse preço é pago em forma de liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que devem ser cultivados e garantidos pelos atores sociais do poder público e da comunidade, mas a atual forma de conceber-se as “comunidades realmente existentes” torna a contradição entre esses dois valores mais visível e mais difícil de consertar. Dessa forma:

A tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a busca – mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la. (BAUMAN, 2003, p. 11).

A esperança, presente no ato de pensar ações com vistas à qualificação da vida em comunidade, auxilia a refletir sobre as interrelações que se estabelecem com o espaço no qual se localiza, e essas conexões refletem o estágio de degradação ou de conservação do lugar. Não apenas os problemas de caráter físico ou social, mas que surgem da complexa interação do homem e meio. Neste sentido, Leff (2010a, p. 111) traz o homem como sujeito de suas próprias ações, sublinhando que “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais”.

O homem estrutura e ressignifica percepções, opiniões, espaços, valores, sentimentos, intencionalidades, culturas e até mesmo o próprio meio, porém esses processos que modificam a essência do ser humano, muitas vezes, desqualificam a própria vida. Dessa forma, iniciativas individuais e coletivas dos atores sociais público e comunitário, buscando reduzir os impactos gerados no lugar, precisam estar conectadas ao “saber ambiental”, no sentido de que o mesmo está vinculado à solução prática de problemas socioambientais e à elaboração de novas políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável. Leff afirma que

O saber ambiental vai-se configurando a partir de seu espaço de externalidade e negatividade, como um novo campo epistemológico no qual se desenvolvem as bases conceituais e metodológicas para abordar uma análise integrada da realidade complexa na qual se articulam processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade (física, biológica, social, cultural). (2010a, p. 112).

Por isso, o saber ambiental fundamenta, analisa e promove os processos de transição que permitem sustentar uma nova racionalidade social, que incorporem as condições ecológicas e sociais de um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Trata-se de estabelecer as contribuições das ciências sociais à compreensão da questão ambiental e delimitar os principais problemas emergentes da realidade estudada em sua multidimensionalidade. (LEFF, 2010a).

Tal compreensão da realidade em suas múltiplas dimensões requer a retomada do ato de questionar, pois o problema da civilização atual é que ela parou de questionar-se. Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa-a cair em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem. Certamente não antes que seja tarde demais e quando as soluções, ainda que eficazes, já se tornaram irrelevantes. (BAUMAN, 2000).

Resgatar a ideia do bem público, da boa sociedade, da igualdade, da justiça e assim por diante – ideias que não fazem sentido senão cuidadas e cultivadas na companhia de outros – pode fazer surgir questionamentos que coloquem em debate as ações e os planejamentos dos atores sociais do poder público. Não apenas questionamentos que primem pelo conhecimento fragmentado, mas sim questões coletivas que busquem ouvir e valorizar o outro, levando em consideração que entre “eu e o mundo existe o outro”, que possui uma história de vida, valores, saberes, sentimentos, em suma, uma intencionalidade que tem muito a dizer.

Na supressão e no silêncio dos sujeitos que querem qualificar a vida em seu espaço de vivência nasce uma sociedade organizada em classes, em exploradores e explorados, em um homem operário e trabalhador que contribui para a reprodução de um sistema econômico-político-social capitalista. Alimentando a esperança e os sonhos de ressignificar as relações sociais e a própria vida em suas interconexões:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (SANTOS, M., 2007, p. 41).

A comunidade a ser construída deve ser aquela em que todos os cidadãos participem da tarefa da produção coletiva, mas também de seus resultados. Ao participar da tarefa da produção coletiva e usufruir de seus resultados, o cidadão constrói uma identidade com o seu lugar de vida, a qual alimenta o sentimento de comunidade, mas que, em alguns momentos, torna-se substituta desses sentimentos coletivos.

Diante de um mundo rapidamente privatizado e individualizado, Bauman (2003) traz a identidade como substituta da comunidade, devido ao fato de que a instantaneidade das transformações possibilita que cada uma delas possa ser livremente imaginada, sem temer o teste da prática, como abrigo de segurança e confiança desejada com ardor. Para isso, com o objetivo de oferecer um mínimo de segurança e, assim, desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve utilizar-se e ao mesmo tempo negar o papel de substituto da comunidade. Tal afirmação pode ser explicada com as palavras do autor:

'Identidade' significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E, no entanto, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (BAUMAN, 2003, p. 21).

Como se pode conceber uma identidade territorial singular, individual numa lógica interrelacional comunitária? A resposta é que mesmo se tratando de um paradigma dialógico de pensamentos e ações coletivos, deve-se considerar as individualidades, as identidades, as intencionalidades; em outras palavras, para compreender o todo é preciso estudar suas partes interrelacionadas, conectadas, interligadas, considerando-se as características singulares no contexto maior. (BAUMAN, 2000, 2003; CAMARGO, 2008; MORIN, 2011a, 2011b; SANTOS, M., 2004, 2006, 2007, 2012).

A afirmação de identidades no mundo que rapidamente se globaliza contrasta com o fortalecimento e o surgimento de novas fronteiras, que parecem ser erguidas em cada nova esquina de cada bairro decadente. Fronteiras que não foram traçadas para defender a singularidade das identidades já existentes, mas que transformam as identidades comunitárias em subprodutos ou consequências do infindável processo de seu estabelecimento. (BAUMAN, 2003).

A construção dessas fronteiras, além de interferir diretamente sobre as identidades comunitárias, conduz ao desenvolvimento da relação dialética de amor e rejeição nesse espaço, no qual as transformações operadas pelos sujeitos em seu contexto acabam por transformar eles mesmos. O significado do viver e estar em uma comunidade também possui um lado negativo, no sentido de que a complexa interação homem e lugar, subjugando este às “necessidades” humanas, acaba por gerar produtos e subprodutos que não podem ser decompostos ou assimilados pelo meio. Morin deixa isto bem claro ao estruturar que: “Todo ser age e retroage em seu ambiente. Toda atividade produtora tem efeitos múltiplos, diversos, complexos sobre o ambiente.” (2005, p. 253). Nessa linha de raciocínio, o mesmo autor conclui que:

Assim, os seres vivos transformam seu ambiente; autoproduzindo-se, eles se alimentam e co-produzem seu ecossistema, sempre o degradando por suas poluições, seus dejetos, suas predações (animais) e suas depredações (humanas). (MORIN, 2005, p. 253-254).

As organizações sociais e o ambiente são, sempre se mantendo diferentes um do outro, *um no outro*, cada um à sua maneira; da mesma forma, suas inseparáveis interações e relações mútuas são complementares, concorrentes e antagônicas. Enquanto o ambiente ao mesmo tempo alimenta e ameaça, faz existir e destrói, a organização transforma, polui e enriquece. De maneira retroativa, ser

vivo e ambiente unem-se de forma que um produz o outro reciprocamente, ou seja, as complexas interações moradores e comunidade acabam provocando rupturas e transformações recíprocas.

Essas rupturas e transformações provocadas pela valorização dos bens materiais (tendo a natureza como uma fonte ilimitada de matéria prima), em nível local e global, acabam por ocasionar problemas socioambientais em diferentes realidades. A crise ambiental, de acordo com Santos, M., reflete uma despreocupação com as especificidades do local e das realidades socioambientais, sendo que

A busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais. (2006, p. 170).

Frente à indiferença para com o local nos dias de hoje, a comunidade é procurada como abrigo contra as sucessivas correntezas de turbulência global, sendo que tais correntezas são originadas em lugares distantes que nenhuma localidade pode controlar por si só. Nesse viés, a construção de comunidades cercadas acaba por desviar o foco das fontes da insegurança, sendo que elas estão profundamente imbricadas na crescente distância entre a condição de individualidade real e a tarefa de obter a individualidade imaginada. (BAUMAN, 2003).

Neste sentido, as atuais e as novas gerações devem ser mobilizadas e levadas a perceber o mundo e, nesse contexto, a comunidade, seus locais de vida e os problemas causados pelas gerações passadas e presentes, sob uma lógica linear e fragmentada, passando a percebê-lo numa outra racionalidade, a de **saber-pensar o espaço em sua complexidade**. Tal perspectiva demanda um compromisso de entender a comunidade partindo de **uma visão complexa e dialética do mundo**: perspectiva complexa por levar em consideração não somente as relações causais e de tensão no processo, mas também as interconectividades; perspectiva dialética, por conter no interior do movimento social, histórico, cultural, a tensão e a contradição como uma constante. (NOGUEIRA, 2009).

O pensamento complexo remete-nos aos princípios da incerteza, da imprevisibilidade, ao descontrole organizacional de um sistema, como é o caso do sistema capitalista; mas também nos remete aos princípios das relações, interrelações, das conexões, interconectividades das ligações. Camargo explicita melhor a ideia ao afirmar que:

Sistemas complexos, como a atual dinâmica da economia-mundo globalizada, só podem ser pensados à luz das teorias da auto-organização, pois suas variáveis são expostas constantemente à imprevisibilidade, devido à sua complexidade, ou seja, ao grande número de variáveis que atuam conjuntamente no espaço e levam a caminhos não lineares, e que podem caracterizar-se pela previsibilidade zero. (2008, p. 112).

Corroborando a Geografia Socioambiental, Leff (2003, p. 7-8) traz a complexidade ambiental como uma nova racionalidade e um novo pensamento a respeito da produção do mundo embasado no conhecimento, na ciência e na tecnologia; como o espaço onde se articulam a natureza, a técnica e a cultura. A complexidade ambiental é definida como um processo de reconstrução de identidades resultantes da hibridação entre o material e o simbólico; um campo formado por atores sociais que se mobilizam para fazer uso da natureza; uma nova cultura que possibilita a construção de novas visões e o surgimento de novas estratégias de produção sustentável e democracia participativa.

Construir a identidade de uma comunidade na perspectiva da complexidade implica pensá-la fora da lógica formal, trazendo-a para um mundo constituído por uma diversidade de identidades, compondo formas diferenciadas do ser e entranhando sentidos coletivos do povo. Na complexidade ambiental, a configuração das identidades e do ser surge como o posicionamento do indivíduo e de um povo no mundo; na formação de um ser que conduz estratégias de apropriação da natureza e a construção de mundos de vida variados. (LEFF, 2003, p. 47).

De acordo com Camargo, referindo-se à complexização do meio ambiente através da lógica socioambiental:

Levando-se em conta que a geografia da complexidade dimensiona o estudo da sociedade e da natureza, abrangendo os mecanismos de conhecimento da própria totalidade, torna-se possível, para essa ciência, substituir a antiga idéia fragmentada do meio ambiente mediante a aplicação do conceito de espaço geográfico nas análises socioambientais. (2008, p. 214).

A realidade da comunidade trabalhada neste estudo é concebida nos pressupostos da complexidade ambiental, vista como um sistema complexo, entendido como um conjunto de elementos interatuantes e dependentes entre si, de maneira que uma mudança nas partes “repercute” no todo. Um sistema complexo que inicia na teoria ambiental, identificando-se como uma interrelação das categorias sociais e naturais e que parte de estudos integrados. (PERALTA & RUIZ, 2003).

Para trabalhar a comunidade em sua objetividade, deve-se partir do lugar, necessitando que se conheça a história e a espacialidade da mesma, procurando entender o que ali acontece, em termos de relações e processos de qualificação da vida. Callai relata a importância e a significância de trabalhar o lugar em sua totalidade, como o espaço de vivência das pessoas-sujeitos de suas transformações:

Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. Assim, o lugar não pode ser considerado/entendido isoladamente. O espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades. (2005, p. 236).

Porém, é preciso entender que não há como pensar nos problemas socioambientais de uma comunidade, de um lugar, sem levar em consideração a totalidade do mundo. Também não há como conceber o mundo de forma linear, estudando cada uma de suas partes separadamente (casa, rua, bairro, cidade, estado, país, continente), para depois juntá-las. No atual período histórico, o mundo é fragmentado pelo processo de globalização que produz espaços da globalização, de forma que não existem espaços iguais, pelo contrário, há os espaços homogeneizados e homogeneizantes, os hierarquizados e os hierarquizantes, os que dão ordens e os que as cumprem. Mas o mundo não pode ser compreendido apenas como a soma de suas partes, ele é a totalidade, espaços que só fazem sentido no conjunto da totalidade. (STRAFORINI, 2001, p. 50-51).

Diante de um espaço geográfico complexo, formado por relações, conexões, trocas, onde o homem é sujeito na construção de um espaço social, surgem questões que desafiam o desenvolvimento das práticas e do modo de vida

contemporâneo. Essas questões referem-se aos problemas socioambientais gerados pelo uso inadequado que o homem faz do meio, criando e recriando espaços excludentes, que segregam e que desqualificam a própria vida.

É justamente essa movimentação em torno das vivências das pessoas/moradores da Comunidade Estação dos Ventos que pode fazer surgir propostas de ações com vistas a qualificar suas vidas, permitindo-lhes perceber a importância e o impacto de suas ações. A mobilização para compreender a intensificação dos problemas socioambientais ao longo do processo de ocupação da comunidade, que data de 1985, está inserida na própria relação das pessoas com os saberes que construíram e ressignificaram no decorrer de suas vidas.

Assim, a relação dos sujeitos/moradores da comunidade com o saber é uma relação com o mundo, com eles mesmos e com os outros. É relação com o mundo visto como *conjunto de significados*, também como *espaço de atividades*, e inscreve-se no *tempo* (Charlot, 2000, p. 78). É dessa maneira que esta pesquisa trabalha na perspectiva de investigar a relação dos moradores com o “seu mundo”, aqui visto como o lugar, os significados que os mesmos atribuem ao local onde vivem, sendo que essa relação com o mundo é uma relação com a própria linguagem. Logo:

O mundo é dado ao homem somente através do que ele percebe, imagina, pensa desse mundo, através do que ele deseja, do que ele sente: o mundo se oferece a ele como conjunto de significados, partilhados com outros homens. O homem só tem um mundo porque tem acesso ao universo dos significados, ao 'simbólico'; e nesse universo simbólico é que se estabelecem as relações entre o sujeito e os outros, entre o sujeito e ele mesmo. Assim, a relação com o saber, forma de relação com o mundo, é uma relação com sistemas simbólicos, notadamente, com a linguagem. (CHARLOT, 2000, p. 78).

Tais relações inter e transdisciplinares para que ocorram fundamentadas no sujeito devem proporcionar um “pensar sobre o mundo” a partir de um “pensar sobre si próprio”, conhecer o mundo a partir de um conhecimento sobre si mesmo. Dessa maneira, os processos pautados em uma abordagem socioambiental devem contribuir para que o homem possa conhecer a si próprio, na relação com o mundo e com o outro. (NOGUEIRA, 2009).

Tanto para a Geografia quanto para as outras ciências, trabalhar as questões socioambientais no Brasil significa, antes de qualquer coisa, lutar pelo equacionamento de graves problemas sociais que tão marcadamente caracterizam o espaço geográfico nacional, resgatando o mínimo necessário para a sobrevivência e

a condição de cidadania de cada um, absurdamente apropriada por uma minoria hereditariamente no poder. Esses problemas acabam se tornando uma ameaça à paz social quando se pensa nos índices de criminalidade, violência, delinquência, corrupção, favelamento, mortalidade infantil, desemprego/subemprego, distribuição de renda, habitação, educação, alimentação, lazer, etc. É preciso pensar também em algumas questões: a) Como falar em meio ambiente diante de tais condições? b) Como falar de qualidade do meio ambiente dentro de uma favela? c) O que essas pessoas precisam resolver primeiro? d) Quais as suas prioridades básicas?

Neste sentido, retomando as ideias de Mendonça (2005), deve-se considerar que o tratamento do meio ambiente, mesmo assumindo um ponto de vista de alguma especificidade do conhecimento, não pode perder a visão do todo. Em outras palavras, numa relação dialética, essa discussão socioambiental é uma manifestação do geral, e precisa ser compreendida nesse raciocínio de interligações particular-geral-particular.

A apropriação desses conceitos implica um compromisso histórico, no qual os homens assumem o papel de atores sociais que fazem e refazem o mundo, exigindo que criem sua existência com um material que a vida oferece-lhes. Tal conscientização baseia-se na relação consciência-mundo, proporcionando aos homens o esclarecimento da sua condição obscura, resultante de sua aproximação com o mundo.

A relação consciência-mundo e o esclarecimento da condição humana devem partir da transitoriedade local-global-local, por isso, a importância de investigar a relação dos diferentes atores sociais com a comunidade. A partir daí, tem-se a comunidade como um espaço onde se busca a segurança, que nega e interage com a liberdade; onde ocorre a valorização e o reconhecimento do outro como legítimo outro. Comunidade, assim, compreendida como lugar onde as complexas e retroativas relações homem e meio acontecem, por vezes gerando ações, reações, produtos e subprodutos; como uma reafirmação da identidade, na qual se vive e se está na comunidade; em suma, uma vida em comunhão com o outro.

Essas relações articuladas dos sujeitos com a comunidade devem estar focadas no desenvolvimento local, partindo de ações pensadas na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. No item seguinte, serão feitas reflexões sobre a importância da escola como ator social público inserida no contexto da comunidade

e mobilizada à formação de sujeitos-cidadãos críticos, com o objetivo de pensar ações que dialoguem com essas construções teórico-metodológicas.

1.4 A escola e a formação de sujeitos-cidadãos atuantes na qualificação da sua comunidade de vida

*A educação é um ato de amor e, por isso,
um ato de coragem. Não pode temer o
debate. A análise da realidade. Não pode
fugir à discussão criadora, sob pena de ser
uma farsa.*

Paulo Freire

A escola, como lócus de formação de sujeitos-cidadãos críticos e atuantes na sua realidade cotidiana, que lutam pela qualificação de suas vidas em comunidade, tem forte importância no processo de transformação individual e coletiva. Por isso, a educação deve ser considerada uma prática social, interrelacionada ao fazer história, ao problematizar a realidade e transformá-la, ao construir e reconstruir conhecimentos, valores e atitudes. Ela é parte constituinte e constituída da comunidade e da vida pública. (LOUREIRO, 2011).

A importância da escola, como ator social público, na transformação da realidade da comunidade pode ser verificada na formação de sujeitos-cidadãos mais críticos, atuantes e que valorizem a vida nesse espaço. A formação para a cidadania comunitária dá-se na reivindicação de uma educação preocupada com as pessoas como um todo, capaz de reforçar os sentimentos de pertencimento, de respeito para com esse espaço e de identidade coletiva.

As ações realizadas pela escola precisam partir dos saberes prévios construídos espacial e temporalmente no espaço comunitário pelos sujeitos dessa complexa rede de relações. Saberes que levam em consideração os desejos, as aspirações, as necessidades, as paixões, as angústias, os sofrimentos, as vitórias, as derrotas, as dificuldades, os conflitos, as lutas, os movimentos, enfim, o cotidiano de atores sociais comunitários que buscam uma vida mais decente. Em outras palavras, como diria Santos, B. de S. (2007), a ressignificação de saberes transformando-os em “conhecimento prudente para uma vida decente”.

Esse respeito aos saberes dos atores sociais comunitários

[...] coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino do conteúdo. (FREIRE, 2011c, p. 31).

Trata-se de aproveitar as experiências que estes têm ao viver em áreas da cidade descuidadas, esquecidas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos, assim como os baixos níveis de bem estar das populações, o descarte inadequado de lixo e os lixões com os riscos que oferecem para a vida das gentes. Dialogar, pois, com os educandos a realidade concreta, os fatos e acontecimentos conectados as suas vivências, as experiências que os tornam seres inacabados, inconclusos, incompletos, que se transformam ao transformarem o mundo.

O compromisso de uma educação que se quer humanizadora e libertária para com os oprimidos é construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o *respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença*, sendo que o importante não é a homogeneização, mas as diferenças iguais. (FREIRE, 2005, 2011a, 2011b, 2011c; SANTOS, B. de S., 2007). Neste sentido, amparados pelos princípios comunitários, “[...] a identidade dos sujeitos – o pensar a si mesmos – não se apóia em referências abstratas racionais, mas em valores e referentes culturais substantivos sustentados por uma comunidade”. (SACRISTÁN, 2002, p. 180).

Por isso, a escola deve estar organizada em torno das especificidades da comunidade, trabalhando mediante os princípios que qualificam a vida naquele espaço. Trabalhando em conjunto com a comunidade, a escola auxilia na transformação desta em um lugar-força que se mobiliza em prol de um desenvolvimento local sustentável. A união de forças para promover um crescimento harmônico e equilibrado com a natureza, a sociedade, a economia, a política, a cultura no sentido de uma sustentabilidade socioambiental, necessita criar, nos atores sociais público e comunitário, o sentimento de pertencimento, de interrelação, de interconexão e de irmandade com as múltiplas dimensões socioambientais. Dessa forma, a educação tem um papel fundamental na construção de uma nova relação com o mundo, pois:

A sustentabilidade não acontece mecanicamente. Ela é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica. (BOFF, 2012, p. 149).

É neste sentido que a educação surge como um estopim de um movimento capaz de rasgar qualquer relação de opressão em pedaços, fazendo reviver o sentido contra-hegemônico de uma democracia de alta intensidade, contrapondo-se à democracia de baixa intensidade. Neste aspecto, entendendo a democracia como a substituição de “[...] relações de poder por relações de autoridade compartilhada” (SANTOS, B. de S., 2007, p. 62), constrói-se, a partir do conceito de democracia de alta intensidade, a democracia representativa no nível local, a qual consegue articular autorização com prestação de contas, cria uma transparência, limita a corrupção e consegue a redistribuição social. (SANTOS, B. de S., 2007, 2011).

Por meio da participação constante, da vigília, do acompanhamento, da cobrança e da reivindicação por melhores condições de vida junto aos atores sociais do poder público, constrói-se uma comunidade de vida mais qualificada e decente. Neste processo complexo de sensibilização-mobilização-ação, tem fundamental importância a figura do educador em sua condição de ator social público capacitado para resgatar a autonomia e a rebeldia crítica dos educandos, transformando-os em cidadãos ativos. Por isso, é preciso sentir-se educador, reconhecer-se, pensar-se, identificar-se, valorizar-se, comprometer-se, mobilizar-se, emocionar-se, respeitar-se, transformar-se, ressignificar-se, estar constantemente aberto ao diálogo para tornar-se um educador popular comprometido e engajado. Neste sentido, pode-se afirmar que:

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: *a miséria na fatura*. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste. (FREIRE, 2011c, p. 100-101).

Nesse sentido, para chegar a ser um educador comprometido e engajado necessita-se do entusiasmo, do vigor, da chama, da práxis educativa capazes de sensibilizar e mobilizar os educandos para participar e fazer parte da vida em comunidade como sujeitos-cidadãos que lutam pela qualificação do seu lugar de vivência. Dessa maneira, conduzindo à transformação, que é coletiva e também autotransformação, a partir da ideia de que “[...] *o desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar os saberes torna-se um imperativo da educação*”. (MORIN, 2011c, p. 24). Desenvolvendo essa reflexão, destaca-se que:

O desenvolvimento da aptidão para contextualizar tende a produzir a emergência de um pensamento 'ecologizante', no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. Não só leva a situar um acontecimento em seu contexto, mas também incita a perceber como este o modifica ou explica de outra maneira. (MORIN, 2011c, p. 24-25).

O pensamento ecologizante possibilita a contextualização da ação, entendendo-a como decisão, escolha, mas também uma aposta, sendo que nesta há a consciência do risco e da incerteza. (MORIN, 2011b). As ações implementadas pelos atores sociais público e comunitário, incluindo, entre eles, a instituição escolar como ator social coletivo, são permeadas pelo acaso, o aleatório, o imprevisto, o inesperado, o risco e a incerteza.

A imprevisibilidade que se faz presente no contexto comunitário surge da relação dos homens com a sua realidade, de maneira que, nessa relação, a educação tem papel fundamental no processo de qualificação da mesma. Uma educação capaz de suscitar, nos homens, o pensamento crítico, emancipatório e dialógico frente às injustiças sociais que frequentemente afetam a vida dos mesmos, que busque propor alternativas e possibilidades de criar e recriar o mundo e a si próprio. Neste sentido, o homem como ser situado no tempo e no espaço constrói alternativas para organizar uma sociedade, onde impere a democracia e uma vida decente para seus cidadãos, sendo que ela deve partir da mobilização coletiva e da transformação que venha de baixo, das classes populares e seus saberes.

Sendo assim, pode-se pensar que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, à medida que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. (FREIRE, 2011a, p. 60).

Essa educação comprometida com a libertação, a humanização e a emancipação das pessoas é entendida como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade. Em sua perspectiva ambiental, o processo educativo foca a transformação social, envolvendo indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como princípio fundamental para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e novos modos de viver-se na natureza. (LOUREIRO, 2011).

Nessa perspectiva, a escola tem o compromisso de restabelecer ou reforçar a *comunidade de memória* que constitui a cultura que define um determinado grupo social. A produção e a reprodução da comunidade necessitam do currículo comum para manter a integração do grupo que se considera depositário e destinatário de uma determinada cultura. O chamado multiculturalismo comunitarista necessita da defesa e da reprodução da cultura como um todo e do provimento dos mecanismos políticos e educacionais para protegê-la. (SACRISTÁN, 2002).

Com base nesse breve diálogo inconcluso, inacabado e em constante transformação, pensando-o não apenas como perspectiva teórica, mas como visão de mundo e de resignificação da própria vida, na sequência, serão relatados os passos da caminhada investigativa deste estudo de caso. Desde a inserção na realidade da comunidade, entrando em contato com o universo e os sujeitos da pesquisa, até as formas de construção e tratamento dos dados, objetivando promover a interrelação teoria e empiria.

CAPÍTULO II: INSERÇÃO NO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: NATUREZA E CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 Natureza da pesquisa

A partir da interação entre os sujeitos da pesquisa e o objeto de estudo, optou-se por trabalhar com um percurso metodológico pautado na pesquisa qualitativa – estudo de caso, levando em consideração a natureza e a operacionalização da mesma, assim como a relação dos fenômenos estudados com o contexto sócio-histórico-cultural e, sob esse foco, as relações que se estabelecem entre as dimensões subjetivas e objetivas na apreensão do real. Sendo assim, entende-se que:

A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2011, p. 21).

A presente pesquisa é de cunho qualitativo por possibilitar contribuir significativamente na apreensão das diferentes faces do real. Nesse viés, essa perspectiva não nega a dimensão quantitativa, ao estabelecer uma complementação que, ao ser bem trabalhada teórica e praticamente, constrói riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. (MINAYO, 2011). A multiplicidade do real permite a utilização de diferentes abordagens para buscar a aproximação do pesquisador à complexidade das relações espaço-temporais que o compõem.

Parte-se do pressuposto de que, na pesquisa qualitativa, há um processo construtivo não linear, que vai se construindo, definindo no decorrer da trajetória do estudo, iniciando pela definição do objeto de estudo até a fase de conclusão. Dessa maneira, não parte de uma estrutura fechada, engessada para entrar em contato com a realidade, mas busca, na interrelação com a mesma, construir as formas de olhá-la, inquiri-la, apreendê-la em investigações. (NOGUEIRA, 2009).

2.1.1 Estudo de caso

Ao focar as características da opção metodológica desta pesquisa – o estudo de caso –, destaca-se que este revela-se pela sua originalidade e penetração na realidade social estudada. Em outras palavras, o estudo de caso

[...] apresenta um engenhoso recorte de uma situação complexa da vida real, cuja análise-síntese dos achados tem a possibilidade de surpreender, revelando perspectivas que não tinham sido abordadas por estudos assemelhados, o caso poderá ser qualificado como importante, e visto em si mesmo como uma descoberta. (MARTINS, 2008, p. 2).

Segundo Yin (2006), o estudo de caso possibilita realizar uma investigação para preservar as características complexas e significativas da vida real, tais como ciclos de vida individuais e, indo além, ciclos de vida coletivos e comunitários. Ao pensar o estudo de caso como pesquisa, é importante considerar a hierarquia nos processos de investigação, ressaltando que essa modalidade tem sido relegada ao campo das investigações exploratórias ou descritivas. Porém, de acordo com o mesmo autor “[...] os estudos de caso estão muito longe de serem apenas uma estratégia exploratória” (YIN, 2006, p. 22), pelo fato de que sua característica mais apropriada é “inclusiva e pluralística” (Ibid.); dessa forma, podem “[...] haver estudos de caso exploratórios, estudos de caso descritivos ou estudos de caso explanatórios” (Ibid., p. 23).

Aprofundando as discussões acerca do estudo de caso, como perspectiva que busca superar visões reducionistas do trabalho científico, este possibilita a penetração em uma dada realidade social. Ainda, no estudo de caso:

Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo. (MARTINS, 2008, p. 9).

O estudo de caso é entendido como a inquirição que “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real [...]”, buscando definir as relações entre um fenômeno e contexto, fenômeno e valor, significado e sentido – atribuídos pelos sujeitos a objetos de interesse (YIN, 2006, p. 32). A partir daí, entende-se o estudo de caso como estratégia investigativa de casos complexos, em

perspectiva qualitativa e com etapas definidas. Para tal, é significativo ter claro que o conhecimento em construção, relativo ao objeto de estudo, resulta da maneira como foi proposto o problema de pesquisa – a questão orientadora e como foram construídos os objetivos. (NOGUEIRA, 2009). Logo, cabe destacar que a investigação de estudo de caso:

[...] enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (YIN, 2006, p. 33).

É importante ressaltar também que, como estratégia de pesquisa, um estudo de caso orientará a procura por explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos, construindo condições para realizarem-se inferências analíticas sobre proposições constatadas no estudo e outros conhecimentos encontrados. (MARTINS, 2008, p. 11-12). Por isso, de acordo com Yin (op. cit., p. 26-27), “[...] o poder diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional”.

Ao entrar em contato com o objeto de estudo, na multidimensionalidade do real, a observação direta do comportamento dos fenômenos e dos fatos apresenta-se como uma fonte inspiradora de ideias. Não basta deixar que os dados falem por si mesmos: “É preciso saber observá-los, interpretá-los”. (MARTINS, 2008, p. 13). Realizar a observação atenta dos fenômenos permitirá, muitas vezes, a descoberta de um problema que precisa ser investigado. “Observando é que se pode conjecturar acerca de uma possível regularidade empírica que demanda explicação” (Ibid.).

Além da observação, a construção de perguntas possibilita lógicas de questionamentos distintos, mas que podem ser complementares. Conforme Yin (2006, p. 24-25), perguntas do tipo “**o que**” conduzem um estudo exploratório, “[...] tendo como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinentes a inquirições adicionais”. Perguntas do tipo “**quem**” ou “**onde**” favorecem “[...] estratégias de levantamento de dados ou análise de registros arquivais [...]” (YIN, 2006, p. 25), quando o objetivo da pesquisa consiste em descrever a incidência ou

a predominância de um fenômeno. No entanto, “[...] questões do tipo ‘**como**’ e ‘**por que**’ são mais explanatórias [...]” (Ibid.), sendo que se conectam a ligações operacionais que precisam ser traçadas ao longo do tempo, ao invés de serem vistas como repetições ou incidências. As ideias de Yin permitem explicar a questão diretiva desta pesquisa, sendo que ela traz como formulação: “[...] **quais** conexões se estabelecem entre as ações realizadas pelos moradores da Comunidade Estação dos Ventos e as ações planejadas pelo poder público, no sentido de resolução dos problemas socioambientais e qualificação da vida [...]”; tal questionamento remete à pergunta “**o que**” tem sido realizado e/ou planejado pelos atores sociais e públicos para a resolução dos problemas socioambientais locais? – base de um estudo de caso de caráter exploratório, acrescentando que este parte de uma visão inclusiva e pluralística da realidade.

A definição das questões da pesquisa pode ser considerada a etapa mais importante em um estudo de caso, por isso, é preciso reservar paciência e tempo suficiente para a realização dessa tarefa. Diante disso:

A chave é compreender que as questões de uma pesquisa possuem *substância* (p.ex., ‘sobre o que é o meu estudo?’) e *forma* (p.ex., ‘estou fazendo uma pergunta do tipo ‘quem’, ‘o que’ ou ‘como?’). Outras questões detiveram-se em detalhes substancialmente importantes [...]; o ponto-chave da discussão anterior é que a forma de uma questão fornece um indício importante para traçar a estratégia de pesquisa que será adotada. (YIN, 2006, p. 26).

O primeiro aspecto diz respeito ao que trata o estudo, o segundo ao tipo de formulação da questão de pesquisa. Referindo-se, com relação a essas categorias, a pergunta desta pesquisa: Tendo em vista o desenvolvimento local, quais conexões se estabelecem entre as ações realizadas pelos moradores da Comunidade Estação dos Ventos e as ações planejadas pelo poder público, no sentido de resolução dos problemas socioambientais e qualificação da vida? –, a **substância** está presente nos eixos teóricos: a) a força do lugar e a sustentabilidade socioambiental; b) gestão-força do lugar: ação participativa dos atores públicos e comunitários; c) a comunidade como lugar potencial de práticas político-sustentáveis na qualificação da vida e d) a escola e a formação de sujeitos-cidadãos atuantes na qualificação da sua comunidade de vida; sendo que esses eixos, no que se refere a contextos específicos - a realidade da Comunidade Estação dos Ventos – permitem construir relações com o contexto mais amplo da sociedade contemporânea. No que diz

respeito à **forma**, realiza-se um questionamento diagnóstico-exploratório desta pesquisa como estudo de caso específico ou estudo de uma unidade relacionada ao contexto e às suas interrelações como um todo complexo e à sua dinâmica como um processo. Portanto, esta pesquisa busca seguir a perspectiva do estudo de caso apresentado na figura:

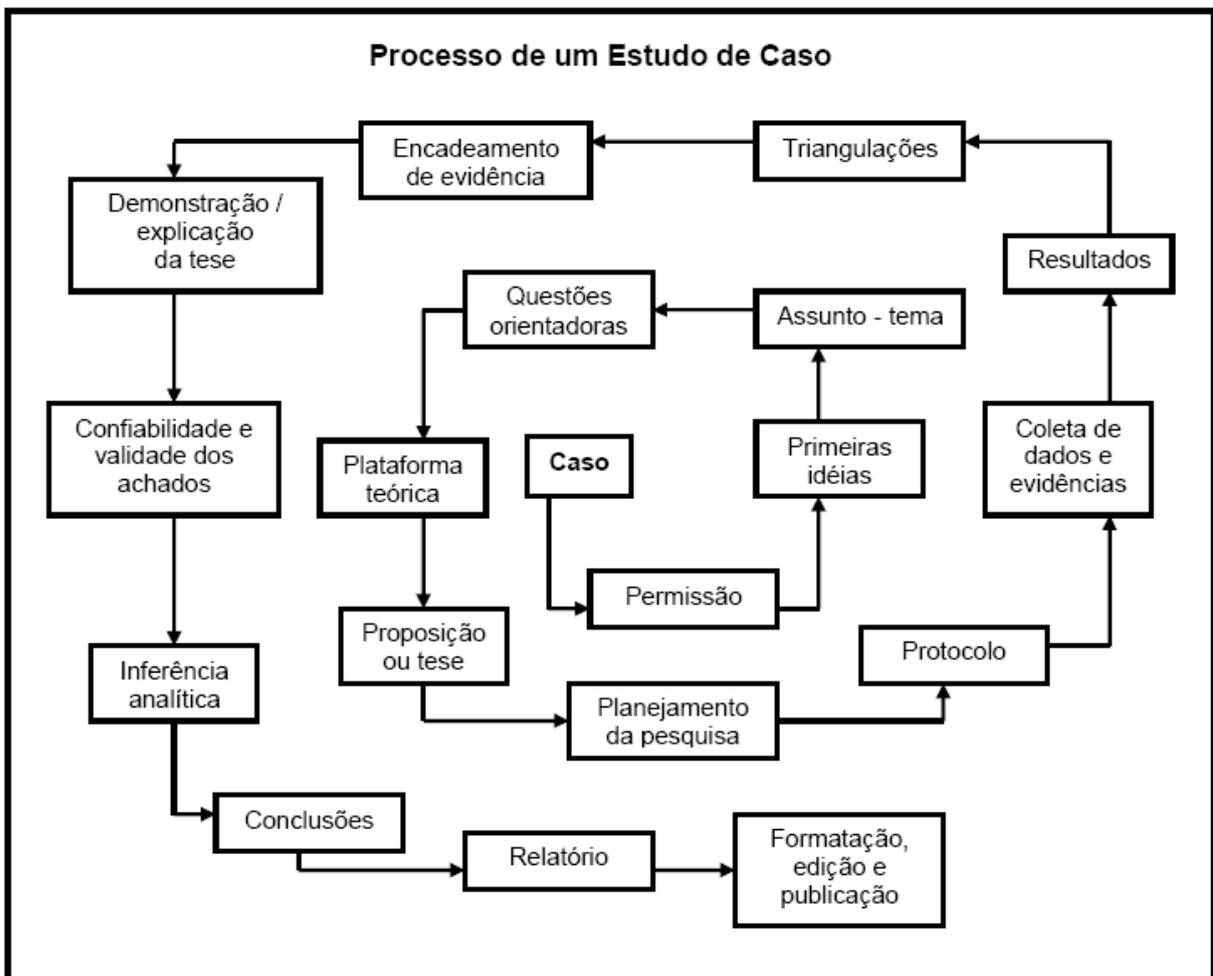
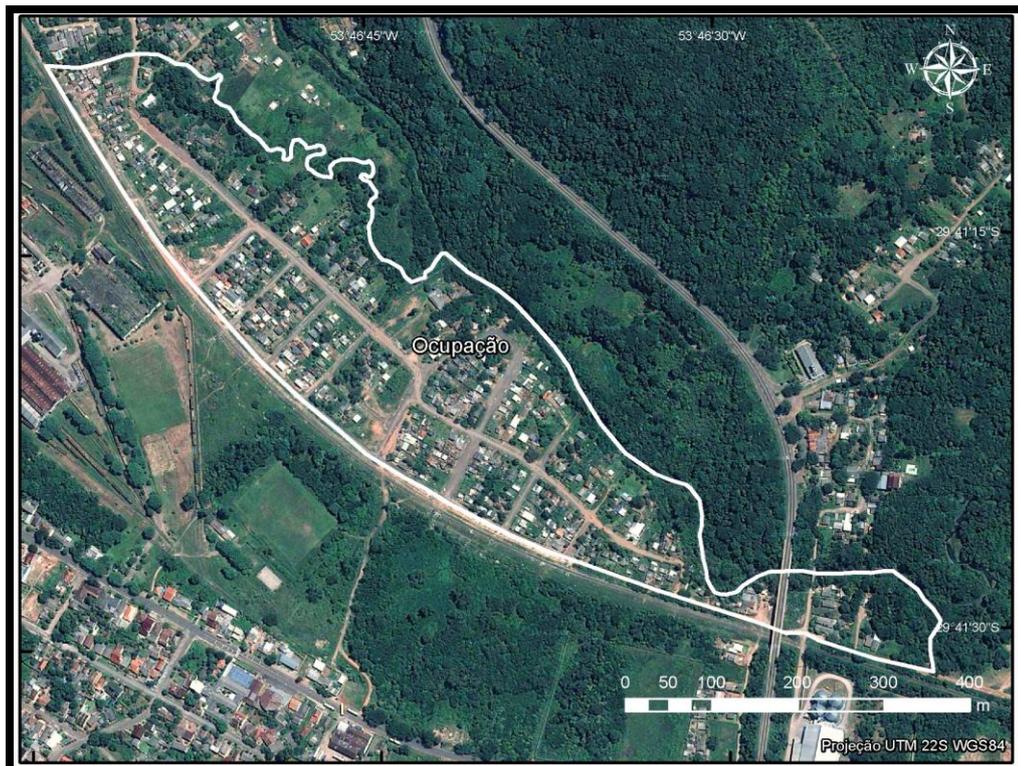


Figura 01: Estudo de caso específico.
Fonte: Martins, 2008.

O movimento dialético de aproximar-se e afastar-se do objeto de estudo propiciou ad-mirar o complexo espaço da comunidade em suas interconexões, as relações dos sujeitos com o espaço e entre si, possibilitando a construção do mapa 01 a partir da voz dos mesmos, utilizando-se diálogos, entrevistas e comentários. Estes dados foram coletados nos trabalhos de campo realizados em projetos

anteriores e com base nas investigações da presente pesquisa, sendo que a cada nova inserção do pesquisador e do educador nesse lugar-força, percebiam-se mais as relações complexas, as interrelações. Baseando-se nos comentários e discussões com os diferentes atores sociais, chegou-se a essa delimitação espaço-temporal do local que compreende a Comunidade Estação dos Ventos.



Mapa 01: Delimitação empírica (de acordo com os trabalhos de campo e entrevistas realizadas anteriormente na comunidade) da Comunidade Estação dos Ventos.
Montagem: QUOOS, J. H.
Fonte: Google Earth.

Dessa forma, é importante destacar que se buscou trabalhar a relação dos sujeitos com o seu espaço de vivência, com o seu lugar-força de construção de saberes-fazer, na inteireza e na inconclusão desse meio que se interrelaciona dialeticamente com outros lugares. Torna-se significativo, também, ressaltar que, para fins de planejamento e realização de ações por parte dos gestores públicos, a divisão do município em bairros é um fator relevante de ordenamento territorial, que permite ter a visão das partes em suas interconexões, buscando a qualificação da vida no todo.

2.2 Universo da pesquisa

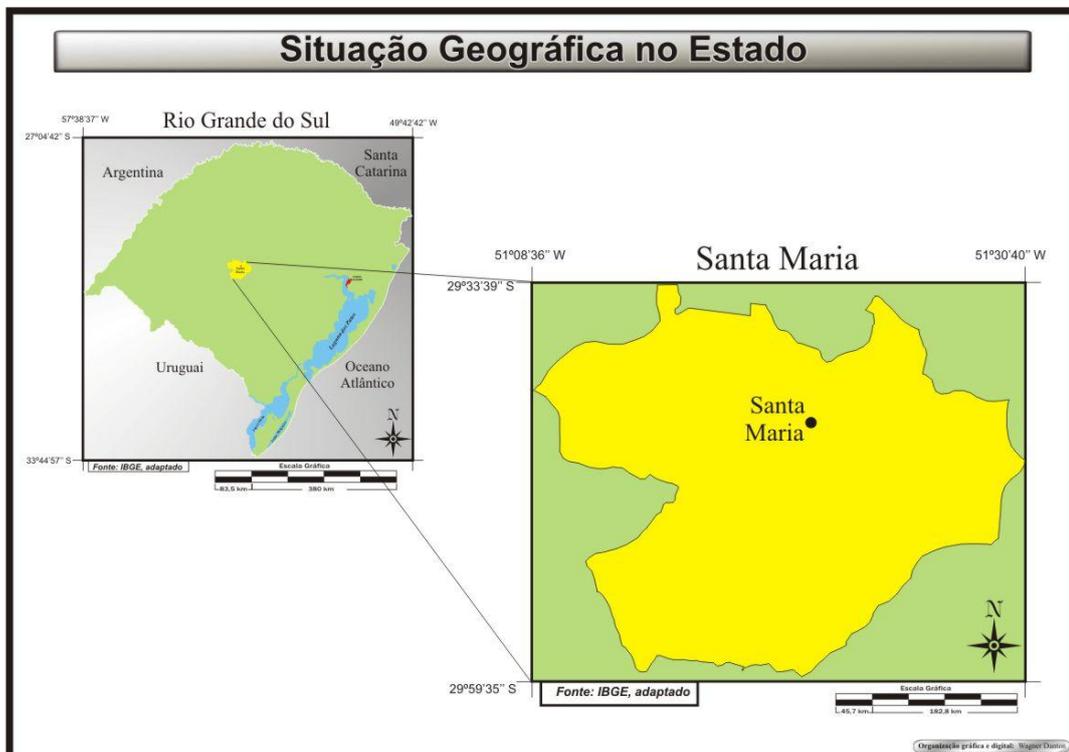
2.2.1 Definição do campo da pesquisa

A comunidade Estação dos Ventos (Figura 02), objeto da pesquisa, está localizada ao pé da Serra do Pinhal, entre a mata fechada e a carcaça do que, um dia, foi um grande pátio de obras ferroviárias (hoje, pertencente à América Latina Logística – ALL). Ali, residem cerca de mil e quinhentas famílias, de acordo com dados da Associação dos Moradores do Loteamento Estação dos Ventos. O nome relaciona-se a uma característica santamariense bem conhecida, o vento norte, que, na comunidade, sopra com mais força. Localizada entre a região central do município e a Zona Leste, fazendo limite ao norte com a mata fechada e a cadeia de montanhas da região de Itaara, sendo que a Estação dos Ventos conta com apenas uma via reconhecida pelos órgãos públicos, a Rua Luiz Castagna. No entanto, para os moradores, a comunidade está constituída por mais de dez pequenas vias, estendendo-se por aproximadamente um quilômetro, desde o Bairro Presidente João Goulart, do qual a comunidade faz parte, até a ponte da BR-158, que liga o município às regiões Central e Norte do estado. Devendo-se referir que o Município de Santa Maria insere-se entre as coordenadas W 51°30'40", 51°08'36" e S 29°33'39', 29°59'35" (Mapas 02 e 03).

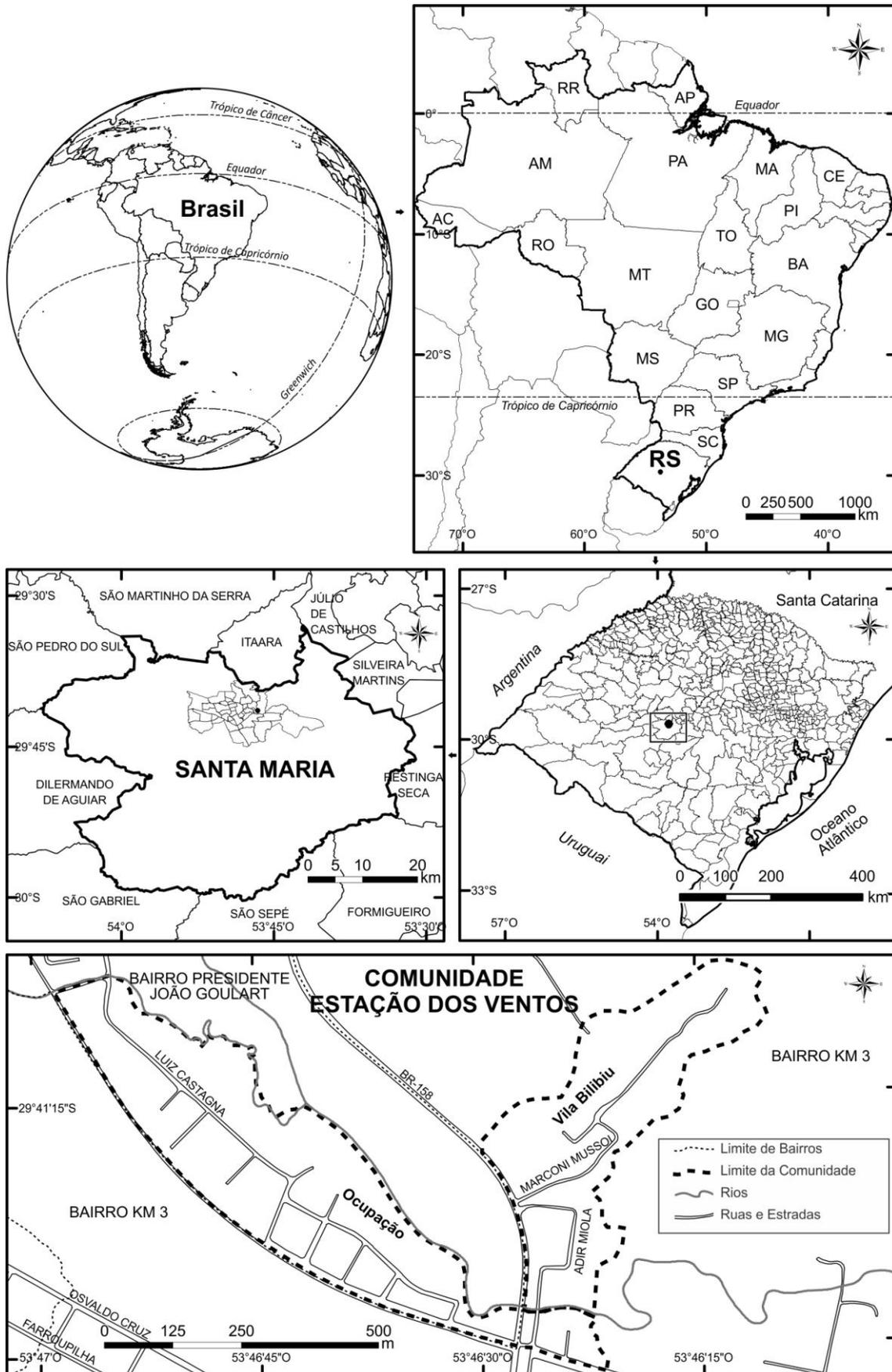
Nesse contexto, articulada a alguns movimentos sociais, como o MNLM, a comunidade como lugar-força coletivo de luta e resistência enfrentou e ainda enfrenta graves problemas socioambientais. Eventos naturais, como chuvas torrenciais, provocam enchentes devido ao fato desta ter sido construída na área de inundação do Rio Vacacaí-Mirim; falta de infraestrutura adequada de energia, água, esgoto, ruas e disposição do lixo; além de outros problemas relativos ao abandono, esquecimento, desvalorização, falta de reconhecimento, de planejamentos e de ações por parte do poder público.



Figura 02: Visão oblíqua da Comunidade Estação dos Ventos.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Mapa 02: Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.
Montagem: DANTON, W.
Fonte: MANHAGO, E. E. M.



Mapa 03: Transitoriedade entre diferentes escalas, do local ao global e do global ao local.
 Montagem: QUOOS, J. H.
 Fonte: Google Earth.

A seleção da Comunidade decorre do movimento vivenciado em outros trabalhos desenvolvidos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof.^a Celina de Moraes, localizada no bairro Km 3, que possibilitou a construção de um vínculo com a realidade da comunidade e mostrou que, naquele lugar, existem graves problemas socioambientais. A referida Escola já teve uma participação mais ativa e significativa na comunidade. O histórico dessa instituição mostra uma tentativa de aproximação com a comunidade, por meio de um atendimento educacional via projetos vinculados à comunidade universitária santamariense e à Prefeitura Municipal; mas tais iniciativas, geralmente, tinham um alcance superficial por não mobilizar, sensibilizar, envolver e valorizar os próprios moradores da comunidade como força local. Assim, escola e comunidade seguem caminhos paralelos, no sentido de que os problemas socioambientais da comunidade quase não são tratados na realidade escolar, mesmo considerando que os problemas da comunidade são seus próprios problemas.

Os trabalhos de campo foram realizados a partir de projetos desenvolvidos na escola, visando trabalhar com os educandos os problemas socioambientais da comunidade, a partir de atividades didático-pedagógicas que resgatassem e valorizassem os saberes, os valores, os sentimentos, a própria intencionalidade dos educandos. Dessa maneira, a necessidade de trabalhar a partir da realidade dos mesmos, ou seja, da Comunidade Estação dos Ventos, foi de fundamental importância para transformá-los em sujeitos das ações voltadas para a valorização e o reconhecimento do lugar.

Os trabalhos de campo (Figuras 03 e 04) constituíram-se numa forma de investigar o olhar dos educandos sobre a própria realidade e também como maneira de buscar dados para serem considerados nos projetos. Esses trabalhos foram desenvolvidos em turno inverso, após detalhado planejamento em sala de aula, porém, muitas vezes, o acaso, o inesperado e a imprevisibilidade estiveram presentes, pois quando os educandos percebiam-se sujeitos das práticas a emoção, a empolgação, a necessidade de falar aquilo que sabe e até mesmo o amor e o carinho inundaram seus discursos e modificaram os rumos dos trabalhos.



Figura 03: Trabalho de campo na Comunidade Estação dos Ventos em 2009.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.



Figura 04: Trabalho de campo na Comunidade Estação dos Ventos em 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Além disso, foram importantes ações para educandos e pesquisador construírem maneiras de divulgar, valorizar e de fazer-se ver e ouvir as vivências e o cotidiano dos moradores da comunidade. Movimentos que foram significativos na escolha desse universo da pesquisa, pois além da coleta de imagens, nas entrevistas e nos diálogos realizados, percebeu-se, na voz dos sujeitos, que o vínculo afetivo e o sentimento de pertencimento, de reconhecimento, contrastavam com os relatos dos problemas socioambientais locais. Alguns relatavam detalhadamente a interrelação de suas histórias de vida, suas intencionalidades com a gradativa formação dos problemas que ainda comprometem a qualidade de suas existências.

2.2.2 Contextualizando o campo da pesquisa

Situar o contexto socioambiental do universo da pesquisa é colocá-lo em relação com outras dimensões, que constroem a vida em comunidade. Assim, partiu-se da perspectiva de que há uma relação entre atores sociais público e comunitário que ressignificam a vida comunitária. De acordo com Nogueira (2009), todo fenômeno acontece em um contexto, localiza-se em um espaço físico, histórico, econômico, político e cultural.

A comunidade nasceu no dia 17 de julho de 2001, a partir de um processo de reintegração de posse concedido às famílias que habitavam a Vila Santos, as quais ocuparam o único espaço vazio que foi encontrado na área próxima aos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), no Bairro Presidente João Goulart, onde encontraram as possibilidades para sobreviver. Organizados em grupos de famílias que foram retirados de seu lugar de origem, os moradores apoiados pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ocuparam a atual área da comunidade, utilizando barracas de lona, enfrentando com estas as intempéries do tempo, como chuva de granizo, vento e frio.

Porém, com o decorrer dos anos, famílias de outras localidades do município passaram a ocupar os terrenos vazios e construir seus lares, por não terem condições financeiras de pagar aluguel, por não conseguirem mudar-se para outro lugar, por terem constituído família na própria comunidade e por desejarem ter uma casa própria, dentre outros motivos. O espaço da comunidade antes pertencia ao

governo federal, mas, atualmente, é propriedade do município, sendo responsabilidade dos gestores públicos municipais fornecerem as condições mínimas necessárias para a vida.

Diante da possibilidade do enfrentamento desses problemas socioambientais gerados pelo descaso do poder público, a importância da Creche Estação dos Ventos como um projeto social para o contexto da comunidade, surge como forma de auxiliar os pais de crianças que saem diariamente para catar materiais recicláveis (Figura 05). A creche foi fundada no dia 24 de abril do ano de 2005, é uma forma de dar abrigo, aconchego, carinho, atenção e suprir as necessidades básicas das crianças. Funciona de segunda a sexta-feira das oito horas da manhã às cinco horas da tarde, atendendo aproximadamente 80 crianças vindas de 45 famílias, mantendo-se somente com doações da comunidade santamariense e voluntariados. Atende crianças do zero aos 13 anos de idade, sendo que, ao completarem 13 anos, são convidados a trabalharem como monitores na creche. É também conhecida como Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) Estação dos Ventos.

Atualmente, a creche está passando por um processo de reestruturação, contando com a ampliação do número de salas, construção de banheiros adequados para as crianças, aumento do espaço físico da área de recreação, ampliação da cozinha e ressignificação da própria vida da família que se dedica a manter o projeto vivo (Figura 06). Essas transformações estão sendo feitas através de doações de materiais da população santamariense e empresas, ajuda com a mão de obra de amigos e voluntários, mobilização de pais e familiares das crianças atendidas no local e da dedicação e luta integral dos moradores responsáveis pela creche, que procuram concretizar a utopia e o sonho de reconstrução de um espaço-cidadão.



Figura 05: Creche Estação dos Ventos no contexto da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Figura 06: Reestruturação do espaço da creche, com o aumento da área construída e mobilização de diferentes atores nesse processo.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.

A economia local baseia-se na reciclagem de materiais recolhidos de outros lugares do município e da própria comunidade e no aumento do número de moradores que trabalham fora com carteira de trabalho assinada, porém a maior parte dos moradores ainda é de baixa renda. Apesar da atividade da catação ser considerada um trabalho informal, na comunidade, ainda proporciona o sustento de um número significativo de pessoas e garante as condições para viver. Também existem pequenos comércios no local que acabam se tornando significativos por facilitar o acesso dos sujeitos comunitários aos recursos necessários para a sobrevivência.

2.2.3 Sujeitos da pesquisa

Procurando manter a identidade dos atores sociais, de acordo com o seu reconhecimento pela comunidade, optou-se por fazer uso das iniciais dos pronomes de tratamento, apelidos ou mesmo nome próprio, como, por exemplo, Seu Tito (S. T.), Seu Chico (S. C.), Dona Mara (D. M.), Seu Francisco (S. F.), Professora Denise (P. D.), entre outros. Tal atitude fortalece e valoriza saberes historicamente construídos, criando um vínculo e uma relação estreita entre pesquisadores e colaboradores, em uma relação de cumplicidade e respeito que foi sendo construída ao longo das ações em campo, criando laços humanos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Tem-se como um dos sujeitos da pesquisa o representante do poder público, que, na figura de S. F., é responsável legal pelas obras do PAC, contribuiu através da concessão de entrevista e documentos para conhecer o planejamento e/ou desenvolvimento de ações voltadas à comunidade. Tais informações referem-se principalmente ao andamento das obras do PAC, que, na sua incerteza e imprevisibilidade, deveriam beneficiar a comunidade por meio da construção e organização da infraestrutura local. Posteriormente, relatou como ocorre (ou não ocorre) o diálogo entre comunidade e poder público no planejamento e realização de ações no local.

Os moradores da comunidade que tiveram suas ações interrelacionadas às ações do representante do poder público, destacando-se o presidente da associação comunitária e representante junto ao MNLM, os representantes do conselho de

moradores, alguns moradores mais antigos e os funcionários da Creche Estação dos Ventos. Esses informantes foram escolhidos devido ao fato de estarem constituindo os anseios e necessidades da comunidade na construção e proposição de ações voltadas para o local e na luta junto ao poder público por melhores condições de habitação e existência. Os moradores mais antigos e funcionários da creche auxiliaram na compreensão de um breve histórico do lugar, como este foi se organizando e, a partir daí, como surgiram os problemas socioambientais considerados mais graves. Essas informações foram levantadas por meio de entrevistas, pesquisas documentais, participação em reuniões/eventos da comunidade e diálogos com os sujeitos mencionados.

O acompanhamento e as significativas contribuições do educador P. D., que esteve presente em todas as etapas da pesquisa, contribuíram no sentido de fundamentar e enriquecer o diálogo entre pesquisador e moradores da comunidade. Importante sujeito da pesquisa, este permitiu trazer a visão do educador para o diálogo com a comunidade, que, a partir de seu sentimento de pertencimento, reconhecimento, amorosidade e respeito aos moradores locais trouxe a complexidade necessária ao presente trabalho, no sentido de trazer os educandos e demais moradores da comunidade em suas interações com o lugar, entre si e com os demais lugares do município. Além disso, por não estar mais trabalhando na Escola Celina de Moraes, a participação integral e em sua plenitude humana na pesquisa, proporcionou-lhe rever os amigos, visitar os sujeitos que transformaram sua vida, que lhe possibilitaram ver a vida de outra forma, numa perspectiva mais humana e menos econômica.

A conexão entre esses diferentes sujeitos permitiu investigar a visão complexa dos problemas socioambientais, com relação ao que tem sido feito, ao que precisa ser feito e ao que tem sido negligenciado, omitido ou simplesmente negado. Possibilitou aproximar-se dos sujeitos da pesquisa, construindo relações que permitiram a valorização e o reconhecimento desses sujeitos como legítimos, por meio de seus saberes-fazer, valores, sentimentos e suas intencionalidades.

2.3 Construção dos dados

A presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares, que buscaram a compreensão do objeto investigado: a primeira etapa refere-se à revisão

e reflexões acerca dos pressupostos teórico-metodológicos nos campos da Geografia Socioambiental, da Geografia Humanística em conexão com a Teoria da Complexidade, que embasaram a coleta e análise dos dados; a segunda etapa consta da elaboração, validação e aplicação dos instrumentos de coleta de dados; a terceira etapa compreende a análise crítica dos dados levantados no trabalho de campo, dialogando com o referencial teórico, construindo um contínuo movimento de ir e vir na relação teoria e prática. (YIN, 2006).

Como já falado, o primeiro contato do pesquisador com o universo da pesquisa deu-se por meio de trabalhos de campo realizados em estudos e projetos anteriores, tentando aproximar-se, inserir-se, enlamear-se de realidade. Assim, é importante levar em consideração que:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os 'atores' que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2011, p. 61).

Essa inserção em campo dependeu da qualidade da fase exploratória, ou seja, dependeu da clareza da questão colocada, da discussão teórico-metodológica aprofundada que permitiu partir do conhecimento já existente. (MINAYO, 2011). A coleta de dados deu-se a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos que contribuíram para focar a realidade da Comunidade Estação dos Ventos.

Com foco na questão, pensando os objetivos e pressupostos da pesquisa e, por ter optado pelo estudo de caso específico, foram utilizadas como estratégia de coleta de dados: observações diretas da comunidade, entrevistas semiestruturadas, registros dos trabalhos de campo e análise documental. Dessa forma, foram discutidos os procedimentos de levantamentos de dados teórica e empiricamente.

2.3.1 Observação direta

As observações diretas dos fenômenos e dos fatos na comunidade serviram como fonte inspiradora de ideias e de evidências no estudo de caso. O objetivo foi observar e interpretar atentamente os fatos na comunidade, de forma a possibilitar a descoberta e a compreensão de problemas que necessitem ser levados em consideração na pesquisa. Assim: “Observando é que se pode conjeturar acerca de

uma possível regularidade empírica que demanda explicação”. (MARTINS, 2008, p. 13).

As observações variaram de atividades formais a atividades informais de coleta de dados. Mais formalmente, foram desenvolvidos protocolos de observação como parte do protocolo do estudo de caso e cabe ao pesquisador de campo decidir sobre a avaliação da incidência de determinados comportamentos durante certos períodos de tempo no campo. Na pesquisa foram incluídas observações de reuniões, atividades de passeio, trabalho de fábrica, salas de aula e outras atividades semelhantes. (YIN, 2006).

Um dos aspectos relevantes sobre essa forma de levantamento de dados em campo consiste na sua estreita relação com a teoria. Para que tenha valor científico, a observação deve estar apoiada em fundamentos teóricos consistentes, relacionados à natureza dos fatos.

“Observar não é apenas ver”. (MARTINS, 2008, p. 24), desse modo, a observação deve ser rigorosa, controlada e sistemática. O pesquisador deve fazer um planejamento que delimite o fenômeno a ser estudado, indicando o que se deve observar, as formas de observar, a duração, periodicidade, modo de registrar e controlar para garantir a validade e confiabilidade. (Ibid.). Nesse viés, o observador poderá, ou não, ser um participante da estrutura social que investiga, determinando a obtenção de certos aspectos da realidade através dos sentidos.

Neste sentido, os aspectos de caráter descritivo na observação podem ser complementados e ampliados por outros de caráter reflexivo. Diante disso, com base em Lüdke e André (1986)⁶ *apud* Nogueira (2009, p. 213), quanto ao caráter reflexivo da observação relaciona-se a: a) **reflexões analíticas** – referem-se à apreensão do que está sendo observado, das associações e relações que vão se fazendo ao longo do processo de observação, implicando surgimento de novas ideias, novas temáticas correlatas ao foco do estudo; b) **reflexões metodológicas** – envolvem os procedimentos e estratégias metodológicas utilizadas, implicando o delineamento do estudo e os problemas encontrados no processo de obtenção dos dados; c) **dilemas éticos** – questões referentes a relações entre pesquisador e informantes, em termos de responsabilidade e compromisso do pesquisador com os sujeitos da pesquisa; d) **mudanças de perspectiva** – diz respeito à evolução do

⁶ LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

observador no processo de observação, quanto a opiniões, preconceitos e conjecturas realizadas pelo pesquisador ao longo das observações; e) **esclarecimentos necessários** – pontos confusos a serem explicitados, clarificados, elementos que necessitam de maior exploração.

Neste sentido, a seguir é apresentado o roteiro e os objetivos que orientaram as observações em campo:

1. Verificar como a comunidade está organizada: perceber de que forma a comunidade foi e está sendo construída, se existe uma organização interna em termos de distribuição espacial dos moradores, se existe infraestrutura básica para todos (rede de água, luz, esgoto) e como a comunidade organiza-se no contexto do município;
2. Observar a realidade da comunidade, identificando os potenciais sujeitos da pesquisa (os que poderiam contribuir significativamente para a construção deste estudo), tentando perceber as dinâmicas e os processos socioambientais construídos a partir da relação destes com o seu lugar;
3. Localizar associações ou conselhos que existem na comunidade ou fora dela que estejam mobilizadas para agir em favor da mesma, procurando investigar ações que foram planejadas e/ou realizadas nessa Comunidade (NOGUEIRA, 2011);
4. Identificar problemas socioambientais na Comunidade que, posteriormente, foram relacionados à voz dos sujeitos, observando o enfoque que foi dado aos mesmos;
5. Verificar junto aos gestores municipais, representantes do poder público, aspectos relativos ao envolvimento e à preocupação dos mesmos com os problemas socioambientais da Comunidade, por meio de comentários, expressões e ações realizadas ou planejadas com vistas a qualificar a vida dos cidadãos desse espaço.

As observações foram realizadas em três momentos distintos: observação exploratória na fase inicial da pesquisa na comunidade; observação exploratória na prefeitura junto ao representante das obras do PAC; e observação final na comunidade, no foco do estudo de caso específico; utilizando-se de *registros pessoais*, por meio de diário de campo, anotações e mesmo agenda de telefone. Diante disso, segue um quadro explicitando esse movimento.

ETAPAS DAS OBSERVAÇÕES	LOCAL	PERÍODO
1ª Observações exploratórias na fase inicial da pesquisa na comunidade	Comunidade Estação dos Ventos	Três meses de observações na comunidade
2ª Observações exploratórias – campo – na prefeitura	Prefeitura Municipal representada pelo ator social público S. F.	Uma semana de observações
3ª Observações exploratórias finais – campo – na comunidade	Comunidade Estação dos Ventos	Três meses de observações

Quadro 01: Etapas das observações.

Fonte: Do Autor.

As observações complementaram a construção dos dados mediante outras estratégias, no sentido de verificar a veracidade das respostas e identificar comportamentos intencionais e não intencionais, no contexto da comunidade, e levantar aspectos não mencionados pelos sujeitos da pesquisa, principalmente nas entrevistas.

2.3.2 Entrevista semiestruturada

A coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas buscou encontrar evidências que auxiliassem a responder os questionamentos levantados pela presente. A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e, ao mesmo tempo, no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Pode ser considerada, acima de tudo, um diálogo a dois, ou entre vários interlocutores, desenvolvida por iniciativa do pesquisador. Ela tem como objetivo construir informações que tenham relação com o objeto de pesquisa, e abordagem pelo pesquisador de temas condizentes com tal objetivo. (MINAYO, 2011).

As entrevistas podem ser consideradas *conversas com finalidades* e caracterizam-se pela forma de organização. De acordo com Minayo (2011), a entrevista *semiestruturada* “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o

entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada [...]”.

Sendo assim, a entrevista semiestruturada é uma técnica ou instrumento de coleta de dados que se desenrola com base em um esquema ou roteiro básico - a condução não se dá de forma rígida, permitindo adaptações e intervenções ao longo da fala, para que determinados aspectos importantes do foco do estudo sejam esclarecidos ou aprofundados. Por conseguinte, é comum que as entrevistas para o estudo de caso sejam conduzidas de *forma espontânea*. Assim, pode-se tanto indagar aos respondentes-chave fatos relacionados a um assunto, quanto pedir a opinião deles sobre eventos específicos. (YIN, 2006).

Através da entrevista semiestruturada, buscam-se obter informações, dados e opiniões por meio de uma conversação livre, quase sem limitação de um roteiro de perguntas, permitindo aos atores sociais o livre discurso, expressando suas intencionalidades, suas angústias, seus desejos, seus desacordos, enfim, a complexidade do ser. Uma entrevista pode trazer elementos para ressaltar evidências coletadas por outras fontes, possibilitando triangulações e consequente aumento do grau de confiabilidade do estudo. Trazendo aspectos destacados por Martins (2008, p. 28) com relação a esta, é importante também considerar no processo de entrevistas:

- a) planejar a entrevista, delineando cuidadosamente o objetivo a ser alcançado;
- b) quando possível, obter algum conhecimento prévio sobre o entrevistado;
- c) atentar para os itens que o entrevistado deseja esclarecer, sem manifestar suas opiniões;
- d) obter e manter a confiança do entrevistado;
- e) ouvir mais do que falar;
- f) evitar divagações;
- g) registrar os dados e informações durante a entrevista;
- h) com a concordância do entrevistado, usar gravador;
- i) se necessário, formular questões secundárias: O que o faz pensar assim?
Fale mais sobre isso. O que você parece estar dizendo/ sentindo é que...

Diante disso, a entrevista é considerada uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso. Estas também são fontes essenciais de informações, sendo consideradas conversas guiadas, e não investigações estruturadas. Em outras palavras, embora se esteja seguindo uma linha consistente

de investigação, é bem provável que seu fluxo real de questões nas entrevistas de estudo de caso seja fluido no lugar de rígido. (YIN, 2006).

Sendo assim, a entrevista semiestruturada foi realizada com os moradores mais antigos da comunidade, o educador, o presidente da Associação Comunitária e representante junto ao MNLM, os representantes desse conselho de moradores, os moradores responsáveis pela Creche Estação dos Ventos e o ator social público responsável pelas obras do PAC. Os objetivos das entrevistas com os atores sociais público e comunitário, em sua singularidade e coletividade, são para: identificar os problemas socioambientais mais urgentes na comunidade, presentes na voz deles; analisar as ações desenvolvidas pelos moradores e os planejamentos e projetos pensados pelo poder público em busca da resolução dos problemas socioambientais; e realizar uma avaliação das formas de articulação entre esses atores, pensando as ações possíveis de serem executadas na realidade da comunidade. (TOURAINÉ, 1998; BAUMAN, 2003; FREIRE, 2011b).

Nas entrevistas com os distintos sujeitos, as questões foram organizadas de acordo com o roteiro abaixo, que sofreu alterações no decorrer das entrevistas:

1. Identificação dos principais problemas socioambientais pelos atores sociais;
2. Levantamento das intenções dos sujeitos quanto à definição de ações voltadas ao desenvolvimento local;
3. Levantamento das condições de vida, da identidade ou sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos da comunidade. (Apêndice A, B e C).

Esse roteiro deu abertura para a proposição de questões pré-definidas que foram ressignificadas no decorrer do diálogo com os sujeitos, permitindo-lhes que pontuassem aspectos considerados relevantes. O movimento desencadeado pelo roteiro proporcionou o diálogo de saberes com as bases teóricas, buscando interrelacionar ação e reflexão numa práxis humanizadora e libertadora, capaz de transformar sujeitos passivos em atores sociais que lutem pela sua emancipação social, ou seja, sua autonomia e pensamento crítico. (SANTOS, B. de S., 2007; LEFF, 2003, 2010a, 2010b; FREIRE, 2011a; MORIN, 2005, 2011). Assim, a entrevista, que foi realizada no contexto do caso selecionado, foi desenvolvida em três momentos distintos, apresentados no quadro a seguir.

Etapas do roteiro	Locais	Período
1º - temáticas 01 e 02	Comunidade Estação dos Ventos	Seis meses para a realização de entrevistas na comunidade.
2º - temática 03	Prefeitura de Santa Maria representada pelo ator social público S. F.	Uma semana para a realização da entrevista junto ao representante do poder público.
3º - temática 04	Movimento dialógico entre comunidade, poder público e ator social educador.	Três meses para interrelacionar entrevistas da comunidade, poder público e ator social educador.

Quadro 02: Momentos das entrevistas junto aos atores público, comunitário e educador.
Fonte: Do Autor.

Deve-se levar em consideração que as entrevistas, por sua complexidade e profundidade, duraram um tempo maior do que o programado, assim como o roteiro sofreu alterações de acordo com o andamento das mesmas, buscando sempre respeitar o tempo e os limites de cada sujeito.

No que se refere aos registros dos dados levantados por meio das entrevistas semiestruturadas nos trabalhos de campo, foram usados *instrumentos adequados para registro das falas e debates*, preparados na fase exploratória da pesquisa. Logo, ressalta-se que:

O registro fidedigno, e se possível 'ao pé da letra', de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados cuja matéria-prima é a fala, torna-se crucial para uma boa compreensão da *lógica interna* do grupo ou da coletividade estudada. Dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa. Quando existe possibilidade técnica e se observa abertura do grupo pesquisado, podem ser usados outros recursos como filmagens. (MINAYO, 2011, p. 69).

Sendo assim, qualquer tentativa de assegurar o registro em sua integridade precisa do consentimento dos interlocutores. (Apêndice D). Podem ocorrer restrições e oposições quando o tema da fala é espinhoso, controverso ou polêmico e coloca em risco a pessoa e sua reputação. Quando isso ocorreu, o pesquisador procurou anotar tudo com suas próprias palavras, procurando manter a fidedignidade no sentido dado pelo interlocutor. O pesquisador social manteve tudo no anonimato, não identificando seus informantes diretamente e, sim, a partir de atributos gerais que designem seu lugar social. (Ibid.).

2.3.3 Análise documental

A análise documental foi utilizada para complementar os dados coletados por meio das observações, das entrevistas semiestruturadas e dos registros dos trabalhos de campo, reforçando ou levantando evidências que ainda não tinham sido percebidas. Levando em consideração que o objeto deste estudo remete a estar constantemente buscando a relação teoria-empíria no processo de pesquisa, os documentos caracterizam-se como procedimentos de coleta de dados que corroboram e valorizam as evidências oriundas de outras fontes. Neste sentido, assinala-se que:

Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental for contraditória em vez de corroborante, você precisa perseguir o problema investigando mais profundamente o tópico. Em terceiro lugar, você pode fazer inferências a partir de documentos – por exemplo, ao observar a lista de distribuição de um documento específico, você pode encontrar novas questões sobre comunicações e redes de contato dentro de uma organização. (YIN, 2006, p. 113-114).

Quando os trabalhos de campo foram realizados, foi reservado um tempo para levantar documentos sobre a comunidade e seus processos, além de documentos fornecidos pelo poder público. Foi levado em consideração que todos os documentos foram escritos com algum objetivo específico e para algum público específico dentro do estudo de caso que foi realizado. (YIN, 2006).

Foram utilizados também registros em *mapas*, com as características geográficas e esboço da comunidade. Contudo, esses registros tornaram-se tão importantes que acabaram se transformando no objeto de uma considerável análise qualitativa. Em outros estudos, porém, podem ser apenas de importância superficial. Deve-se também tomar cuidado ao averiguar sob quais condições as evidências levantadas foram produzidas e qual seu grau de precisão. (YIN, 2006).

Nessa perspectiva, são importantes fontes documentais as atas das reuniões da associação de moradores da comunidade, o Estatuto Social da associação, pedidos de ligações da rede de água, abaixo-assinados, documentos gerados em conjunto com o MNLM, o Estudo de Impacto de Vizinhança e outros documentos

públicos, registros históricos da Comunidade, mapas, imagens e fotografias. Por seu valor global, os documentos têm um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao realizar-se estudos de caso. As buscas sistemáticas por documentos relevantes são significativas em qualquer planejamento para a coleta de dados.

a) Atas das reuniões da associação de moradores da comunidade, o Estatuto Social da associação, pedidos de ligações da rede de água, abaixo-assinados e documentos gerados em conjunto com o MNLM:

- Com o objetivo de identificar ações pensadas, planejadas, propostas ou desenvolvidas pelos moradores, representados pela associação comunitária, na busca da resolução dos problemas socioambientais locais e da qualificação da vida.

b) Estudo de Impacto de Vizinhança e outros documentos públicos:

- Com o objetivo de analisar planejamentos e projetos criados ou organizados pelo poder público para a comunidade, visando ao desenvolvimento local.

c) Registros históricos:

- Com o objetivo de levantar informações sobre o surgimento e o desenvolvimento da comunidade na sua interrelação com os sujeitos desse lugar, identificando sua forma de organização e o surgimento de problemas socioambientais.

d) Mapas, imagens e fotografias:

- Com o objetivo de observar a totalidade da comunidade, a partir da interconexão de seus elementos constituintes, além de ter acesso a registros fotográficos de períodos distintos da formação desse espaço-cidadão.

Partindo destas reflexões, a coleta de dados com os atores sociais comunitários, público e educador, além da coleta de dados por meio de diálogos, observações, documentos, imagens e participação em uma reunião da associação

de moradores, ocorreu entre os meses de outubro de 2012 e abril de 2013. Nesse sentido, o primeiro trabalho de campo na comunidade ocorreu no dia doze de outubro de 2012, momento em que foi realizado o teste da entrevista com um grupo de moradores; a segunda inserção ocorreu no dia quinze de novembro de 2012, quando foi entrevistado o atual presidente da Associação de Moradores da Comunidade Estação dos Ventos; no dia vinte e oito de novembro de 2012 foi realizada a terceira entrevista com um grupo focal de moradores que estudam na EJA da Escola Celina de Moraes; na data de vinte e nove de dezembro de 2012 entrevistou-se uma das lideranças comunitárias com significativa participação na tomada de decisões para o desenvolvimento local; a busca de documentos junto à associação de moradores ocorreu no dia dezesseis de fevereiro de 2013; a entrevista com o ator social público e a coleta de documentos foi realizada no dia vinte e quatro de janeiro de 2013; no que se refere à entrevista com o educador, esta ocorreu no dia quatro de março de 2013; a fundamentação e a compreensão da complexidade dos dados foi vivenciada na participação em uma reunião da associação de moradores no dia vinte de abril de 2013.

2.4 Tratamento dos dados

Dada a natureza deste estudo, a análise dos dados focou os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa às ações planejadas e realizadas pelos atores sociais, em busca da qualificação da vida na comunidade. Para tal, foi relevante considerar o tratamento dos dados a partir dos procedimentos da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, de acordo com a obra sistematizada por Bardin, é definida como um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (1979, p. 42).

A análise de conteúdo não trabalha somente com o texto em si, mas também com detalhes do contexto, expressando significado e sentido à mensagem. Ela

procura entender o que está por trás do discurso, os ditos e não ditos que surgem no emaranhado de dados levantados com a pesquisa empírica em campo. Dessa forma, conforme Martins (2008, p. 35), resumem-se as três etapas do processo da análise de conteúdo:

- pré-análise: coleta e organização do material a ser analisado;
- descrição analítica: estudo aprofundado do material, orientado pelas hipóteses, referencial teórico e escolha das unidades de análises (a palavra, o tema, a frase, os símbolos etc.). Essas unidades são associadas, segundo algum critério, e definem as categorias. As categorias devem ser exaustivas e mutuamente excludentes. Das análises de frequências das categorias, surgem quadros de referências para a interpretação dos dados;
- interpretação inferencial: com os quadros de referência, os conteúdos (manifesto e latente) são revelados em função dos propósitos do estudo.

Nesse viés, busca-se realizar uma análise no sentido de: em primeiro lugar, deixar claro que a análise baseou-se em *evidências*; em segundo lugar, a análise deve abranger *as principais interpretações concorrentes*; em terceiro lugar, a análise deve dedicar-se *aos aspectos mais significativos* do estudo de caso; e, em quarto lugar, deve utilizar o *conhecimento prévio de especialista* no estudo de caso, demonstrando conhecimento das discussões e do debate atual sobre o tópico do estudo de caso. (YIN, 2006). Sobre a perspectiva da análise de conteúdo, Minayo observa que:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda. (2006, p. 307).

Com base em Nogueira (2009), uma das preocupações do presente estudo está voltada em como se dirigir ao universo da pesquisa, no sentido de construir uma relação de parceria e corresponsabilidade com os colaboradores desta investigação. Por isso, os sujeitos da pesquisa foram envolvidos como coparticipantes, no sentido de envolvimento cooperativo e de responsabilidade coletiva, numa perspectiva ética, em outras palavras, no decorrer da pesquisa buscar-se-á assumir que: “ A ciência não nos permite, de forma alguma, decidir nossas posições éticas”, por isso: “Mesmo que cada um possa pensar que tem sua

‘própria ética’, essa deve ser compatível com a do meio em que ela se insere”. (NAQUET, 2010, p. 193).

Como forma de explicitar o andamento das atividades que foram desenvolvidas na ação proposta em conjunto com os atores sociais relacionados à Comunidade Estação dos Ventos, além das intencionalidades em cada uma das etapas, segue um quadro síntese com a descrição das ações e seus objetivos:

Fontes de evidências	Ações que foram desenvolvidas	Objetivos
Observações diretas	Observações exploratórias na comunidade e prefeitura.	<ul style="list-style-type: none"> a) Verificar como a comunidade está organizada; b) Observar a realidade da comunidade; c) Contatar associações ou conselhos comunitários; d) Identificar problemas socioambientais na realidade da comunidade; e) Verificar junto aos gestores municipais ações que tenham sido planejadas e/ou realizadas no local.
Entrevista semiestruturada	Entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, ou seja, os atores sociais público, comunitário e educador.	<ul style="list-style-type: none"> a) Identificar problemas socioambientais mais urgentes na voz dos sujeitos; b) Levantar as intenções que levaram os moradores a pensar e definir ações para o desenvolvimento local; c) Identificar planejamentos, projetos e ações pelos gestores para o desenvolvimento da comunidade; d) Verificar as condições de vida, a identidade, o sentido de pertencimento e

		reconhecimento dos sujeitos da comunidade.
Análise documental	Investigação em atas das reuniões da associação de moradores da comunidade, no Estatuto Social da associação, pedidos de ligações da rede de água, abaixo-assinados e em documentos gerados em conjunto com o MNLM; no Estudo de Impacto de Vizinhança e outros documentos públicos; em registros históricos desse lugar-força; em mapas, imagens e fotografias.	<ul style="list-style-type: none"> a) Identificar ações pensadas, planejadas, propostas ou desenvolvidas pelos moradores; b) Analisar planejamentos e projetos criados ou organizados pelo poder público para a comunidade; c) Levantar informações sobre o surgimento e o desenvolvimento da comunidade; d) Observar a totalidade da comunidade e ter acesso a registros fotográficos de períodos distintos.

Quadro 03: Fontes de evidência que foram utilizadas, resumo das ações que foram desenvolvidas durante o trabalho e seus objetivos.

Fonte: Do Autor.

A inserção no campo de investigação, detalhando a natureza e os caminhos da pesquisa, vem acompanhada de outro aspecto importante nessa multidimensionalidade comunitária, diz respeito aos acordos assumidos com os atores sociais comunitários, público e educador. Tais acordos referem-se à preservação da integridade dos diferentes atores durante as entrevistas, diálogos, observações e demais formas de coletas de dados. Nesse sentido, a seguir serão interrelacionados os dados das entrevistas, diálogos, imagens e documentos com a base teórica, numa trama que busca tecer uma compreensão da relação entre as ações promovidas ou planejadas pela comunidade e pelo poder público com vista ao desenvolvimento comunitário.

CAPÍTULO III – “... ENTÃO, NO DIA DA DESOCUPAÇÃO, NASCEU A PERGUNTA: PARA ONDE É QUE VAMOS?” (S. T.) – ANÁLISE DOS DADOS

A partir do movimento desencadeado pela pesquisa em foco, inserir-se no campo empírico foi fundamental para promover o diálogo com a teoria em construção e, da mesma maneira, criar possibilidades de apontar indicações com vistas a promover um desenvolvimento comunitário sustentável. O que se segue resulta de uma tessitura entre teoria e empiria, em conexão com os sujeitos da pesquisa (mestrando, atores sociais comunitários, público e educador), no contexto da Comunidade Estação dos Ventos, município de Santa Maria, RS.

O objetivo desta análise, portanto, está voltado a uma discussão sobre as ações presentes no discurso dos atores sociais, buscando a resolução dos problemas socioambientais comunitários. Sendo assim, esta leitura analítica dos dados foca-se especificamente nas relações entre as questões e objetivos da pesquisa. Dessa forma, a presente análise parte do objetivo da dissertação, direcionado à investigação das ações planejadas e/ou promovidas pelos moradores da comunidade e pelo poder público, no sentido de resolução dos problemas socioambientais locais; identificando dos problemas mais relevantes presentes na voz dos sujeitos; analisando as ações desenvolvidas pelos moradores e planejamentos e projetos pensados pelo poder público para a qualificação da vida na comunidade; e, por fim, avaliando as formas de articulação entre comunidade e poder público quanto às ações viáveis na resolução dos problemas socioambientais locais.

Neste sentido, reflexões foram construídas ao interrelacionar o objeto de estudo com a perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho. O movimento de afastar-se e aproximar-se dialeticamente dos problemas investigados em comunhão com os diferentes atores sociais proporcionou uma leitura complexa da realidade comunitária, leitura capaz de compreender que uma comunidade é construída, constituída, (des)organizada principalmente por complexas relações/interrelações humanas. Não se tratam de relações lineares, unidirecionais, mas sim relações multidimensionais de seres inacabados, inconclusos e em constante transformação. Seres humanos que devido à (in)consciência do

inacabamento ressignificam-se a partir do contato com o outro, a outridade, e também a partir de um espaço onde constroem uma identidade e por que não dizer planetária. Permeados constantemente por conflitos, desentendimentos, lutas, perdas, incertezas e pelo acaso, os sujeitos comunitários buscam no sentimento, no pertencimento coletivo, a segurança que uma sociedade repressora neoliberal oferece a um custo elevado.

Ser uma comunidade, pertencer a uma comunidade, constituir uma comunidade não significa o engessamento do desenvolvimento, mantendo absolutas tradições que também se transformam ao longo do tempo imprevisível. Significa dar a esse desenvolvimento uma sustentabilidade que cria novas formas dos atores sociais comunitários relacionarem-se com o meio, com o outro e consigo mesmo, criando possibilidades de um crescimento equitativo, equilibrado e de mãos dadas com a justiça social. (BAUMAN, 2000, 2003, 2005a; CAMARGO, 2008; FREIRE, 2000, 2001, 2005, 2011a; LEFF, 2010a, 2010b, 2012; MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c; SANTOS, B. de S., 2007, 2011; SANTOS, M., 2004, 2007, 2012).

Esta breve reflexão anuncia a multidimensionalidade da comunidade em suas distintas e complementares concepções: comunidade de destino, comunidade de vida, comunidade planetária, comunidade como busca por segurança e liberdade, comunidade como espaço de comunhão e de (re)desconstrução coletiva. Constituída ainda como espaço de resistência, lutas, movimentos, vida em sua plenitude e que fundamenta a interrelação entre múltiplas visões de mundo.

Com base nessas colocações e levando em consideração a leitura dos dados, foram organizadas categorias temáticas da análise de conteúdo fundamentadas no método de Bardin (1977). A categorização foi construída a partir das respostas dos atores sociais comunitários, público e educador, as quais foram dadas nas entrevistas, estabelecendo-se uma análise relacional com os dados levantados por meio de outras técnicas. Buscando sistematizar a análise, os dados foram agrupados em três grandes categorias: 1) Problemas socioambientais relevantes sob o ponto de vista dos atores sociais comunitários, público e educador; 2) Ações locais para o desenvolvimento comunitário e; 4) Condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida.

3.1 Problemas socioambientais relevantes sob o ponto de vista dos atores sociais comunitários, público e educador

Se a população – ou seja, o homem renovado – é chamada a desempenhar um papel fundamental na reorganização da sociedade e da economia, os recursos humanos recuperarão seu papel central.

Milton Santos

Os dados levantados em campo pelas entrevistas possibilitaram identificar as seguintes subcategorias de entendimento dos problemas socioambientais da Comunidade Estação dos Ventos: 1) infraestrutura básica associada a arranjos clandestinos; 2) mobilidade/organização socioespacial e ausência de ajuda do governo em conexão com a luta pela territorialidade e; 3) acesso local e saúde vinculados a momentos de política/eleições.

3.1.1 Infraestrutura básica associada a arranjos clandestinos

A construção dessa subcategoria a partir da voz dos atores sociais comunitários permitiu a compreensão de que a comunidade ainda carece dos elementos básicos de infraestrutura: água, luz e esgoto. Ademais, demonstra os movimentos, lutas, organizações e arranjos clandestinos feitos pelas pessoas procurando suprir ou mesmo amenizar a carência desses direitos mínimos do cidadão. Por isso,

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe cidadão. (SANTOS, M., 2012, p. 157-158).

Tal situação fica clara nas palavras de alguns moradores e lideranças desse complexo espaço:

Não, aqui não tem luz nossa. Nem água, nós não temos. (F. D. M.).

Mesmo convivendo diariamente com a falta dos recursos elementares para uma vida decente, os moradores, como sujeitos histórico-espaciais singulares e coletivos, constroem o caminho da esperança em suas lutas. A organização da comunidade solicitando junto às entidades públicas e privadas o que lhe é de direito confere interrelações entre o querer-viver e o bem-viver. Sendo que: “O querer-viver alimenta o bem-viver, o bem-viver alimenta o querer-viver. Juntos um e outro abrem o caminho da esperança.” (HESSEL; MORIN, 2012, p. 61).

Estimulados pela esperança que alimenta o querer-viver, o bem-viver no espaço comunitário, os sujeitos promoveram movimentos que permitiram serem vistos, lembrados e pensados pelos diferentes atores sociais. Isso fica claro na ação realizada, depois de muita luta e insistência dos atores sociais comunitários, no dia dezesesseis de fevereiro de 2013, quando funcionários da CORSAN estavam realizando a ligação da rede de água para as residências da comunidade que ainda não dispunham de tal recurso. (Figura 07).



Figura 07: Ligação da rede de água para as residências da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Apesar disso, muitos moradores ainda não dispõem de rede de água encanada em suas residências, tendo que conviver diariamente com a falta desse bem ambiental essencial à vida com qualidade. Movidos pela satisfação das necessidades vitais, os habitantes locais criaram arranjos clandestinos tanto no que se refere à questão da água, quanto à questão da luz e do esgoto:

[...] Nós fomos atrás dos pontos de água e fizemos a ligação clandestina, mas assim tem tudo arquivadinho, um junto do outro, os pedidos de água que foram feitos na CORSAN. Tudo negado, negaram os pedidos de água. [...] A luz é a mesma coisa, muita gente foi lá e enganchou o fiozinho no poste e puxou a sua luz. [...] O primeiro colocou luz e, aí, daquele ali, os outros puxaram luz. Aí, a conta de luz vem ali enorme naquele fulano e é dividida. Conta de luz, chamada 'gato legal'. [...] O esgoto eram valões, [...]. (S. T.).

Os pedidos de ligações de água junto à CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento) negados documentalmente (Anexo A), relacionados com os “*gatos legais*” de luz conectados pela AES Sul (Distribuidora Gaúcha de Energia S/A), compõem alguns dos elementos que transformam a comunidade em um espaço multidimensional e emancipatório. Multidimensional por se tratar de uma unidade complexa que comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa, etc., e por ser constantemente ressignificada por seres humanos ao mesmo tempo biológicos, psíquicos, sociais, afetivos e racionais. (MORIN, 2011b, p. 35). Constitui espaço emancipatório por englobar tais dimensões dos sujeitos e do lugar a partir da tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade permeada por problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor. (SANTOS, B. de S., 2007, p. 17).

A comunidade auto-eco-organiza-se para tentar solucionar, da melhor maneira possível, seus problemas socioambientais, mas há uma divergência entre o discurso dos atores sociais comunitários e o discurso dos atores sociais públicos. Tal divergência demonstra a luta diária por uma vida digna de um lado e o descaso ou esquecimento de outro. Neste sentido, percebe-se na fala do ator social público:

[...] Então, dentro da bacia do Vacacaí-Mirim, o Km 3 foi objeto de estudo e de projeto e a gente encontrava ali uma situação bastante precária, com sub-habitações, pessoas com vulnerabilidade social e sem serviços públicos nenhum. [...] (S. F.).

O maior problema que ali, [...] só tinha três pontos de abastecimento de água, e a água é essencial. Um segundo problema, a rede de esgoto

cloacal, não existia saneamento nenhum, não existe saneamento nenhum. Um terceiro problema que era, tinha até certo atendimento, mas, de forma precária, que é a coleta do lixo. [...] A gente tem consciência de que a rede de energia elétrica ali não é a ideal [...]. (S. F.).

É do (re)conhecimento do poder público a existência de tais problemas de infraestrutura na comunidade, mas a pseudoconcreticidade das ações, planejamentos e projetos faz com que a busca pela vida comunitária qualificada caminhe a passos lentos. Neste sentido, há, na comunidade, obras iniciadas no período que antecedeu as eleições, como rede de esgoto que ainda não possui conexões com as residências e rede de luz passando apenas pela Avenida Luiz Castagna e fornecendo energia somente para as residências próximas. (Figuras 08 e 09).

Tais propostas de ações fazem parte do PAC, um programa do governo federal que visa a promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país para o desenvolvimento acelerado e sustentável. (BRASIL, 2011). O PAC é um programa que promete atender os anseios da comunidade no sentido de transformá-la em um lugar mais digno e de tentar diminuir as diferenças sociais, promovendo uma valorização do potencial humano no local.

Porém, tais ações que tiveram início no dia treze de março de 2012, antes das eleições, e que deveriam terminar no dia treze de março de 2013 estão atualmente paradas. Essas contam com a participação da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades, dispendo do valor de R\$ 5.061.428,84 para a construção da pavimentação, da rede de esgoto e de abastecimento de água, que até o presente momento não se concretizaram. (Figura 10).



Figura 08: Ligação primária da rede de esgoto sem conexão com as residências.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Figura 09: Rede de luz na Avenida Luiz Castagna com ligações nas residências próximas.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Figura 10: Placa informando período de início e conclusão das obras na comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Pode-se afirmar que “as soluções viraram problema” (GIRARD *et al*, 2013), porque, para quem vive na região, conviver com os velhos problemas e os novos obstáculos originados ironicamente após o início das obras tem causado muita revolta. O sistema de transporte coletivo não alcança as ruas onde mora a maioria dos atores sociais comunitários. Desde que foram iniciadas as obras de drenagem e implantação de um sistema para o saneamento básico, são motivo para o surgimento de novos problemas. Os encanamentos anteriores foram extintos e as malhas pluvial e cloacal permanecem até hoje sem canalização completa. Posteriormente, a paralisação das obras pela empresa responsável, a Cotrel, semanas antes das eleições municipais de 2012 o sistema de canalização da água e esgoto começou a mostrar rachaduras, de acordo com relatos de moradores. Além dos bueiros e dos canos de concreto, os meios-fios também ruíram um ano após a instalação. (Figura 11).



Figura 11: Tampa da rede de esgoto e bueiro em processo de deterioração.
Fonte: MIOTTO, T.

Diante de tanta injustiça e incoerência, os problemas agravam-se ao levar em consideração que o material usado nas obras decompõe-se com facilidade, como as tampas das tubulações fendidas de quadra em quadra. A leste e a oeste, o que deveriam ser ruas no projeto inicial da obra, transformou-se em mato, entulho e lama. O material está todo ali, a rede de esgoto está pronta, mas ainda não há ligações com as casas. Dessa maneira, como a profundidade da instalação dos canos é de dois metros abaixo do nível da rua, impossibilita qualquer tipo de ação por parte dos moradores para tentar impedir os alagamentos. O encanamento do esgoto pluvial não tem desnível para escoamento, o que faz acumular a água em toda a extensão das ruas nos dias de chuva forte. (GIRARD *et al*, 2013).

Ainda, segundo o contrato estabelecido para as obras, a Prefeitura Municipal tem o dever legal de fiscalizar toda a área, contando com uma superintendência específica de monitoramento e controle das obras. Porém, o que se constata é o descaso do órgão público para com a situação da comunidade:

[...] o pessoal da fiscalização, que apresentaram para nós como fiscais dessas obras, nem receber, a gente recebem. (S. T.).

A paralisação das obras pela empresa, em meados de 2012, continuou até abril de 2013, quando nada havia mudado. Além dos primeiros problemas surgidos, a Cotrel novamente paralisou as obras após a Prefeitura de Santa Maria constatar que o projeto inicial atingia uma Área de Preservação Permanente (APP) nas margens do rio Vacacaí-Mirim. Dessa forma, o prazo para o término da obra foi redefinido por conta de um processo de repactuação do contrato com a empresa que prevê modificações no projeto original. (GIRARD *et al*, 2013, p. 3). Diante disso, o ator social público pronunciou-se no sentido de que:

[...] é uma preocupação muito grande nossa com a APP no Vacacaí-Mirim. Tanto que, no projeto original, ele previa uma via que circundava ali e dividia o núcleo habitacional da APP. E aí, por experiência em outras localidades, a gente suprimiu essa via na maior extensão possível. [...] (S. F.).

É importante destacar que, nos dias de chuva, a galeria posicionada sob a via principal não dá vazão ao volume de água que corre por ali em direção ao rio, inundando casas do entorno. (Figura 12). Enquanto isso, o constante alagamento em períodos de chuva tem aumentado a proliferação de mosquitos e insetos, sendo que, nos dias de sol e calor, o forte odor de esgoto invade as residências após a água da chuva secar naturalmente. Outro contratempo relatado foi o encanamento que leva a água da chuva até o rio; na parte norte da comunidade, o encanamento foi instalado numa posição contrária à vazão do rio, gerando o entupimento do cano quando a correnteza sobe. (Figura 13). (GIRARD *et al*, 2013).



Figura 12: Rua próxima aos trilhos inundada em dia de chuva.
Fonte: MIOTTO, T.



Figura 13: Alagamento causado pela falta de vazão do encanamento que leva a água da chuva até o rio.
Fonte: Morador local.

Essas obras são resultado de muitas lutas e movimentos sociais que, desde 2006, buscam transformar a vida na comunidade por meio da tríade mobilização-sensibilização-ação, que, coletivamente, enfrentam o discurso muitas vezes demagógico do poder público. O duplo sentido do discurso e da prática dos atores sociais públicos alimenta a incerteza, a imprevisibilidade, o inacabamento e a inconclusão das transformações e melhorias na comunidade, sendo que:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. (KOSIK, 2011, p. 15).

A dialética das relações comunitárias constrói um espaço de resistência à pseudoconcreticidade de uma má política, formada pela irresponsabilidade e corrupção de políticos impotentes, que não têm um programa e cujo objetivo é manter-se no cargo. Muitas vezes, o preço pago pela falta de uma administração comprometida e engajada nos movimentos comunitários é o “sofrimento humano”. Para Bauman:

A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política têm, no entanto, o seu preço – um preço, aliás, exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – o do sofrimento humano. O sofrimento se dá de muitas maneiras, com diversificada coloração, mas tem uma única raiz. E é um sofrimento que tende a se perpetuar. É o tipo de sofrimento que decorre de malfeitos políticos e que constitui o supremo obstáculo à sanidade política. (2000, p. 13).

Sufrimento pago muitas vezes na ausência dos elementos necessários para uma vida digna, capaz de limitar a ousadia e a decisão de desafiar o poder político vigente. A ausência dos serviços essenciais no espaço comunitário pode ser vista como um reflexo do “esquecimento”, por parte dos atores sociais públicos, de outras periferias de cidades brasileiras. Neste sentido, vale a citação de Santos, M.:

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social

e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem. (2012, p. 59).

A desconsideração do elemento humano por um poder político unilateral acaba resultando em um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. “Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política”. (SANTOS, M., 2012, p. 65). Sendo assim, o verdadeiro poder manter-se-á em uma distância segura da política e esta continuará impotente para cumprir o papel que se espera da política: “[...] exigir de toda e qualquer forma de união humana que se justifique em termos de liberdade humana para pensar e agir – e pedir que deixe o palco se recuse a ou não consiga fazê-lo”. (BAUMAN, 2000, p. 14).

A liberdade de pensar e agir sobre o mundo perpassa pela consciência que homens e mulheres têm de que não apenas estão no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres “abertos” ao mundo conseguem construir a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo por meio de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. (FREIRE, 2011d). Essa consciência do mundo materializa-se no discurso de um dos moradores da comunidade:

Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Tudo era um gato que nós tínhamos lá no fundo, esse gato vivia arrebatando, dando problemas, [...] A gente se organizou, a CORSAN nos recebeu, então, hoje, a gente tem, está lá embaixo. Aqui dentro, acho que cem por cento das pessoas têm luz. Água não é todo mundo que paga ainda por que... (S. C.).

A falta de água, luz e de uma rede de esgoto no início do processo de formação da comunidade, no ano de 2001, fez com que os moradores pensassem e agissem de maneira organizada sobre como transformar seu mundo através de ações coletivas. Essa operação implica “tomar distância” do mundo, objetivando-o – homens e mulheres do espaço comunitário fazem-se seres com o mundo. (FREIRE, 2011d).

Diante disso, a comunidade organiza-se socioespacialmente, mesmo que de maneira clandestina, para construir e definir seu território no contexto do município de Santa Maria. Território construído a partir de muita luta e de muita movimentação

em busca do reconhecimento desse espaço comunitário como um espaço de formação cidadã, solidária, emancipatória, humanizadora e libertária.

3.1.2 Mobilidade/organização socioespacial e ausência de ajuda do governo em conexão com a luta pela territorialidade

A constituição dos sujeitos que se fazem seres com o mundo, vivenciando suas experiências num lugar, contrapõe-se com a crescente imposição de mudança de lugar ao longo da sua existência. Essa mobilidade traz a incerteza e a imprevisibilidade diante de uma nova mudança, sob o aspecto da precariedade e da falta de recursos básicos à vida cidadã. Essas reflexões dialogam com a vida na comunidade a partir do momento em que:

[...] esta área já tinha sido ocupada quatro vezes pelo movimento e quatro vezes sofreram reintegração de posse. E aí resolveram de novo, como não tinha outra área para ir, vamos para esta área lá. [...] (S. T.).

Nós éramos 286 famílias, viemos para cá, mas alguns chegando aqui, diante da barbaridade de água, barro, sujeira e outra coisa, de noite tu chegavas aqui e perguntava pra onde foi que tu vieste. [...] Alguns iam embora. [...] (S. T.).

A incerteza da vida comunitária traz consigo o sentimento de resistência, luta e busca constante pelos direitos da comunidade, sendo que esses grupos e categorias sociais lançados numa incerteza particularmente viciosa, procuram fazer o máximo para atar as mãos daqueles em melhor posição para poder calcular o efeito de seus movimentos – ao mesmo tempo tentando desamarrar as próprias mãos e transformar-se, assim, numa fonte de incertezas para os adversários. (BAUMAN, 2000). Por isso: “É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças, em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado”. (MORIN, 2011b, p. 73). Essa batalha histórica pelo desenvolvimento comunitário sustentável está presente em alguns fatos:

Era uma preocupação durante seis meses, construía o barraco de dia e via o barraco cair de noite, por mais sólido que a gente construísse o barraco. (S. T.).

[...] Então, no dia da desocupação, nasceu a pergunta para onde é que vamos quem queria ir. Foi aí que nasceu esta terra aqui [...] (S. C.).

O enfrentamento das incertezas conectado ao direito da comunidade constitui uma forma de reprodução e de reconstrução desse complexo lugar. Para tal, entende-se que:

O direito da comunidade, como sucede com o próprio espaço da comunidade, é uma das formas de direito mais complexas, na medida em que cobre situações extremamente diversas. Pode ser invocado tanto pelos grupos hegemônicos como pelos grupos oprimidos, pode legitimar e reforçar identidades imperiais agressivas ou, pelo contrário, identidades defensivas subalternas, pode surgir de assimetrias de poder fixas e irreconciliáveis ou, pelo contrário, regular campos sociais em que essas assimetrias quase não existem ou são meramente circunstanciais. (SANTOS, B. de S., 2011, p. 298).

Neste momento, cabe levantar os seguintes questionamentos: quais são os verdadeiros direitos da comunidade? Direito a viver em um espaço com os recursos mínimos para a sobrevivência e aguardar enquanto a mão invisível do mercado seleciona os sujeitos aptos a contribuir com a reprodução do sistema imperial capitalista? Ou, então, direito de ter uma vida digna, decente, com qualidade e valorização da comunidade como um espaço-cidadão e que faz parte da totalidade do município de Santa Maria, podendo, dessa forma, usufruir dos bens e serviços oferecidos pelo espaço urbano?

A questão é que, mesmo com os direitos da comunidade, o contingente de seres humanos tornados excessivos pelo triunfo do capitalismo global aumenta inexoravelmente e, neste momento, está perto de ultrapassar a capacidade administrativa do planeta. Há a possibilidade do capitalismo moderno “[...] se afogar em seu próprio lixo [...]” que não é capaz de reabsorver ou eliminar e do qual não consegue desintoxicar-se. (BAUMAN, 2007).

Esses atores sociais considerados “pessoas excedentes”, atualmente, expulsos em larga escala das terras recentemente ocupadas, tornaram-se um problema e um empecilho ao motor do desenvolvimento. Porém, há uma perspectiva de reinserção desse excedente no mercado de trabalho por meio da “reciclagem” ou da “reabilitação”. Sendo assim:

Se o excedente populacional (a parte que não pode ser reabsorvida aos padrões da vida ‘normal’ e reclassificada na categoria de membros ‘úteis’ da sociedade) pode ser rotineiramente removido e transportado para além das fronteiras da área fechada, dentro da qual se buscam a estabilidade econômica e o equilíbrio social, as pessoas que escaparam ao transporte e permanecem dentro dessa área, mesmo que momentaneamente

excedentes, são destinadas à 'reciclagem' ou à 'reabilitação'. Estão 'fora' apenas por enquanto, seu estado de exclusão é uma anomalia que exige ser curada e implica uma terapia; precisam claramente ser ajudadas a 'voltar' logo que possível. São o 'exército de reserva de mão-de-obra' e devem ser postas e mantidas numa forma decente que lhes permita retornar ao serviço ativo na primeira oportunidade. (BAUMAN, 2007, p. 37-38).

Não se trata apenas de ter direito ao trabalho, mas ao direito de morar que, muitas vezes, confundido com o direito de ser proprietário de uma casa e de um terreno, é objeto de um discurso ideológico permeado, às vezes, por boas intenções e mais constantemente destinado a confundir os espíritos, afastando, cada vez para mais longe, uma proposta coerente que remedeie a questão. Assim, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade. (SANTOS, M., 2012).

A propriedade da terra faz parte do direito de morar, pois permite a construção da identidade, do sentimento de pertencimento e até mesmo de uma cultura comunitária em um lugar. Essa questão é uma preocupação constante dos atores sociais, podendo identificar-se em suas vozes:

A área é nossa agora e vai ser transformada em projeto. (S. T.).

Na época em que a gente deflagrou um ano e um dia aí a gente começou a correr atrás com mais afinco para descobrir afinal de quem era. Se não tem dono, então, vamos descobrir um dono, vamos fazer um dono. (S. T.).

[...] Eu mesmo tenho posse do terreno. A casa é minha, mas eu sei que o lote não é meu. O lote vai ser meu só quando eu tiver uma escritura de posse. (S. C.).

[...] A gente é cadastrada, tem o cadastro, mas nosso mesmo só depois que a gente estiver com a escritura na mão. Aí, a gente pode dizer que é nosso. (D. L.).

A busca constante pela regularização da área por meios lícitos, encontrando, na lei, respaldos para fazer valer o direito do cidadão, demonstra o querer-fazer história no contexto da transitoriedade escalar local-global-local. Neste sentido, de acordo com Paulo Freire:

Um homem faz história na medida em que, captando os temas próprios de sua época, pode cumprir tarefas concretas que supõe a realização destes temas. Também faz história quando, ao surgirem os novos temas, ao se buscarem valores inéditos, o homem sugere uma nova formulação, uma mudança na maneira de atuar, nas atitudes e nos comportamentos... (2001, p. 44-45).

O tema do “mito do direito à propriedade”, no que diz respeito à regularização fundiária da área, pode ser percebido nos projetos, propostas e planejamentos em execução e a serem executados pelos atores sociais públicos. (SANTOS, M., 2012). A busca pela concretização dessa tarefa pressupõe uma tomada de decisão do poder público, sendo assim:

[...] a partir do momento em que o município adquiriu aquela área da rede ferroviária, da extinta rede ferroviária, a partir daí é que houve a ocupação. Então, desde um primeiro momento, foi mantê-los no local. (S. F.).

[...] Dentro da nossa área de atuação, no local, existe um cronograma onde, lá no fim, está prevista a regularização fundiária desta área, com a entrega de uma permissão real de uso, que é um documento registrado em cartório, tem validade como uma escritura pública, que cada morador cadastrado lá vai receber. [...] Ele só tolhe o direito de venda, ele não pode vender em menos de dez anos. (S. F.).

Mas, para muitos, “[...] a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos”. (SANTOS, M., 2012, p. 140). As ações em execução, planejadas ou já realizadas pelo governo determinam as condições nesse ou naquele lugar, que diretamente influenciam no valor de cada pessoa, contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Tais distorções precisam ser corrigidas para que se possa começar a falar em cidadania.

Porém, em alguns momentos, percebeu-se, na voz dos atores sociais comunitários, a ausência ou mesmo a distância do poder público no que se refere à resolução dos problemas socioambientais da comunidade. Sendo assim, destaca-se que:

[...] o pior lado é o esquecimento das políticas públicas. [...] (S. C.).

[...] Se for organizado, aí que está o problema da nossa prefeitura e governo que não se organizam. [...] (J.).

[...] Quem é responsável em favorecer com a infraestrutura é a prefeitura, é a boa vontade política. Porque eles no que a gente sabe já fizeram, já pediram, já repediram não sei quantas vezes. [...] (P. D.).

Dessa forma, o componente territorial alude a uma localização das pessoas neste como produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. A falta de interconexão entre a organização comunitária e a organização governamental conduz ao agravamento dos problemas locais; por isso, como o

resultado é independente da vontade dos indivíduos, constantemente fala-se em “migrações forçadas”. “Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para suprimir ou atenuar”. (SANTOS, M., 2012, p. 141).

A ligação entre o componente territorial e uma política governamental realmente eficiente, capaz de transformar a realidade, muitas vezes, dura e impactante, faz parte do processo de resolução dos problemas socioambientais locais na perspectiva da racionalidade ambiental comprometido e engajado com uma nova forma de desenvolvimento. A complexa construção da racionalidade ambiental a partir da organização de um conjunto de processos sociais torna-se um instrumento de transformação e qualificação da vida que busca:

A resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporar condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos – de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos do mercado – e para construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento, implica a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz que normatiza os agentes econômicos, o governo e a sociedade civil; as transformações institucionais que permitam uma administração transterritorial do desenvolvimento; e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional. (LEFF, 2010a, p. 111-112).

Esse conjunto de medidas socioambientais propostas transcende a uma gestão descomprometida e que imobiliza as ações necessárias na comunidade, propõe, sim, uma gestão-força capaz de rasgar o horizonte de possibilidades dos atores sociais diante da própria realidade, mobilizando, sensibilizando e envolvendo grande parte dos sujeitos do lugar num trabalho coletivo que ganha força ao recrutar novos guerreiros. Portanto, uma gestão-força de uma comunidade implica: humanizar o humano (BOFF, 2012); promover um desenvolvimento sustentável diferente da ideia de “des-envolvimento” que tira o envolvimento dos sujeitos com as questões locais (PORTO-GONÇALVES, 2010); construir um direito da comunidade (SANTOS, B. de S., 2011) capaz de atender a diversidade das exigências locais; potencializar a condição humana a partir do processo de conscientização como

homens e mulheres no/do/com o mundo (ARENDR, 2010; FREIRE, 2001); promover a arte de uma política democrática a partir da derrubada dos limites à liberdade dos cidadãos (BAUMAN, 2000); enfim, possibilitar a condição de seres complexos que se transformam ao transformarem o mundo numa tempestade de relações dialéticas que se fundem e separam a cada bater de asas de um inseto ou a cada ação predatória humana diante da natureza. (MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c; FREIRE, 2000, 2001, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d).

Os seres humanos assumem sua condição humana a partir da sua relação com o meio, com o outro e consigo mesmo, constituindo-se como cidadãos no constante movimento de (re)desconstrução pessoal e social. Reconhecer a condição de cidadão do mundo, por meio da qualificação da vida na comunidade, é reconhecer o impacto da realidade desse mundo sobre a existência humana, sentido e reconhecido como força condicionante. Nessa perspectiva:

A condição humana compreende mais que as condições sob as quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. (ARENDR, 2010, p. 10).

Sendo assim, o componente territorial apresenta-se como condição fundamental da existência humana, de maneira que o valor do indivíduo, muitas vezes, é determinado pelo lugar onde vive. Também é condição desta mesma existência a organização de políticas governamentais capazes de promover uma vida decente em um espaço com os recursos mínimos necessários para a continuidade da vida. Nessa ótica:

Uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do Estado. (SANTOS, M., 2012, p. 141).

O cumprimento dos deveres dos atores sociais públicos, promovendo o desenvolvimento comunitário sustentável, compreende fatores relevantes na transformação da comunidade em um espaço legítimo, como um dos nós que

sustenta a rede urbana santamariense. Deveres como a acessibilidade local e condições de saúde ultrapassam a esfera do assistencialismo e tornam-se necessidades básicas no cotidiano comunitário, não apenas em momentos de política/eleições, mas na imprevisibilidade e na incerteza do dia a dia.

3.1.3 Acesso local e saúde vinculados a momentos de política/eleições

A reprodução e o desenvolvimento da comunidade dependem diretamente do acesso aos bens e serviços considerados mínimos à vida digna do cidadão comunitário. No entanto, os governantes geralmente acabam por escolher prioridades que não estão diretamente relacionadas às necessidades da comunidade, relegando ao esquecimento ou a momentos de eleições as solicitações e reivindicações dos sujeitos desse complexo espaço. Neste sentido, Santos, M., questiona:

Todavia, nas circunstâncias atuais, o planejamento social parte de uma definição de recursos que é residual. Os reclamos de ordem social são atendidos com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas. (2012, p. 158).

Essas reflexões também se fazem presentes nas palavras dos atores sociais comunitários, que reclamam serem lembrados e valorizados apenas em momentos político/eleitorais, quando exercem sua cidadania através do voto. Além disso, as obras, projetos e planejamentos sociais iniciados pelo PAC e que, historicamente, fazem parte das lutas, movimentos e reivindicações da comunidade passam pelas incertezas, imprevisibilidades e inconclusões de um sistema neoliberal que nega e oprime esse lugar. Nas palavras dos próprios sujeitos:

Só vem em época de eleição, quando eles querem as coisas... que a gente faça. (D. M.).

[...] Eles queriam voto. Então, eles vão ter que terminar. (D. M.).

[...] Então, quando o Schirmer entrou, ele esperou pra mais perto da próxima eleição. [...] (P. D. M.).

Antes da eleição começa, depois para. (P. D.).

Antes da eleição e depois da eleição, são dois tempos. (S. T.).

[...] Eles só foram olhados agora por causa das eleições, iniciaram as obras do PAC até as eleições, passaram as eleições parou tudo. [...] (P. D.).

É do (re)conhecimento dos sujeitos comunitários que a realização de ações por parte do poder público passa por interesses político-eleitorais, sendo que a própria associação comunitária trabalha com a conscientização das pessoas do lugar sobre tal questão. Todavia, algumas vezes, o diálogo diante desse processo não se torna possível apenas porque as pessoas não sabem dizer: não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são improferíveis. (SANTOS, B. de S., 2007). Aspirações entendidas como improferíveis no sentido de silenciar o cidadão, impedi-lo de dizer a sua palavra diante do mundo, sendo que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. (FREIRE, 2005, 2011a, 2011b, 2011c). Sendo assim: “Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento”. (SANTOS, B. de S., 2007, p. 55).

É preciso que os sujeitos comunitários aprendam a dizer a sua palavra, não se permitindo calar por forças repressoras que iludem e confundem o cidadão, proferindo promessas e propostas ilusórias. A autonomia gerada pelo processo de libertação e de humanização dos atores sociais comunitários conduz a uma tomada de consciência crítica perante o mundo, promovendo revoltas diante de injustiças e incoerências. Diante disso, tornou-se importante assinalar que:

O que disseram foi que depois do dia primeiro de janeiro começa tudo de novo. É quando o prefeito volta a trabalhar. Como ele foi reeleito, ele tem que ficar até janeiro sem trabalhar. Ele só vai tomar posse de novo, agora, em janeiro. Aí, diz que começa tudo de novo. (D. L.).

Essas promessas de resignificação e de transformação da comunidade num lugar-força a partir de práticas político-sustentáveis de uma gestão comprometida com o desenvolvimento local contrapõem-se ao processo de alfabetização política. A alfabetização política pode ser entendida como um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade. Dessa forma:

[...] o processo de alfabetização política – como o processo lingüístico – pode ser uma prática para a *domesticação dos homens*, ou uma prática para sua libertação. No primeiro caso, a prática da conscientização não é possível em absoluto, enquanto no segundo caso o processo é, em si mesmo, conscientização. Daí uma ação desumanizante, de um lado, e um esforço de humanização, de outro. (FREIRE, 2001, p. 31).

O analfabeto político – independente se sabe ler e escrever ou não – é aquele ou aquela cuja percepção dos seres humanos em suas relações com o mundo é ingênua, uma percepção ingênua da realidade social que, para ele ou ela, é um *fato dado*, algo que é e que não está sendo. Uma de suas tendências é fugir da realidade concreta como forma de negá-la, perdendo-se em visões abstratas do mundo. (FREIRE, 2011d).

Posicionar-se criticamente diante do mundo implica a compreensão da realidade como totalidade concreta, que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos. Dessa forma, totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, 2011). Sendo assim:

O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade *em todos os seus planos e dimensões*. (KOSIK, 2011, p. 37).

Para os moradores da comunidade, compreender a realidade como totalidade concreta, conduz a um autoquestionamento sobre a própria compreensão da realidade, percebendo-a como um todo inacabado, inconcluso e em transformação contínua. Por isso, a realidade em sua concreticidade é essencialmente incognoscível, de maneira que é possível acrescentar a cada fenômeno ulteriores facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos, apresentando-se como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação. (KOSIK, 2011).

A dinâmica e o inacabamento tanto da realidade quanto do próprio ser humano, tendo consciência dessa inconclusão, podem levar a um posicionamento crítico e ativo diante dessa mesma realidade. Esse posicionamento conduz à construção de uma democracia representativa que, por um lado, é autorização e, por outro, prestação de contas. Autorização pelo fato de que, com o voto, autoriza-se alguém a decidir pelo coletivo, por outro lado, ele precisa prestar contas ao povo.

Porém, o que está acontecendo é que continua havendo uma autorização, mas não há prestação de contas: na democracia atual, quanto mais se fala de transparência, menos transparência há. (SANTOS, B. de S., 2007).

Atualmente, vive-se um período de democracia representativa onde se elegem os sujeitos que tomam decisões políticas, porém se pode almejar uma democracia participativa, onde os cidadãos decidem, tomando as decisões coletivamente. (SANTOS, B. de S., 2007). Dentro de uma democracia representativa, quanto à questão da infraestrutura de acesso à comunidade, no que se refere à pavimentação e construção de ruas para atender o direito do cidadão circular na Comunidade, existem obras iniciadas pelos governantes, mas não foram terminadas. (Figuras 14 e 15). O mesmo ocorre com as obras da rede de esgoto, água e luz, as quais encontram-se, na atualidade, paralisadas e não existem previsões de conclusão das mesmas, funcionando como obstáculo para acesso ao local e para o próprio desenvolvimento da comunidade.



Figura 14: Obra de infraestrutura de acesso em uma das entradas da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Figura 15: Rua Luiz Castagna com pré-pavimentação e obra da rede de esgoto inacabada dificultando o acesso.
Fonte: MIOTTO, T.

Segundo os atores sociais comunitários, toda infraestrutura de vias de acesso ao local já esteve bem pior, mas, com a conclusão da obra, tais dificuldades serão amenizadas. O problema socioambiental do acesso ao local acaba por afetar outras questões significativas para o bem-viver dos moradores, uma das quais se refere à impossibilidade do trânsito de veículos que venham a atender casos de saúde. Trazendo-se essas discussões a partir da fala dos sujeitos comunitários, tem-se que:

Pelo menos, as ruas estão melhores né? Em vista de como estava. (D. M.).

[...] na hora assim, de chamar um carro pra levar um pro médico tem que procurar três horas. [...] (D. M.).

Além disso, a carência de centros de atendimento de saúde, ou seja, postos de saúde, obriga os moradores a procurarem ajuda com os vizinhos ou pessoas conhecidas, para auxiliar essa locomoção até o posto de atendimento mais próximo. Entretanto, com a proximidade dos períodos eleitorais, há uma transformação transitória na comunidade, movida livremente pelos políticos, os quais distribuem

abraços e promessas de melhorias no local, mas não há uma concretização de ações não há uma passagem do abstrato ao concreto. Há, sim, propostas de criação de projetos comprometidos com a qualificação da vida no lugar, mas que, após o voto, transformam-se em ilusões e em desvalorização dos sujeitos, como seres complexos e carregados de experiências de vida ímpares. Contudo, cabe destacar que:

O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto; sua dimensão é singular, como é a do consumidor, esse 'imbecil feliz' de que fala H. Laborit (1986, p. 201). (SANTOS, M., 2012, p. 56).

A capacidade de promover ação e reflexão na própria realidade, negados ao eleitor, conduzem a uma tomada de consciência ingênua dos problemas coletivos. Como um movimento de ruptura com esse posicionamento ingênuo sustenta-se a defesa pelo desenvolvimento sustentável, em que coloca o ser humano no centro de seus objetivos, trazendo, como proposta, dentre suas metas, a qualidade de vida e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades: "Isto mostra a necessidade de assegurar as condições mínimas de nutrição e de saúde para uma vida sadia, produtiva e prazerosa para todos". (LEFF, 2012, p. 311).

A realização de ações para o desenvolvimento local na perspectiva do desenvolvimento sustentável deve partir de alguns saberes-fazeres necessários à emancipação social dos sujeitos comunitários: o saber-fazer-viver a cidadania, de maneira que os atores possam fazer parte da construção da comunidade, sentir-se agenciadores e sujeitos de escolhas e de proposições, de intervenção; e o saber-fazer a política partidária e a política como ação cognitiva democrática e libertária, procurando não mais vender o voto, mas assumi-lo como direito democrático e instrumento de transformação. Com base no entendimento dos problemas socioambientais da comunidade pelos atores sociais e nos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o diálogo entre as diferentes visões, seguem a análise e discussão do próximo item – ações locais para o desenvolvimento comunitário.

3.2 Ações locais para o desenvolvimento comunitário

A ação, atividade política por excelência, a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, encontra na pluralidade a sua condição prévia, mas também a sua razão de ser.

Hannah Arendt

Algumas ações locais perpassam por intencionalidades compreensíveis somente a partir da voz dos atores sociais comunitários, público e educador. Com base nessa escuta foram construídas as seguintes subcategorias: 1) Práticas assistencialistas de base político-partidária; 2) Práticas de reuniões esporádicas pela associação de moradores; 3) Organização jurídico-política na perspectiva da comunidade e; 4) Políticas públicas associadas à mobilização comunitária.

3.2.1 Práticas assistencialistas de base político-partidária

Um primeiro aspecto a destacar, no contexto da fala dos atores, na presente subcategoria, relaciona-se ao fato da associação comunitária ter maior apoio e liberdade de ação de acordo com o partido político que se encontra no poder. A dificuldade de acesso e de diálogo junto aos representantes do poder público, gerada pela bandeira partidária que ostentam, também dificulta a realização de ações eficazes em busca da resolução dos problemas socioambientais locais. Com a entrada e saída de diferentes partidos no poder, muitas vezes, ocorrem rupturas ou descontinuidades de ações que poderiam vir a contribuir para uma reorganização da vida na comunidade, podendo, inclusive, afetar a própria mobilização e o sentido de luta coletiva nesse espaço. Neste sentido, segundo um dos moradores:

[...] O governo do Schirmer sempre foi um governo fechado. [...] Ele é um governo mais reservado. Já o governo do PT era mais aberto, não sei se porque ele tinha outra coisa em mente ou diferentemente pensando. Mas nós éramos muito mais atuantes no governo do PT do que do PMDB. (S. C.).

A comunidade, como um espaço de formação política e de práticas geradas a partir de movimentos sociais políticos, necessita estar engajada a partidos para que

seus interesses sejam representados no cenário político local, regional, estadual, nacional ou até mesmo mundial. Porém, deve estar aberta ao diálogo pluripartidário, visto que a mudança dos governantes com diferentes ideologias partidárias no poder pode ocorrer a cada quatro anos. Os partidos, aqui discutidos, são considerados, nas democracias representativas, agrupamentos de pessoas que comungam as mesmas ideias básicas no que se refere ao futuro da comunidade, da nação. (SANTOS, M., 2012). Sendo assim:

Estes teriam um papel pedagógico relevante, mostrando à população o que deve ser uma democracia pluralista, oferecendo opções sistematicamente alinhadas, apontando para diferentes concepções de governo e para tantos outros horizontes capazes de justificar a ação política e de comover as diversas parcelas da população, segundo seus interesses e crenças. (SANTOS, M., 2012, p. 92).

A inserção dos partidos políticos na comunidade como forma de fortalecer o poder local e ganhar representação junto aos governantes pode também prejudicar a participação popular quando se leva em consideração que, no interior da comunidade, existem diferentes pessoas com distintas opções partidárias. A própria associação de moradores conta com sujeitos indicados por partidos políticos que pensam os problemas da comunidade a partir dos interesses do partido, prejudicando a participação popular na tomada de decisões para qualificar a própria vida. Nessa perspectiva, podem-se identificar tais questões nas falas dos atores sociais comunitários:

[...] Era boa quando a população participava. Hoje, se tu fores a qualquer associação tem dois, três, quatro CCs tocando por gente ligada a algum partido. Então, fica mais política. (S. C.).

[...] teria que deixar mais a nível comunitário. Se o cara tem um cargo público, ele tem que fazer o cargo público e deixar a comunidade para alguém tocar. Aí vira um negócio partidário. (S. C.).

A comunidade reclama sua autonomia diante de partidos políticos que interferem no processo de transformação social da mesma, criando situações junto ao poder público, que desqualificam a sua legitimidade. “Desse modo, o modelo partidário não conduz a um verdadeiro modelo político, e as ações isoladas, inclusive e sobretudo as iniciativas econômicas, buscam justificar-se por si mesmas”. (SANTOS, M., 2012, p. 123). De acordo com o ator social público:

Existem movimentos de caráter puramente político, mas nós enquanto estamos aqui, eu trato com o ser humano dentro do seu problema. Sempre que a comunidade me chamou lá, a associação da comunidade, eu vou lá e falo para eles, independente do movimento ou do partido político que eles... (S. F.).

Interesses econômicos e políticos pelo poder ou pela expansão de suas ideologias, o fato é que alguns partidos fazem-se presentes no espaço em questão e, oportunistas ou não, ajudam a criar condições de promover significativos movimentos de reivindicações dos direitos de cidadão. (Anexo B). Movimentos que procuram, em alguns momentos, instigar os moradores da comunidade a construir a consciência sobre seu estar no mundo, sobre suas ações no mundo, de maneira que se estando nele, sabe-se nele. Com isso:

É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar. (FREIRE, 2005, p. 7).

Saber-se condicionado pela forma como se está no mundo constitui uma tomada de consciência política que ultrapassa a esfera da consciência ingênua. Rompe com as práticas assistencialistas de partidos políticos que buscam a inserção nos meios mais frágeis e suscetíveis da sociedade que, ao invés de libertar o cidadão, prende-o a demagogias e a ideologias que nada ou quase nada têm a ver com a transformação social pela luta comprometida. É dessa maneira que:

Cresce mais e mais a convicção de que as estratégias meramente assistencialistas e paternalistas não resolvem como nunca resolveram os problemas dos pobres e dos excluídos. Antes, perpetua-os, pois os mantêm na condição de dependentes e de esmoleres, humilhando-os pelo não reconhecimento de sua força de transformação da sociedade. (BOFF, 2011, p. 141).

Dessa forma, cumpre a criação de partidos realmente representativos, que desenvolvam, nos oprimidos, a consciência de que a libertação deverá provir deles mesmos, na medida em que tomam consciência da injustiça política da sua situação. Propondo-se, assim, que se organizem entre si e comecem com práticas político-

sustentáveis que visem a transformar estruturalmente as relações sociais iníquas. (BOFF, 2011).

Contudo, nas últimas décadas, o que se viu foi a criação deliberada de partidos direcionados a confundir a opinião pública, impedindo a sua arregimentação em torno de ideários, tornando difusos (ou mesmo confusos) o discurso político e a representação política. Pensando-se na organização partidária brasileira, cada eleição provoca um distanciamento cada vez maior entre ética e política, ou, ao menos, não contribui para a criação de uma cidadania que, consciente dos seus direitos, obrigasse o país a tomar outro caminho partidário. (MORIN, 2011d; SANTOS, M., 2012). A interconexão entre ética e política é sustentada pela incerteza, pela dificuldade e pela contradição, no sentido de que as grandes finalidades éticas necessitam, com frequência, de uma estratégia ou de uma política, e a política exige um mínimo de meios e finalidades éticas. Diante disso:

Não se pode aceitar a dissolução da ética na política, que se torna então puro cinismo; não se pode sonhar com uma política serva da ética. A complementaridade dialógica entre a ética e a política comporta a dificuldade, a incerteza e, às vezes, a contradição. Quanto mais a política atua no que uma sociedade tem de complexo, mais são imperiosos os imperativos éticos de liberdades e direitos; quanto mais se degradam as solidariedades e comunidades, mais elas são necessárias. Nesse sentido, uma política da complexidade carrega uma permanente aporia. (MORIN, 2011d, p. 80-81).

Cabe, neste momento, levantar o seguinte questionamento: Como promover, na comunidade, um desenvolvimento que se quer sustentável a partir de ações pautadas em políticas partidárias que dialoguem com a ética? A resposta está na direção do desenvolvimento de uma “ética da comunidade”, sendo que esta é possuidora dos indivíduos que a possuem; que as éticas comunitárias sejam universais, de maneira que todas as sociedades, clãs e nações tenham como princípios a solidariedade e a responsabilidade; ao mesmo tempo sejam particulares, no sentido de que tais prescrições perdem toda validade fora da comunidade. (MORIN, 2011d).

A construção de uma ética comunitária universal requer a abertura e a interconexão das diferentes comunidades em uma comunidade mais ampla a da “Terra-Pátria”; uma comunidade de fraternidade ainda não realizada, mas que se tornou necessária na e para a comunidade de destino da humanidade planetária. (MORIN, 2011d). A comunidade local sendo causada e causadora da comunidade

universal, provocada e provocadora de ações que conduzam a um repensar as estruturas sociais existentes, mediata e imediata com outros lugares em diferentes escalas por políticas partidárias comprometidas e emancipatórias, interrelaciona-se com tudo por um vínculo natural e sensível que liga as mais distantes e diferentes comunidades.

A ética da comunidade, na sua relação do local com o global e retornando ao local, também precisa estar embasada na organização das comunidades locais, de maneira que elas possam estar preparadas para promover ações políticas complexas. Essa organização das comunidades por meio de uma associação de moradores requer o constante repensar o próprio pensamento, que se dá por meio da realização de reuniões ou de encontros para dialogar, refletir, mobilizar e promover práticas a respeito dos problemas socioambientais das mesmas.

3.2.2 Práticas de reuniões esporádicas pela associação de moradores

A sede criada pela associação de moradores da Comunidade Estação dos Ventos é um espaço construído com piso de areia, para resistir à chuva e ao esgoto, com teto de lona e sustentação de madeira (Figura 16). Regularmente é ocupada por moradores e moradoras que, acomodados em bancos e cadeiras, participam das reuniões da associação ou das palestras do chamado “Pac Social”, projeto interconectado ao PAC, que prevê explicações à população local sobre as obras executadas por uma empresa terceirizada. Em frente à associação, o que parece ser uma pequena colina, em que o mato não tão ralo realça um relevo irregular deverá ser construída a creche da comunidade. Os detritos gerados pela terraplanagem da rua são agregados ao cenário das obras abandonadas, formando uma montanha de terra esquecida que, dia após dia, se cobre de verde. (Figura 17). (GIRARDI *et al*, 2013).



Figura 16: Sede da associação de moradores da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Figura 17: Área onde será construída a creche da comunidade e onde acumulam-se entulhos.
Fonte: MIOTTO, T.

A vida na comunidade baseia-se numa constante incerteza, imprevisibilidade e num acontecer que foge à compreensão cartesiana e reducionista da sociedade neoliberal. As lutas e movimentos provocados e desencadeados pelos atores sociais comunitários partem da construção da consciência de fatos e situações concretos, o que pode gerar lideranças capazes de contrapor-se ao modelo neoliberal de vida em sociedade. Sendo assim:

O homem é multidimensional, e cada qual das suas dimensões pode obter, de um modo relativamente autônomo, um movimento seu próprio. A consciência humana se alarga a partir de situações concretas adversas, ainda que essa ampliação da consciência seja desigual, segundo os indivíduos. São os que avançam os que podem exercer uma liderança, ou pelo menos se colocar na dianteira das mudanças, ou das ideias de mudança e, portanto, mais perto do ideal de uma nova sociedade. (SANTOS, M., 2012, p. 125).

As propostas das lideranças surgem na comunidade como ideias-força, que expressam uma compreensão da realidade que muitos ainda não decifram e podem promover a conquista do almejado modelo cívico. Lideranças que assumem a posição de representantes da comunidade em suas lutas e enfrentamentos por uma vida decente e que, organizadas em associações de moradores, acabam levando até as últimas consequências suas reivindicações e solicitações frente ao poder público, identificam-se na voz dos sujeitos comunitários tais ações:

[...] Semana que vem tem a reunião, se não for nada produtiva esta reunião, vamos levar tudo para o Ministério Público. (S. T.).

Quarta-feira da semana passada, foi a última reunião que nós fizemos e isso aqui encheu de gente. (S. T.).

A participação do pesquisador em uma reunião da associação de moradores, que ocorreu no dia vinte de abril de 2013, às dezesseis horas, na sede da mesma, agregou elementos importantes ao presente trabalho. Nesta, foram discutidos os impactos da paralisação das obras do PAC para a comunidade, sendo que, há aproximadamente trinta dias, a comunidade vem tentando organizar-se para realizar a assembleia. O líder comunitário e alguns acadêmicos dos cursos de Direito, Ciências Sociais e Geografia da UFSM tiveram dificuldades em organizar uma reunião para encaminhar à promotoria pública o material que solicita o

prosseguimento das obras, pois, de todas as famílias convidadas, apareceram apenas cerca de 30 pessoas. Além disso, destacou-se o fato de que até o momento não havia um promotor titular no município e o juiz estava sendo cassado.

A necessidade de provocar esse movimento na Comunidade foi a partir da notícia de que o governo federal planeja transformar os recursos para o PAC em recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual exige documentação da área regularizada, excluindo, dessa forma, a comunidade desse processo, pois a mesma ainda não possui tais documentos. Registraram-se reclamações: de desmatamento das margens do rio pela empresa Cotrel, que está realizando as obras na comunidade; de alagamento de algumas residências próximas ao rio em dias de chuva intensa, tendo o agravamento do esgoto que corre para o rio; da deterioração do pouco que já foi feito por estarem utilizando materiais de qualidade inferior e pouca durabilidade; da falta de legalização da rede de água e a preocupante promessa de desligamento dos “gatos” clandestinos, pois CORSAN e prefeitura não se entendem na construção do projeto dessa rede para a comunidade; da falta de diálogo entre os engenheiros da prefeitura e os moradores da comunidade quanto ao direcionamento das obras; de obstrução da via construída próxima aos trilhos, comprometendo a estrutura dos mesmos; do descarte inadequado de resíduos na comunidade, principalmente nas proximidades do rio; de discussões sobre a APP que será delimitada nas proximidades do rio e, ainda, supressão da via e das residências na área, levantando o seguinte questionamento quanto ao direito dos moradores ou direito da natureza: “Preservação ambiental, mas e os direitos dos moradores?”.

As lideranças da Comunidade enfatizaram que já ocorreu uma reunião com a ocupação ocorrida no bairro Santa Marta para voltar a promover movimentos e lutas. Segundo essas, uma comunidade que já resistiu à desapropriação em 2002, agora precisa de persistência, diálogo com outros companheiros para montar um grande grupo e realizar protestos em frente à prefeitura, mostrar a cara e demonstrar o descontentamento; enfim, tomar uma atitude que promova a transformação social, concretizada na restauração do que ficou e no prosseguimento das obras. Alguns moradores presentes na reunião construíram um diálogo crítico a partir do seu descontentamento, objetivando a realização de ações concretas e efetivas, mas ainda há a necessidade de mobilizar um número maior de sujeitos da comunidade,

aumentando a pressão e fazendo-se ver e ouvir pelas autoridades e governantes locais.

De acordo com os moradores presentes na reunião da associação comunitária, as pessoas mais prejudicadas pela interrupção no andamento das obras não compareceram, comprometendo a representatividade da reunião e havendo a necessidade de realizar um novo encontro. Cada morador presente na reunião deveria mobilizar os sujeitos de sua rua para a próxima assembleia e que um morador deve atuar como fiscal das obras do PAC na sua rua, comunicando às lideranças comunitárias as irregularidades e o não cumprimento dos prazos.

Diante de tudo isso, pode-se dizer que há um processo de mobilização dentro da comunidade, em que as lideranças assumem uma postura ativa que possibilita o encaminhamento de uma democracia participativa, tentando articular autorização com prestação de contas. Se isso realmente acontecer no local, cria-se uma transparência, limita-se a corrupção e consegue-se redistribuição social. (SANTOS, B. de S., 2007).

O processo de mobilização, implicando a ideia de movimento, de pôr em movimento, de pôr-se em movimento como um recurso à ação (CHARLOT, 2000), torna-se o lado político de uma epistemologia dos saberes, compreendida como incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las em uma teoria geral. Tem-se, assim, o conceito de pluralidades despolarizadas proposto por Santos, B. de S. (2007), como a necessidade de uma inteligibilidade, uma articulação de ações coletivas cada vez maior e mais forte. Tal articulação fica evidente no momento em que:

[...] quando eu vim para cá, nós trazíamos trezentas, quatrocentas pessoas e botávamos conversar aqui. Às vezes, eu trazia alguém de fora era uma briga para conversar, pessoal fala mais técnico. Então, eu tinha que transformar toda aquela informação na minha fala [...] (S. C.).

[...] Nós, aqui, sempre fizemos reuniões sábados, feriados, domingo de noite, não temos hora para parar, não temos hora para fazer nada. [...] (S. C.).

As reuniões organizadas pelas lideranças comunitárias que mobilizavam um significativo contingente de pessoas, hoje, lutam com um grupo menor de moradores, tendo o apoio do MNLM, de autoridades políticas, empresários, universidade e alguns cidadãos santamarienses, mas compartilhando o mesmo

sentimento de revolta e de indignação diante de tanta injustiça social. A representatividade, confiança e respeito dedicados pelos moradores às lideranças comunitárias alimentam o espírito de busca por transformação social e possibilitam a tomada de decisões de forma coletiva e um diálogo de saberes em toda sua complexidade. Sendo assim:

[...] os 'líderes de opinião locais', que filtram, avaliam e processam para outros habitantes locais as mensagens que chegam de 'fora' através dos meios de comunicação; mas, para fazê-lo, os líderes locais devem primeiro ter sido ouvidos pela localidade — precisavam de uma agora onde os habitantes locais pudessem se reunir para falar e ouvir. Era essa agora local que permitia à voz dos líderes locais competir com as vozes de longe e ganhar confiança para superar a autoridade muito mais capaz, diluída que era pela distância. (BAUMAN, 1999, p. 28).

O diálogo de saberes constrói uma epistemologia de saberes que se produz no encontro de identidades, na construção de sujeitos históricos em constante contato com o mundo, na reunião de atores sociais que, juntos, lutam por uma vida mais digna, no desenvolvimento de uma comunidade como destino, pátria, espaço-cidadão, lugar-força e a concretização de uma utopia. Essa utopia deve estar arraigada no ser e no real e ser construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Dessa maneira:

O ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra no sentido das identidades coletivas que se constituem no crisol da diversidade cultural e em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se revelam os sentidos diferenciados e muitas vezes antagônicos, na construção de um futuro sustentável. (LEFF, 2010, p. 202).

Toda essa complexidade de processos, de relações, de ações, de seres interdependentes que coletivamente desenvolvem o espaço da comunidade constrói uma base de resistência ao pensamento que fragmenta, reduz e embasado em verdades absolutas, criando possibilidades de transformações efetivas por meio de um pensamento uno e múltiplo. Por isso, a comunidade, como um espaço de aprendizagem-cidadã e de reprodução do sentimento de pertencimento e identificação com as causas e intencionalidades locais, faz surgir uma força, muitas vezes, incompreensível aos olhos dos "de fora".

A mesma força que inspira e alimenta as lideranças da comunidade a estarem constantemente em batalha pelos direitos dos cidadãos, na maioria das vezes lembrados e olhados pelos representantes do povo apenas em época de eleições, mobiliza parte significativa da comunidade para lutar por uma vida digna. Ainda assim, as lideranças comunitárias, em seus erros e acertos, continuam brigando pela sobrevivência da comunidade, institucionalizando em bases legais uma associação de moradores nomeada Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos (Anexo C), realizando eleições periódicas de seus representantes (Anexo D) e dialogando junto ao poder público com o objetivo de promover ações que venham solucionar os problemas socioambientais locais. A atuação das lideranças locais e o reconhecimento por parte dos moradores e do poder público ficam evidentes nas observações dos atores sociais:

[...] Mas ele convoca todo mundo para as reuniões. Às vezes, ele coloca placa ali, aquelas faixas compridas avisando que tem reunião na vila. (D. L.).

Eu acho que ele está fazendo o trabalho dele. Porque pelo menos se tem que fazer uma reunião, ele chama todo mundo, não vão se não querem. (D. L.)

[...] Atender a associação da comunidade, que é o presidente, a diretoria, vem aí e marca, a gente vai lá e conversa com eles, que são representantes locais específicos da comunidade, independente de... (S. F.).

Amadas e respeitadas por alguns e contestados por outros, as lideranças comunitárias comungam com os moradores locais o sofrimento e a inquietude ao reintroduzir a incerteza e a desordem no que se refere às ações pensadas, planejadas ou realizadas pelo poder público em benefício da comunidade. (MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d; CAMARGO, 2008). O que ocorre é que há um sentimento de representatividade, de engajamento, de militância e por que não dizer de cuidado das lideranças democraticamente escolhidas para com os seus. Tal cuidado refere-se a muito mais do que um *ato*; é uma *atitude*. “Portanto, abrange mais que um *momento* de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma *atitude* de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. (BOFF, 2011, p. 33).

O cuidado para com a comunidade busca (re)humanizar o humano, resgatando a preocupação com as pessoas que habitam nela, dando-lhes atenção, garantindo-lhes as provisões e interessando-se com o seu bem estar. Tal cuidado se

faz não só pelas lideranças, mas pelos próprios moradores que se sentem comunidade e fazem-se diariamente comunidade, em suas intrincadas e sólidas relações, sendo que há um cuidado que busca zelar pelas relações de amizade com os vizinhos e de calor com os hóspedes, sem negar os desentendimentos e conflitos que permeiam e invadem, sem bater, a vida comunitária em toda sua complexidade. (BOFF, 2011; FREIRE, 2000, 2001, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d; MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d).

Desenvolver uma comunidade com base no cuidado de si e do outro exige a rigorosidade e o comprometimento no planejamento e realização de ações alicerçadas na organização jurídico-política local. A legalidade e o amparo jurídico não podem engessar a tomada de decisões em benefício dos atores sociais comunitários, devem, sim, partir da ideia de que a libertação dos oprimidos deverá provir deles mesmos. Essa libertação e humanização acontecerão na medida em que esses sujeitos conscientizam-se da injustiça de sua situação, organizam-se entre si e partem de práticas que buscam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas. (BOFF, 2011; FREIRE, 2001).

3.2.3 Organização jurídico-política na perspectiva da comunidade

E nós tínhamos isso com nós, ficar um ano e um dia e aí para tirar a gente seria mais difícil. Aí tem que ter negociação, não é só mandar sair.

S. T.

Para lutar por uma condição humana digna, deve-se reunir o máximo de guerreiros e forças possíveis capazes de derrubar e desmontar a linha de frente de uma sociedade excludente, segregadora e preconceituosa. Resistir e permanecer como comunidade, lugar-força onde um desenvolvimento realmente sustentável, libertador e humanizador pode concretizar-se, precisa de reconhecimento e solidariedade vindos da organização popular. Por isso, ter o apoio e o amparo de leis e lideranças que fundamentam o reconhecimento social e criam a possibilidade de construir um espaço-cidadão para além do discurso neoliberal, conforma-se com a legitimação e a credibilidade da comunidade, como lugar que faz parte do contexto do município de Santa Maria, sendo ouvido e atendido pelo poder público municipal.

A organização da comunidade desde a Vila Santos, de onde vieram os primeiros moradores da Comunidade Estação dos Ventos, acompanhou a mudança de espaço e reforçou o movimento social que segue, desde o início, o processo de formação da comunidade em estudo. Estruturar uma associação de moradores, exercendo o poder da democracia, foi um dos primeiros passos nesse novo lugar para ganhar força e voz nas decisões de interesse da comunidade. Isso fica claro a partir do momento em que:

[...] a gente já tinha organização lá e continuou aqui. [...] (S. C.).

[...] o primeiro processo que nós queríamos fazer, nos primeiros dois anos, era fundar uma associação para poder ter força. (S. C.).

A organização territorial e a organização política da comunidade não podem ser consideradas como dados separados, mas precisam ser pensadas unitariamente, como uma *organização político-territorial* que necessita ser concretizada para fornecer respostas adequadas às opções locais em suas relações com as diferentes escalas, tanto no plano externo como interno. (SANTOS, M., 2012). Para a concretização dessa complexa forma de organização, é preciso ter um conhecimento concreto da realidade que se movimenta do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; “[...] e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade”. (KOSIK, 2011, p. 50).

No movimento contrário, ao do fortalecimento local por meio de diferentes formas de organização, há uma ordem global hegemônica que, subjetivamente, semeia a desunião, o desentendimento e o enfraquecimento do sentimento de comunidade. Dessa forma: “A ordem global precisa de muita desordem local ‘para não ter o que temer’”. (BAUMAN, 2003, p. 96). Essa desordem aparece na fala dos sujeitos da seguinte maneira:

[...] Então, hoje, existe uma associação, mas ela não desempenha um papel muito forte, porque o pessoal não consegue conversar com todo mundo. [...] (S. C.).

[...] o pessoal começou a introduzir outras falas nas costas das decisões. Nós tomávamos uma decisão em grupo, depois saía um lá fora e queria fazer diferente. [...] (S. C.).

A dificuldade de mobilização e a construção de decisões coletivas a partir da singularidade de pensamento dos atores sociais comunitários, alimentada pela manipulação de alguns sujeitos da comunidade por uma ordem global opressora e excludente e por meios de comunicação que deturpam as informações, algumas vezes, semeiam a discórdia onde existia a comunhão. A disputa pela liderança comunitária, onde, muitas vezes, se sobrepõe o interesse individual sobre o coletivo, acaba por comprometer a organização e a união da comunidade, enfraquecendo as teias de relações e dificultando as negociações com o poder público em busca de ações realmente eficazes. Na entrevista com os atores sociais, identificaram-se algumas passagens que fundamentam tais reflexões:

Presidente da associação. Sou eu desde... [...] Se banca de presidente para poder receber benefícios. Eleito fui eu o primeiro presidente, termina o meu mandato no meio do ano que vem. (S. T.).

No caso lá tem o S. T., tem o S. C. e a F. Então, são três pessoas que se dizem líderes da comunidade. [...] (S. F.).

Num primeiro momento, como eles estão organizados, recebem instruções, eles vão lá e tomam conta, são os líderes. No momento em que a própria comunidade começa a perceber que o interesse é muito mais político e até financeiro do que social, eles acabam perdendo essa condição de líder legal, vamos dizer assim, da comunidade. [...] (S. F.).

Eles não têm união. Eles não conseguem se firmar como um grupo. Qual é o problema ali? É a falta de uma liderança, falta de alguém que diga uma coisa e mantenha aquilo ali, que tenha uma linha de ação para todos. Acho que tem que ter uma regra e seguir aquilo ali, e manter seguindo. Não é chegar ao meio do caminho e um pensar uma coisa e outro pensar outra e não chegar num fim comum. O fato de não haver uma união, uma liderança que mantenha unido esse pessoal faz com que as relações ali não se firmem e até a droga, a própria droga, a própria miséria, a miséria faz com que haja essa distância entre eles. Porque teve um tempo ali em que ninguém podia sair, o vizinho roubava do próprio vizinho. Então, acho que o principal mesmo nem é tanto a falta de liderança, mas a própria miséria. (P. D.).

Segundo P. D., a comunidade necessita de lideranças mais atuantes, eficazes e que consigam manter um conjunto de leis e regras próprias capazes de embasar ações individuais e coletivas e alimentar o sentimento de pertencimento e valorização local. Além disso, a condição social de oprimidos torna-se um dos principais problemas locais, que, materializada na miséria, pode levar a atitudes

violentas com os próprios companheiros, agredindo não apenas outro oprimido na mesma situação social, mas o opressor hospedado neles. Nas palavras de Freire:

Na 'imersão em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a 'ordem' que serve aos opressores que, de certa forma, 'vivem' neles. 'Ordem' que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros. É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também 'hospedado' neles e nos outros. Agredem, como opressores, o opressor nos oprimidos. (2011b, p. 68).

O diálogo crítico e libertador, necessariamente, precisa supor a ação, e isso precisa ser tratado com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por libertação. Os oprimidos da comunidade, nos muitos momentos da sua libertação, precisam reconhecer-se como homens e mulheres, na sua vocação ontológica e histórica de *ser mais*. (FREIRE, 2011b).

Esse ser mais deve partir da reflexão como um esforço dos oprimidos sobre suas condições concretas, sendo que tal reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. O ato de refletir sobre sua condição de oprimido ganha força e significação ao estar amparado e embasado na organização jurídico-política da comunidade, conduzindo à prática ao criar um regimento interno (Anexo C) que dialogue com a Constituição Federal no sentido de garantir as condições para que cada um venha a ser um cidadão integral.

A organização jurídico-política da comunidade está expressa nas palavras dos sujeitos da pesquisa:

[...] Nós criamos um regimento interno, onde tudo era discutido numa volta, toda deliberação tomada ali era lei. Em certo dia, eu tomei a liberdade de procurar um promotor público, lá dar a minha cara a tapa para saber se o que a gente fazia aqui era legal. [...] (S. C.).

Documento. Tudo isso, eu tenho guardado: uma ata, a gente tem um registro dos primeiros lotes, quem foi que ficou, quem era o proprietário na época, tudo arquivadinho aí. [...] Mas isso tudo pela questão da organização social. (S. C.).

[...] Não dá para ser baseado em ideias só. Tem que ter ideia e todo um protocolo junto, aí tu funciona. [...] (S. C.).

Construir as condições para que a organização social da comunidade esteja promovendo ou planejando ações dentro da lei implica uma tomada de atitude por

parte do poder público buscando uma regulamentação constitucional do lugar. Por isso: “A Constituição deverá estabelecer as condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral e completo, seja qual for o lugar em que se encontre”. (SANTOS, M., 2012, p. 151). Para tal, necessita delimitar as normas para que os bens e serviços públicos deixem de ser exclusividade dos mais bem localizados. A comunidade como um território, pela sua organização e instrumentação, deve ser pensada como forma de alcançar-se um projeto social igualitário.

Inegavelmente, pode-se afirmar que há uma complexa organização interna da comunidade, demonstrada por meio da elaboração de documentos como o Estatuto Social do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos (Anexo C); a ata de fundação e eleição da primeira diretoria do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos (Anexo D), além de outras atas que registram as decisões e ações nos encontros e reuniões da associação de moradores; mapa de registro da distribuição dos lotes na comunidade (Anexo E); abaixo-assinados (Anexo F); alvarás de licença; certificações; imagens de momentos significativos para a história da comunidade, dentre muitos outros. Detendo-se no Estatuto Social (Anexo C), que rege os passos da associação comunitária e concretiza a força dos movimentos sociais locais, percebe-se que o mesmo está organizado em nove capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

- CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO;
- CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS;
- CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES;
- CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA;
- CAPÍTULO V – DAS ELEIÇÕES;
- CAPÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO;
- CAPÍTULO VII – DAS FONTES DE RECURSOS;
- CAPÍTULO VIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Este registro demonstra que a intrincada teia de relações e interconexões da comunidade ultrapassa a compreensão unidimensional dessa realidade. Estruturado em nove capítulos que compõem os poderes executivo, legislativo e judiciário da comunidade, incluindo aí pessoas que dialogam para a construção desse espaço-cidadão multidimensional, o Estatuto Social ampara momentos e movimentos que

tentam trabalhar com a relação entre uma democracia participativa e uma democracia representativa. A partir dessas reflexões identifica-se na própria história da comunidade a tentativa de democracia:

[...] Houve um tempo em que esta esquina aqui era realmente democrática, tudo acontecia aqui [...] (S. C.).

Uma democracia participativa na escala local busca interrelacionar autorização com prestação de contas, constrói realmente uma transparência, limita a corrupção e consegue a redistribuição social. (SANTOS, B. de S., 2007). “A democracia representativa constitui até agora o máximo de consciência política possível do capitalismo”. (SANTOS, B. de S., 2010a, p. 270). O diálogo entre essas duas formas de democracia implica a renovação da teoria democrática, assentada na formulação de critérios democráticos de participação política que não se limitem ao ato de votar. Para que essa articulação possa realmente acontecer na comunidade é necessário que o campo do político seja realmente redefinido e ampliado, começando pela credibilidade dos partidos; então, sim, pode-se pensar na hipótese de construir uma democracia comunitária de alta intensidade. (SANTOS, B. de S., 2007, 2010a, 2010b, 2011). Aprofundando ainda mais as reflexões, é importante pensar que:

A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e cidadania. Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada. As diferenças entre as relações de poder são o princípio da diferenciação e estratificação do político. (SANTOS, B. de S., 2010a, p. 271).

A concretização de uma nova forma de política, pautada em valores e saberes construídos a partir do exercício da democracia e da cidadania, conduz a uma tomada de consciência da condição de oprimido e a pensar e imaginar formas de romper com essa imposição. Neste sentido, a comunidade com suas incertezas, imprevisibilidades, erros e problemas torna-se uma oportunidade para repolitizar a prática social e propor uma democracia de alta intensidade que amplie o exercício da cidadania na perspectiva socioambiental.

Para que isso possa ocorrer é necessária a associação de políticas públicas com a mobilização comunitária, construindo possíveis soluções para os problemas socioambientais locais. A interconexão entre comunidade e poder público, transformando relações de poder em relações de autoridade compartilhada, criando ações coletivas que ressignificam a realidade da Comunidade Estação dos Ventos, aparece como uma possibilidade de promover o diálogo de saberes em busca da justiça ambiental. (LEFF, 2009, 2010a, 2010b, 2012).

3.2.4 Políticas públicas associadas à mobilização comunitária

Uma discussão que se faz fundamental está relacionada ao poder de decisão e de influência da participação popular nos planejamentos, projetos ou ações pensadas ou realizadas pelo poder público. Iniciativas como o PAC, que partiram da mobilização comunitária em busca de infraestrutura urbana mínima, inicialmente, trabalharam com as necessidades, anseios e solicitações diretas da comunidade, mas com a mudança do governo municipal ocorreu a implantação unidirecional de ações descomprometidas. Neste sentido, representando o poder público:

O Valdecir, no último ano do governo dele, fez o projeto aqui de urbanização, de construir casas, ruas, a infraestrutura toda, e mandou para Brasília. [...] (S. T.).

[...] Aí, o Schirmer entrou lá e desfez todo o projeto e fez um projeto com uma engenheira e uma arquiteta de São Paulo. Não nos consultou e está implantando. (S. T.).

A falta de reconhecimento e de valorização da organização comunitária, diante de toda imprevisibilidade e caos que, em alguns momentos, se instalou na própria associação de moradores, criou, de certa forma, uma desordem local que serviu para provocar uma (re)desconstrução da mobilização local. Fortalecidos pelos sentimentos de pertencimento, identificação e reconhecimento com o lugar, os atores sociais comunitários replanejaram suas ações a partir das ações que estavam sendo implementadas pelo PAC. Dentre algumas ações que estão sendo realizadas, destacam-se:

[...] O projeto PAC tem uma série de coisas, envolve palestras de convivência, palestras de como tu vais conviver com o vizinho do lado, a questão da reciclagem, que tu tem de juntar... [...] Sustentabilidade, a

questão do consumo consciente de água, de luz. Quando tu chegas aqui está no gato de luz. E, agora, quando tu regularizar, que vai vir todo mês tua conta de água e de luz? (S. T.).

Tinham os valões na frente das casas. [...] Agora, o PAC veio e fez aqueles tubos no meio, aqueles tampões redondos é o esgoto do banheiro... [...] Só que não tem ligações para lá. Eles começaram estas obras em março, acabaram com os nossos valões de esgoto e de lá para cá a gente está sem esgoto. [...] (S. T.).

A ideia de sustentabilidade presente na fala de S. T. dialoga intrinsecamente com as ações propostas ou planejadas pelos diferentes atores sociais na direção da construção de uma comunidade mais autônoma. Dessa forma, uma comunidade pode ser realmente sustentável se seus cidadãos forem socialmente participativos, cultivarem um cuidado consciente para com a conservação e regeneração da natureza e também puderem tornar concreta e continuamente perfectível uma democracia comunitária. Esta última depende da articulação das comunidades entre si, participando das decisões coletivas, reforçando sempre a busca do equilíbrio entre todos e com as forças da natureza em função do “bem-viver”. (BOFF, 2012). A sustentabilidade da comunidade também conduz a uma participação ativa nos projetos e ações governamentais pensando na qualidade de vida local, identificando, propondo e executando trabalhos em parceria com os diferentes atores sociais.

Quanto à questão da reciclagem, a comunidade já teve a maior parte de seus moradores trabalhando com essa “economia informal”, mas, hoje, o número de pessoas que trabalha fora, com carteira assinada, cresce significativamente. O fato de a comunidade já ter quase que toda sua economia local voltada para a reciclagem já trouxe inúmeros problemas, como: a disposição inadequada dos materiais recicláveis e não recicláveis pelos catadores e até mesmo pelos moradores; o descarte em locais inadequados desses materiais; a queima e a própria consciência ingênua quanto à importância de dar o destino adequado a tais materiais também se transformaram em fatores agravantes dessa situação. Pode-se afirmar que o problema socioambiental do lixo urbano na comunidade gera novos problemas, como o descarte nos tubos da rede de esgoto em construção pelo PAC; em terrenos baldios; nos caminhos alternativos que levam até a comunidade; nas margens do rio; na beira dos trilhos do trem; nas ruas e vielas; enfim, nos lugares mais adversos (Figura 18); eles acabam contribuindo no aparecimento de doenças infecto-contagiosas, no mau cheiro, no enfeio da comunidade, no preconceito

de quem vê o problema de fora, em suma, na própria qualidade de vida dos atores sociais que vivem no espaço em questão.



Figura 18: Criança brincando em meio ao lixo espalhado em um terreno desocupado na comunidade.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Neste sentido, o lixo pode ser definido como, ao mesmo tempo, divino e satânico, a parteira de toda criação – além de seu mais formidável obstáculo. O lixo é sublime em toda sua criação e em toda sua destruição: uma mistura singular de atração e repulsa que produz um composto, também singular, de terror e medo. (BAUMAN, 2005a). Por isso, os coletores de lixo são considerados:

[...] os heróis não decantados da modernidade. Dia após dia, eles reavivam a linha de fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado, o *comme il faut* e o *comme il ne faut pas*, o dentro e o fora do universo humano. (BAUMAN, 2005a, p. 39).

Partindo dessas reflexões e indignando-se com o pré-conceito que os “de fora” desenvolveram para com a comunidade, questiona-se: Não estariam os

sujeitos “de fora” da comunidade construindo a visão desse espaço e de seus habitantes vinculada ao lixo disposto inadequadamente no local? Poderiam os “intrusos” estar comparando os sujeitos da comunidade ao lixo encontrado no lugar? Pessoas que vivem no meio de tanto lixo também são lixo? Além destas, muitas indagações poderiam ser feitas nessa conexão infeliz entre os moradores da comunidade e o lixo, mas a complexidade das respostas não permitiria que, superficialmente, fossem encontradas.

Com ou sem lixo, a identificação das ações sendo desenvolvidas ou a desenvolver pelo PAC junto à comunidade já fazem parte da realidade do lugar, mas a interrupção dessas ações faz acreditar em um novo esquecimento por parte da governança municipal. O fato de cumprir ou não com os prazos estabelecidos pelos próprios planejadores, sem levar em consideração a intencionalidade da comunidade, está presente no diálogo com o ator social público:

Na realidade, o projeto contempla ali a rede de abastecimento de água, que ainda não começou a ser executada, [...] Até o final do mês de março, nós teremos cem por cento da água tratada para todas as famílias. Hoje, nós temos lá executada a rede de esgoto cloacal, estão faltando ainda a execução dos ramais domiciliares. Nós temos a rede de drenagem pluvial executada e a pavimentação com revestimento primário. [...] (S. F.).

[...] Nós, claro, temos um prazo ali, mas eu acho que este trabalho vai ter que continuar sendo desenvolvido. (S. F.).

Ações imprevisíveis e inacabadas como palestras para melhorar a convivência entre vizinhos, elaboradas a partir de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria; trabalhos com a conscientização quanto à reciclagem do lixo, consumo de água e luz; a canalização dos esgotos domésticos; a construção das redes de água e luz, dentre outras compõem o quadro de obras iniciadas ou em execução pelo PAC. O fato de não ter uma previsão para a conclusão dessas obras na comunidade deixa os moradores em situação de suscetibilidade quanto ao direito a uma vida digna. Apesar dessas obras representarem transformações significativas no espaço da comunidade, não podem calar a voz e a indignação do cidadão pela interrupção e abandono das mesmas, pois o acompanhamento e a cobrança de uma representatividade pública realmente eficaz conduzem a uma democracia de alta intensidade. Neste sentido:

A questão da representatividade é crucial nas democracias, e é através de suas distorções que a vontade popular se desfigura. Se, em todos os países democráticos, os canais pelos quais a vontade popular se manifesta se tornam às vezes inadequados, se os partidos no poder às vezes buscam alterar certos procedimentos em seu próprio proveito, fazem-no sob a alegação de que pretendem o aperfeiçoamento do regime, expõem e debatem longamente as suas propostas e é inconcebível que pretendam infringir, substancialmente, as regras do jogo democrático. (SANTOS, M., 2012, p. 91-92).

Os interesses político-partidários individuais suprimindo os interesses coletivos, utilizando argumentos convincentes para se fazerem acreditar, criam obstáculos para a efetiva mobilização junto à associação comunitária. Tal mobilização comunitária deve também ser motivação, pois a mobilização implica mobilizar-se (“de dentro”), sendo que a motivação destaca o fato de que se é motivado por alguém ou por algo (“de fora”). A força desse processo deve partir da convergência de tais conceitos: “[...] poder-se-ia dizer que eu me mobilizo para alcançar um objetivo que me motiva e que sou motivado por algo que pode mobilizar-me. Mas o termo *mobilização* tem a vantagem de insistir sobre a dinâmica do movimento”. (CHARLOT, 2000, p. 55).

A mobilização como processo que dialoga com a dinâmica do movimento somente terá validade se assumir sua condição de ação coletiva, ganhando poder e representação junto a uma associação de moradores ativa e criativa. É inegável o papel organizativo da associação de moradores, mas, muitas vezes, esta não tem força para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. “Seu papel se esgota com o atendimento dos reclamos patrimoniais, e com isso se esgota a ação do grupo”. (SANTOS, M., 2012, p. 97).

É preciso que as ações provocadas pela associação de moradores sejam pensadas de maneira abrangente e não apenas sobre uma fração do território, deixando de oferecer soluções tópicas e de eficácia limitada no tempo, procurando combater o reforço aos dados estruturais. O tratamento integrado dos problemas, levando em consideração as diversas carências da comunidade, deve concretizar resoluções que ultrapassem a esfera do assistencialismo e da mera improvisação.

No que se refere à questão da moradia popular, questiona-se:

[...] Por que, hoje, o projeto está baseado em que? Em casas para as pessoas que precisam, na verdade, vinha para todo mundo, mas como o projeto iria ficar muito caro, a gente resolveu designar para as pessoas que realmente precisam e querem. Vem a água, vem a luz, veio o esgoto, vem

as ruas, vem os pavilhões comunitários, e outras coisas mais que a gente pode elencar no projeto depois. (S. C.).

[...] no momento em que você dota aquela área de uma infraestrutura completa [...] o que nos preocupa é a exploração imobiliária, como são pessoas de baixo poder aquisitivo [...] (S. F.)

O atendimento à necessidade de ter uma casa para chamar de lar, cumprindo com um dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à moradia digna, resolve parcialmente um dos problemas socioambientais da comunidade, mas acaba por criar outros. Relegar aos moradores da comunidade a propriedade do terreno e da casa pode prenunciar o desenvolvimento da especulação imobiliária no local, conforme lembrado pelo ator social público, mas negá-la cria a incerteza da desapropriação e da migração para novos espaços. Sendo assim, é importante lembrar que:

A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil. (SANTOS, M., 2012, p. 98).

Nessa perspectiva, a função da associação de moradores apenas precipita o ciclo, na medida em que facilita a aquisição da mercadoria casa e a sua valorização posterior, dada pelos serviços públicos. Para transcender esse movimento, a luta urbana precisa focar a cidade como um todo complexo e o indivíduo total. (SANTOS, M., 2012).

Não se trata apenas de oferecer os instrumentos estruturais para a reprodução da comunidade, mas fornecer capacitação profissional e humana para que esta se autorreproduza como espaço-cidadão multidimensional. (FREIRE, 2011a, 2011b, 2011d; MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d). A realização de cursos de formação profissional, reinserindo o contingente populacional comunitário na classe de consumidores ativos, constrói possibilidades de transformar uma população “redundante” em operários para as exigências do mercado de trabalho. Explicita-se dessa forma:

Agora, esta nova etapa do PAC também tem os cursos de formação: padaria, manicure, tem mecânica, tem esse negócio de lidar com geladeira, freezer. [...] Corte e costura, só que eles estavam apresentando um tipo de

costura industrial. Mas o que querem com costura industrial para o pessoal que mora aqui? Então, costura artesanal, corte e costura para as pessoas aprenderem a costurar suas próprias roupas. (S. T.).

[...] Então, nós temos aí visitantes sociais, assistente social, psicólogos e mais estagiários do curso de Assistente Social, que vêm desenvolvendo esse trabalho de visitantes levantando as aspirações, as demandas, os anseios. [...] Então, a assistente social já detecta a habilidade ou a pretensão, e aí nós estamos oferecendo esses cursos profissionalizantes para melhorar a fonte de renda deles, dar uma melhor qualidade de vida para eles e inserir eles no mercado de trabalho. (S. F.).

[...] Nós estamos dando cursos de introdução à informática e cursos de montagem de computadores. [...] a gente fez uma parceria com o Lyons Centro. [...] Nós temos curso também de corte e costura industrial porque a gente detectou uma demanda de mão de obra na cidade, o comércio da moda [...] (S. F.).

É inegável a importância dessa iniciativa de profissionalizar os sujeitos da comunidade como forma de promover novas oportunidades e novos horizontes, mas também é preciso lembrar que, dessa maneira, tem-se a transformação do cidadão no consumidor, sendo que: “Os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, enquanto os consumidores falhos são os seus passivos mais irritantes e custosos”. (BAUMAN, 2005a, p 53). Enquanto consumidores falhos ocupavam a classe dos desempregados, a posição de “redundância” na sociedade de consumo, portanto, não existiam e deveriam ser destinados ao depósito de lixo. Sendo assim, entende-se que:

'Redundância' compartilha o espaço semântico de 'rejeitos', 'dejetos', 'restos', 'lixo' – com refugio. O destino dos desempregados, do 'exército de reserva da mão-de-obra', era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, 2005a, p. 20).

Produzir um contingente de especialistas a partir da fragmentação do saber deve estar intimamente vinculado à divisão social do trabalho, à expropriação dos sujeitos aliados do direito de conhecerem o processo produtivo/criativo em que se inserem na sua integralidade, à especialização para aumento da eficiência competitiva. (LOUREIRO, 2011). Vale lembrar, neste momento, que: “Cada povo-cultura é um experiência única e radical e é no interior desse ambiente cultural que se desenvolvem atributos e qualidades sem os quais, para os indivíduos que nele vivem, a vida não vale a pena ser vivida”. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 94-95).

Dessa forma, construir ações que estejam desvinculadas de uma consciência coletiva comunitária, da realidade local, pode vir a enfraquecer e fragmentar o espírito da comunidade. Esse espírito do coletivo conduz a uma tomada de consciência crítica diante da própria realidade, criando possibilidades de transformação social a partir do diálogo de saberes locais que, carregados de fundamentos políticos coerentes, se interconectam com os saberes dos atores sociais públicos. (FREIRE, 2000, 2001, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d; LEFF, 2000, 2003, 2009, 2010a, 2010b, 2012; MORIN, 2005, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d).

Pode-se afirmar que, no discurso do ator social público, há muita intencionalidade comprometida e engajada com as questões locais, mas será que ela dialoga com a prática, construindo a práxis social? As preocupações e questionamentos da comunidade são valorizados e considerados nessas metas a serem alcançadas por meio das ações propostas pelo PAC? A que tipo de desenvolvimento o ator social público refere-se? Compreendem-se tais perguntas no discurso do mesmo:

[...] no final do programa, a gente vai ter uma família habitando um local em condições de habitabilidade ideal, quer dizer, com água tratada, esgoto tratado, drenagem, pavimentação, rede de energia elétrica adequada, iluminação pública, a coleta do lixo, são os serviços públicos essenciais. Eles vão ter uma creche, eles vão ter um centro comunitário construído para eles e além desses cursos profissionalizantes que vão possibilitar que eles se desenvolvam. (S. F.).

[...] A meta era chegar lá no fim do programa não com tudo, mas com um índice bem alto de resolução desses problemas. Pelo menos no que tange a Bacia Vacacaí-Mirim e Arroio Cadena nós teríamos os principais problemas digamos sanados. [...] (S. F.).

O crescimento, ao qual se refere o ator social público, parte de uma ideia de crescimento industrialista, capitalista, consumista, que é essencialmente antropocêntrico, contraditório e equivocado. É *antropocêntrico* por estar centrado somente no ser humano, como se não houvesse a comunidade de vida criada pela “Mãe Terra”. É *contraditório* no sentido de que crescimento e sustentabilidade trabalham com perspectivas diferentes e que se contrapõem. O crescimento é linear, precisa ser crescente, supondo a exploração da natureza sem limites em cuidar unicamente do lucro, gerando profundas desigualdades – riqueza de um lado e pobreza do outro – e enfatiza a acumulação individual. (BOFF, 2012). Sendo assim:

A categoria *sustentabilidade*, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos. (BOFF, 2012, p. 45).

Fica claro que *sustentabilidade* e *crescimento* configuram uma contradição nos próprios termos. Ambos possuem perspectivas que se negam mutuamente: enquanto uma privilegia o indivíduo, a outra o faz em relação ao coletivo; uma enfatiza a competição, a outra, a cooperação; uma, a evolução e a sobrevivência do mais apto, a outra, a coevolução de todos juntos e interrelacionados. Também é um diálogo *equivocado* pelo fato de alegar como causa aquilo que é efeito, que a pobreza é a principal causa da degradação ecológica. (BOFF, 2012).

Com os olhares voltados para a comunidade, em termos de ações eficazes e que se concretizam no espaço, há alguma incoerência entre discurso e prática dos representantes do poder público, pois, como já dito anteriormente, as obras que iniciaram em março de 2012 e deveriam terminar em março de 2013 continuam paradas até o presente momento. Portanto, a resolução de alguns problemas socioambientais na bacia do Vacacaí-Mirim permanece incerta, dependendo da vontade política e da força transformadora desses atores sociais, que deveriam privar e cuidar dos interesses e necessidades dos cidadãos comunitários.

Nesse processo de qualificação da vida comunitária, a escola tem papel fundante e formativo no que diz respeito à própria conscientização dos moradores quanto à sua condição desumana. Ela é fundante de uma realidade, pois tem o papel de propiciar que homens e mulheres sejam mais, no sentido de serem sujeitos no/do/com o mundo, formativa de cidadãos capazes de, ao construir-se como gente, transformar a própria condição em indignação e revolta ao fazer a própria história.

De acordo com o educador, a escola e sua relação com a comunidade passaram por profundas transformações, tanto no que diz respeito às ações realizadas pela mesma, quanto ao comprometimento com a realidade local.

Então, a direção mudou, uma direção muito comprometida com todas as comunidades próximas aqui, [...] Uma equipe diretiva que se... Não vou dizer identificava, mas que entendia aquela situação ali da invasão, da Estação dos Ventos. [...] (P. D.).

O brechó era a melhor maneira de interagir com as famílias, isso nós sempre fazíamos. [...] (P. D.).

[...] A gente fazia cursos à noite, até para as famílias virem aqui. [...] muitas vezes, a escola até promovia coisas e vinham sempre os mesmos. [...] Então, muitas vezes, a escola também não é culpada, ela até tenta fazer alguma coisa e não há um retorno da comunidade. [...] (P. D.).

A mudança da equipe diretiva e da própria perspectiva de trabalho, no que se refere ao entendimento dos problemas socioambientais da comunidade, propondo ações de integração e interação com as famílias, encontrava resistência dos próprios moradores excluídos e aprisionados por sua condição de oprimidos. Dessa forma, a escola precisa compreender que:

Será na sua convivência com os oprimidos, sabendo-se também um deles – somente a um nível diferente de percepção da realidade –, que poderá compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação. (FREIRE, 2011b, p. 67).

A escola, sabendo-se também oprimida, tem o poder de transformar essa condição imposta pelo mercado consumidor, ou seja, sensibilizar, mobilizar e promover ações junto aos diferentes atores sociais necessários nesse processo. A partir daí, o homem sensibilizado e mobilizado pode refletir sobre si mesmo e posicionar-se numa certa realidade: “[...] é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca”. (FREIRE, 2005, p. 14). Por isso:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 2005, p. 14).

O homem como sujeito da sua educação se reconhece enquanto oprimido e em comunhão com outros homens deve lutar pela superação dessa imposição. Mediado pela escola, que auxilia na construção de uma consciência crítica da realidade, tem a possibilidade de se autoquestionar e de questionar os outros, buscando, nessas reflexões, a participação ativa na vida em comunidade através do trabalho cooperativo, de manifestações, movimentos e batalhas diárias pela qualificação da vida. Diante disso, impõe-se um conjunto de desafios ao professor(a)

que precisa preparar seus alunos para enfrentar as incertezas de uma sociedade excludente, sendo que:

[...] a criatividade de cada professor(a), com seus alunos, sua escola e comunidade, se defronta com os desafios reais postos pelas potencialidades e problemas de cada realidade ambiente e, tanto mais por isso mesmo, tem que se afirmar em termos de competência profissional na linha de uma educação para a cidadania. (CARNEIRO, 2002, p. 49).

O trabalho coletivo na comunidade, em interação com a escola e as iniciativas do poder público, cria possibilidades concretas de melhorias nas condições de vida e de valorização da identidade comunitária; isso gera uma gestão-força do lugar, uma vontade de potência que transborda em ações emancipatórias e dinâmicas. Nesse sentido, a educação pode ser um fator de coesão, desde que leve em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, ou seja, a inclusão social. (DELORS, 2012). Para tal, necessita-se do amparo de uma educação *para além do capital*:

A educação *para além do capital* visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma *alternativa concreta* e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 71-72).

A educação, nesse contexto, tem um papel fundamental na construção de uma sociedade sustentável, contrapondo-se aos antagonismos irreconciliáveis do sistema capitalista, formando cidadãos que consigam interrelacionar ação e reflexão na conquista da liberdade e da humanização. Partindo dessa conexão íntima entre educação e transformação social, na busca de uma democracia de alta intensidade, em seguida, será discutida a categoria das condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida.

3.3 Condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração de justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.

Paulo Freire

A análise das condições de convivialidade e da identificação com o espaço da comunidade, entendida como lugar de construção de sujeitos singulares e coletivos, remete ao desenvolvimento de quatro subcategorias que se interconectam em uma rede intrincada de relações, dialogam entre si e com o restante do trabalho: 1) Identidade associada a dificuldades de convívio, preconceitos e exclusão dos atores sociais comunitários; 2) Sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local; 3) Participação popular, envolvimento e valorização do potencial humano e político na comunidade e; 4) Experiência comunitária e qualidade de vida.

3.3.1 Identidade associada a dificuldades de convívio, preconceitos e exclusão dos atores sociais comunitários

A construção da identidade comunitária ocorre ao longo de uma vida dedicada ao desenvolvimento do saber coletivo, do sentimento de pertencimento, de fazer parte, de constituir-se, de edificar-se, de compreender-se e de sentir-se comunidade. Esse saber coletivo é formado a partir de identidades individuais que buscam, na comunhão com o outro, dividir seus medos e ansiedades, encontrando formas de superá-los na interação com seus pares. Por isso:

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. 'Identidade' significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular –

e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (BAUMAN, 2003, p. 21).

Torna-se importante discutir se essas “comunidades-cabide” oferecem uma segurança coletiva para combater incertezas individualmente enfrentadas; mas também é preciso destacar que o saber-fazer coletivo oferece um alento, um conforto e um momento de alívio da solidão aos indivíduos que marcham ombro a ombro ao longo de uma ou duas ruas, montam barricadas na companhia de outros ou roçam os cotovelos em trincheiras lotadas. (BAUMAN, 2003). O conforto e a promessa de segurança fazem da comunidade um refúgio onde os sujeitos têm a oportunidade de compartilhar suas angústias, medos e indignações e, justamente por construir uma identidade nesse lugar-força carregado de intencionalidades, acabam por criar rejeição, preconceito e negação desta compreendida como um espaço-cidadão. Desse modo, sobressaem-se algumas colocações de diferentes atores sociais comunitários referentes a essas questões:

[...] Mercado aqui nada, a partir do momento em que eles descobriram onde é que nós morávamos, quem nós éramos, não entregavam rancho e, quando tu chegava no mercado, mandavam um funcionário andar atrás de ti no mercado. Isso é uma realidade. Conta no comércio, quando eles descobrem quem tu é, não tem como fazer. (S. T.).

Porque assim, o lado de cá é o preconceito que é jogado em cima, não querem saber quem é tu. Joga o preconceito em cima e já era. [...]. (S. T.).

Não, mas o dia que eu sofrer isso aí, eu vou à loucura (referindo-se ao preconceito). Eu quase peguei a filha de uma mulher pelo pescoço por cima da grade. [...] Ela chamou os guris... Vocês viram os guris se criarem. Capaz que os guris vão roubar. [...] Disse que cato lixo pra dar as coisas pra eles não precisarem roubar. (D. M.).

Porque a gente é um povo que não se mistura muito com a população adiante. [...] aonde tu dizes que mora na invasão, a partir de tal horário estão proibidos de entregar qualquer coisa que seja. Não é justo, Leila. Está errado, todo mundo tem direito a tudo da cidade, independente onde seja. E ali tem isso. [...] (J.).

[...] cada vez que eu vou pedir um botijão de gás, tenho que dar referência de onde eu moro antes ou depois da ponte. Depois da ponte, é invasão, antes da ponte, não é. O nome disso é preconceito. (J.).

Ah, o preconceito, a discriminação dos próprios moradores, da própria mídia, rejeição das pessoas. [...] (S. C.).

Na verdade, ela, como qualquer outra mídia, falava que está se instalando uma nova favela. [...] (S. C.).

A dificuldade de construir relações com os “de fora” da comunidade pode ser considerada um fator externo, em outras palavras, um preconceito desenvolvido pelos moradores de outros lugares devido às condições de estabelecimento das pessoas nesse espaço; ou um fator interno, ou seja, um preconceito adquirido, assimilado, aprendido pelos “de dentro” no breve convívio e interação com os “de fora”. É possível afirmar que as identidades comunitárias ostensivamente compartilhadas são consequência ou subprodutos do interminável processo do estabelecimento de fronteiras, sendo que no mundo rapidamente globalizado o que não está acontecendo é o desaparecimento dessas fronteiras. Pelo contrário, mascaradas sob a forma de preconceito, repulsão, negação ou afastamento daqueles que pertencem ou não pertencem à comunidade, estas fronteiras parecem ser erguidas em cada nova esquina de cada lugar decadente do mundo. (BAUMAN, 2003).

O erguimento de fronteiras invisíveis, que segregam e excluem, partiu do surgimento da comunidade como algo novo para os moradores que já viviam no local, funcionando como uma forma de autoproteção com os sujeitos que chegavam em condições desumanas. Segundo o ator social público:

[...] Mas é justamente decorrente de ter sido uma ocupação sem as condições de vidas adequadas. Então, a comunidade na volta automaticamente se autoprotege. Eu não sei que tipo de gente está vindo pra ali e nas condições que estão vindo é por extrema necessidade. [...] Então, à medida que a infraestrutura e a melhor condição de vida vêm sendo oferecidas para essas pessoas, automaticamente, elas vêm sendo inseridas dentro da convivência, digamos assim, do Bairro. [...] (S. F.).

Construir fronteiras que, ainda que subjetivas, fragmentam o espaço urbano pode vir a causar, nos atores sociais comunitários, a introjeção da condição de autodesvalia, a partir da reprodução da visão que os opressores têm deles.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 2011b, p. 69).

Em alguns momentos, essas fronteiras imaginárias formadas pelo preconceito e pela exclusão, que separam a comunidade de outros locais do município de Santa Maria, materializam-se em elementos concretos separando os que vivem dentro da comunidade dos que vivem fora. A construção de um muro pela antiga Viação Férrea, atualmente ALL, para proteger os galpões contra roubos e invasões, que serviam como depósito de materiais, e que também já serviu como abrigo para os recém-chegados moradores da comunidade, nos dias de hoje, diverge opiniões. Além de proteger os bens da empresa em galpões já abandonados, essa fronteira concreta também funciona como um obstáculo que separa e esconde a comunidade do restante do município. (Figura 19).

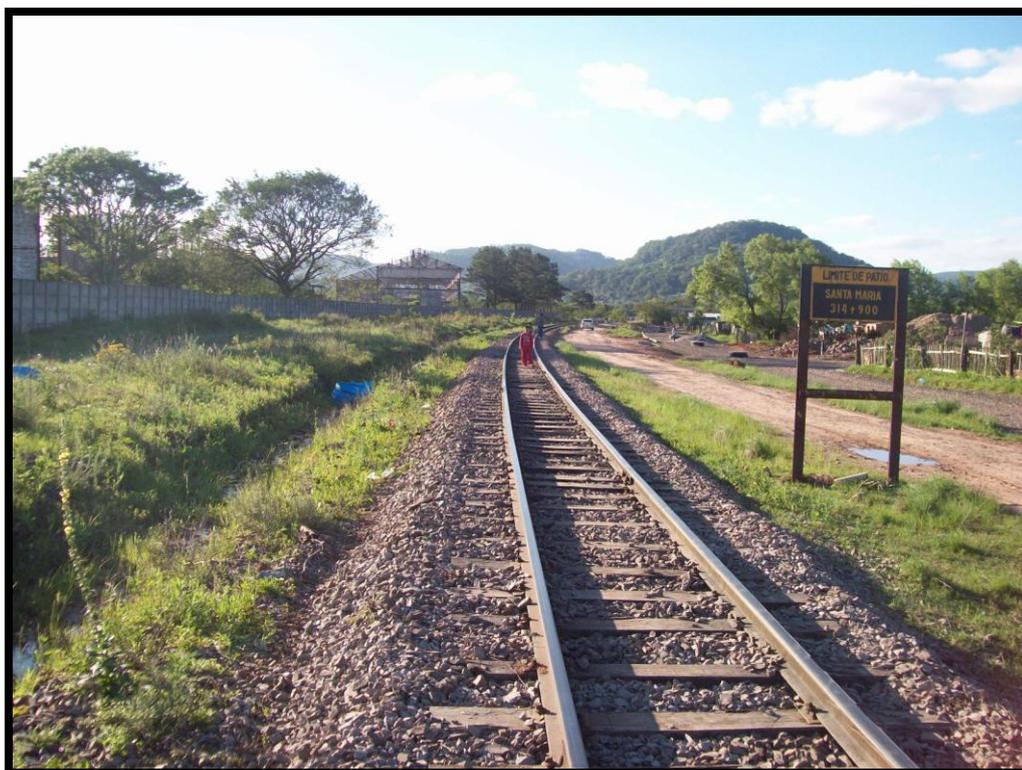


Figura 19: À esquerda, muro que separa os galpões da ALL e o restante do município da comunidade, à direita.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Segundo os atores sociais, educador e moradores da comunidade, o referido muro é identificado como:

Algumas pessoas chamavam de muro da vergonha. (P. D.).

É, e outros de muro de Berlim. Muro do separatismo. Eu fui totalmente a favor da construção deste muro, pois já é um incômodo a menos. Ter que estar ouvindo o seu fulano vindo se queixar que o seu ciclano [sic] entrou lá é vergonhoso isso para a gente. [...] (S. T.).

Não se reconhecem conhecedores nas relações que estabelecem com o mundo e com os outros homens, criando um sentimento de comunidade enfraquecido e esquecido, mas que ressuscita a cada movimento e luta por melhores condições de vida. Essa condição de inferioridade imposta pelos opressores induz os sujeitos comunitários a negar o próprio espaço, criando repulsa e afastamento desse lugar-força. De acordo com um dos atores sociais comunitários:

[...] Eu não gosto daqui. Quando eu saio pra ir pra alguma casa, parece que eu saí... Quando tem que voltar longe, vamos voltar pro inferninho. Eu não gosto não. (D. M.).

Trata-se de uma negação que nega a própria negação, pois, durante o discurso desse sujeito, percebeu-se a indignação e a mobilização frente à luta pela resolução dos problemas socioambientais locais, também no que se refere ao sentimento de pertencimento quando da organização coletiva para, junto ao poder público, conquistar seus direitos de cidadão. Reflexo da opressão e da exclusão frente às desigualdades sociais presentes no município de Santa Maria, ainda sob os efeitos do colonialismo europeu, o preconceito e o afastamento da comunidade constituem-se como elementos que legitimam o descaso e o esquecimento pelos atores sociais públicos. Por isso:

A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade, em princípio. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra. Nada disto, como sabemos, vale para as sociedades sujeitas ao colonialismo europeu. Aí vigoram a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação cuja validade não implicou qualquer relação dialéctica com a emancipação. (SANTOS, B. de S., 2010b, p. 279).

A legitimação dessas questões precisa passar por um processo de tomada de consciência pelos próprios atores sociais comunitários de sua condição de excluídos e oprimidos, além de um reconhecimento governamental e da própria sociedade santamariense da força e do significado da identidade comunitária. Nesse

movimento dialético de afastar-se de si mesmo para, vendo-se sob os domínios da opressão e da exclusão, retornar com um pensamento crítico e ativo capaz de transformar a realidade segregadora em um grito de revolta e de não aceitação dos valores neoliberais.

Descobrir-se pertencente a um grupo social, construindo uma identidade coletiva, reforça a ideia de que a identidade singular, individual, compõe um dos elementos fundamentais de coesão da comunidade. Quanto mais complexos os grupos sociais, tanto maiores as diversidades individuais. No que se refere ao *Homo*, a diversidade aumenta, multiplica-se, intensifica-se com os acontecimentos, acidentes da infância e da adolescência, com a aceitação ou a resistência às influências familiares, culturais e sociais. (MORIN; KERN, 2005).

Essa identidade humana, unidade antropológica, constitui uma das maiores riquezas da espécie humana e da própria sociedade, pois o ser humano é, ao mesmo tempo, uno e múltiplo, singular e coletivo, local e global, felicidade e tristeza, amor e ódio, vitórias e derrotas, em toda sua complexidade. Nesse movimento dialógico e dialético:

Cada ser humano é um cosmos, cada indivíduo é uma efervescência de personalidades virtuais, cada psiquismo secreta uma proliferação de fantasmas, sonhos, ideias. Cada um vive, do nascimento à morte, uma tragédia insondável, marcada por gritos de sofrimento, de prazer, por risos, lágrimas, desânimos, grandeza e miséria. Cada um traz em si tesouros, carências, falhas, abismos. Cada um traz em si a possibilidade do amor e da devoção, do ódio e do ressentimento, da vingança e do perdão. Reconhecer isso é reconhecer também a identidade humana. O princípio de identidade humana é *unitas multiplex*, a unidade múltipla, tanto do ponto de vista biológico quanto cultural e individual. (MORIN; KERN, 2005, p. 59).

A diferença gerada pela singularidade e individualidade de cada sujeito, único em toda sua complexidade, muitas vezes, acaba por dificultar a convivência entre os pares, ocasionando conflitos e desentendimentos que ultrapassam as fronteiras da identidade comunitária. A aceitação do outro, da outridade, deve perpassar pela ideia de que: “A compreensão do outro requer a consciência da complexidade humana “. (MORIN, 2011b, p. 88). Necessita-se da consciência de que não se deve reduzir o ser à menor parte dele próprio, nem mesmo ao pior fragmento de seu passado ou presente.

Essa interação, como base de um desenvolvimento emancipatório coletivo, pode servir como material que junta e “dá liga” ao sentimento de viver em

comunidade, ao pertencimento e à reprodução do grupo. Porém, nenhuma “história de identidade” está imune a correções, sendo reformulada se considerada insatisfatória ou não tão boa como as outras. (BAUMAN, 2003). A inconclusão, inacabamento e incompletude da identidade comunitária dão-se pela multiplicidade de relações que se perpetuam nesse espaço, levando, algumas vezes, aos conflitos, brigas, desentendimentos tácitos e inerentes à complexidade local. Cabe referir, neste aspecto, alguns relatos:

Esse é o grande problema, os que vêm depois. Hoje tem só seis desses 286. Mas aí as dificuldades de convívio, a dificuldade de construir a coisa é exatamente com esses que não conheceram a luta inicial, que vieram depois e chegaram aqui, já encontraram a luta pronta. [...] (S. T.).

Não querem conviver com os defeitos, com a diversidade das pessoas. E isso se torna um problema. Quando você não se entende mais com o vizinho do teu lado, a melhor coisa que tem de fazer é ir embora, porque essa convivência com quem tu não se dá[sic] é problemática. (S. T.).

[...] O problema é assim: chega o fulano ali e tá com problema com o outro lado de cá, aí tenho que fazer o 'interponho' para amanhã ou depois não estarem 'tiroteando' por cima de mim. [...] (S. T.).

[...] Mas, de repente, pode dar uma discussão, mas isso é uma coisa isolada, não é aquilo cotidianamente, todos os dias alguém brigando, discutindo. (S. C.).

A vida em comunidade não é diferente do que ocorre no seu entorno, a dificuldade de convívio e de construção de uma luta organizada com aqueles que chegaram depois, assim como o desentendimento e a incompreensão da diversidade, também faz parte do cotidiano repleto de incertezas no lugar. Em alguns momentos, faz-se necessária a mediação para que os conflitos locais não ganhem dimensões exorbitantes e ultrapassem as fronteiras comunais, cabendo ao líder comunitário, democraticamente eleito, semear a aceitação e o entendimento em busca do bem-viver.

Cabe também evidenciar a eventualidade desses eventos, pois a necessidade de compartilhar as angústias e os anseios e de solidarizar-se com o sofrimento do outro faz com que a energia e o poder dos laços comunitários triunfem diante do egoísmo fragmentador. Por isso:

Se as relações (inclusive a união comunitária) não têm garantia de durabilidade que não seja a decisão individual de 'fazê-las durar', a decisão tem que ser repetida diariamente, e manifestada com tal zelo e dedicação que a faça valer de verdade. As relações escolhidas não durarão a menos

que a vontade de mantê-las seja protegida contra o perigo da dissipação. (BAUMAN, 2003, p. 91).

Para que as relações, e a própria união comunitária, tenham durabilidade e consigam reproduzir-se hodiernamente, precisa-se não de uma reforma ou de uma revolução, mas de uma metamorfose. A partir daí, levanta-se o seguinte questionamento: Pode-se afirmar que a comunidade está andando “rumo ao abismo?” Isso pode ocorrer quando a comunidade torna-se incapaz de tratar seus problemas vitais ou desintegra-se; mas quando, na própria desintegração, é capaz de metamorfosear-se em um metassistema mais rico e hábil para tratar seus problemas, há um ressurgimento da comunidade como um lugar-força de luta pela cidadania emancipatória. (MORIN, 2011e).

A luta para metamorfosear a comunidade em uma comunidade-mundo, em uma comunidade de destino, é aleatória, incerta e tributária dos perigos e imprevisibilidades do caos que, no entanto, lhe são necessários. Essa transformação não implica a destruição da comunidade local em toda sua riqueza e diversidade, mas na interconexão com outras comunidades locais, buscando promover a solidariedade e a compaixão planetárias, numa trama global que conecta os diferentes problemas e busca resolvê-los a partir das capacidades criadoras, do desenvolvimento da compreensão, da bondade e da construção da nova consciência humana. (MORIN, 2011e).

Contraditoriamente, a escola que atende os filhos dos moradores da comunidade, podendo desenvolver um movimento de libertação e de humanização frente ao preconceito e à discriminação dos demais, negligencia a singularidade e a diversidade locais. Assim como com relação ao poder público, constatou-se, na voz do educador, que falta à escola um trabalho diferenciado de valorização humana e de reconhecimento social da comunidade como um espaço emancipatório, que fosse capaz de alimentar e fortalecer a identidade comunitária. Diante disso:

[...] O que eles têm ali? Eles não têm nada, nada que eles possam querer para dizer: 'Eu sou da Estação dos Ventos, aqui tem isso, tem aquilo e tem mais aquilo', eles não têm nada. Nada que os dignifique, que os façam sentirem mais dignos. (P. D.).

[...] eles não se identificam com aquele lugar e não existe um trabalho nem pedagógico da escola em relação a isso e nem da prefeitura, dos poderes públicos em relação a isso. [...] (P. D.).

[...] Tu vendo, nas reuniões, a diferença que era e foi passando a ser. As famílias, as famílias no início eram classe média. Depois, com o tempo, predominavam famílias de classe baixa. Então, foi uma diferença muito grande e a escola tem que se adaptar a isso aí. No início, havia sempre aquela coisa de que tem os da invasão e se pudessem os pais tiravam os filhos daqui por causa dos alunos da invasão. (P. D.).

[...] Então, as pessoas diziam assim: 'Vocês vão ver daqui uns anos'. [...] cada ano ia diminuindo o número de alunos dos trilhos pra cá, até a Rua João Luiz Pozzobon. Então, cada ano, tinha menos alunos de classe média e muito mais da classe baixa que era o pessoal da invasão. (P. D.).

A deterioração e decomposição dos sentimentos que fazem dos sujeitos seres sociais e desejanter da relação com o saber são fundamentados por uma educação descomprometida, descompromissada com a transformação da realidade, do mundo próximo. A falta de recursos básicos a uma vida decente, de trabalhos que fortaleçam a identidade local e destruam o preconceito, comprometem o desejo como vontade de aprender e de descobrir um mundo a partir do saber. A relação com o saber comunitário e o desejo desse saber por parte dos educandos desse complexo lugar deve levar em consideração que:

[...] não há relação com o saber senão a de um sujeito; e só há sujeito 'desejante'. [...] esse desejo é desejo do outro, desejo do mundo, desejo de si próprio; e o desejo de saber (ou de aprender) não é senão uma de suas formas, que advém quando o sujeito experimentou o prazer de aprender e saber. [...] O objeto do desejo está sempre, já, presente: é o outro, o mundo, eu próprio. [...] o desejo do mundo, do outro e de si mesmo é que se torna desejo de aprender e saber; e, não, o 'desejo' que encontra um objeto novo, 'o saber'. (CHARLOT, 2000, p. 81).

Diante da importância e significado dessas reflexões, questiona-se: Como pode o educando da comunidade sentir o desejo e o prazer de aprender o saber construído no seu contato com o mundo, com ele mesmo e com o outro, se a escola, como referência social, não participa no processo de transformação desse lugar? Que sujeito estará sendo formado se o educando é castrado de qualquer desejo e de qualquer saber que não venha de livros didáticos? Levando em consideração que o desejo de saber e de aprender é algo já presente nos educandos, como construir uma identidade forte capaz de resgatar o valor e o significado da comunidade se, com esta, a escola não constrói um diálogo emancipatório, libertador e humanizador?

O papel da escola na comunidade deve ser o de construção de uma consciência crítica e atuante de seus educandos, na sua grande maioria, moradores

do local, focando no desenvolvimento de uma identidade comunitária forte e mobilizadora. A partir do momento em que o diálogo escola e comunidade torna-se contínuo e efetivo, ocorre um processo de transformação social, onde educandos e suas famílias se reconhecem como sujeitos no/do/com o mundo, atores sociais capazes de ressignificar a própria condição de vida.

Revelar a “justa ira”, a indignação e a revolta frente aos processos de exclusão social e de conversão da comunidade numa fonte de mão de obra barata e passiva, é uma das significativas funções da educação emancipatória e comprometida. Portanto:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Trata-se de transformar-se ao transformar o mundo, de recriar a realidade por meio de uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. É por isso que o processo de conscientização está ligado à utopia, implica utopia. Quanto mais conscientizados tornam-se os educandos, mais capacitados estão para serem anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumem junto à educação. (FREIRE, 2001).

Nesse processo dialético de transformação conscientizadora e criadora, no qual os sujeitos tomam posse da realidade, deve haver um afastamento dessa mesma realidade. Ao afastar-se, o sujeito constrói um olhar mais crítico da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que auxiliam a manter a realidade da estrutura dominante. (FREIRE, 2001).

Dessa forma, a educação pode ajudar a manter as estruturas sociais hegemônicas ou instigar os educandos a sentirem sua capacidade e poder de mudança social. Para tal, surge a necessidade de resgatar o sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local, buscando, na própria realidade, elementos que auxiliem os atores comunitários a assumirem uma atitude crítica e utópica frente ao mundo.

3.3.2 Sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local

Compreender o sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local necessita de uma análise da realidade que parta de um pensamento capaz de reconhecer todas as coisas como causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, todas ligadas por uma conexão natural e invisível, interrelacionando as mais distantes e diferentes. Um pensamento que seja capaz de conhecer as partes a partir do conhecimento do todo, e conhecer o todo a partir do conhecimento das partes. Dessa forma:

Há, efetivamente, necessidade de um pensamento: que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes; que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas [...]; que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade. É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto. (MORIN, 2011c, p. 88-89).

Se a vida em comunidade possibilita aos atores sociais mudar a forma de pensar, é preciso, primeiro, que se mude a forma de pensar a comunidade, em outras palavras, que não se analisem os problemas socioambientais separadamente, mas em suas relações, conexões e multidimensionalidade. De fato, é importante, no contexto das complexidades hodiernas, a mudança na forma de ver-se, de olhar para o mundo e do desenvolvimento de outra forma de compreender e analisar as coisas da e na comunidade; porém, se tal processo for fragmentador e reducionista, não se supera a lógica tradicional de base positivista e condicionadora dos problemas apenas em sua linearidade e aparência, negando, dessa forma, a essência. (CAMARGO, 2008; NOGUEIRA, 2009).

Analisar os problemas socioambientais da comunidade utilizando um pensamento integrador e relacional complexo implica, primeiramente, uma compreensão do sujeito como ator social transformador para a qualificação ou desqualificação da vida no lugar. Os sentimentos de pertencimento, reconhecimento, apego, identificação e valorização que os sujeitos têm para com a comunidade influenciam diretamente na sua tomada de atitude e posicionamento perante tal

espaço, refletindo no cuidado ou descaso com o mesmo. Tais sentimentos ficam claros nas reflexões dos atores comunitários:

Nem mesmo assim os filhos, os meus filhos não são meus filhos, são os nossos filhos. O colégio para as crianças, eu não vou lá brigar por causa do colégio dos meus filhos, tem que ir à luta para conseguir colégio para os nossos filhos. Esse nosso tem que estar permanente com a gente. (S. T.).

[...] Tem a questão da família também. Minha família não é pequena, são nove pessoas. Só aqui, mas, na verdade, é todo mundo. (S. C.).

[...] Então, acho que no momento em que eles começarem a se identificar, a dizer assim: 'Eu sou da Comunidade Estação dos Ventos, eu gosto dali', ali tem um centro cultural, ali tem uma escola ou tem um curso disso, um curso daquilo. Eu acho que eles vão começar a se sentirem melhor ali e também vai começar a evoluir mais. (P. D.).

Pensar a comunidade como uma grande família, onde não exista apenas o pronome possessivo meu, mas também nosso, trocando o egoísmo e individualismo por um sentido de coletividade, constitui o elemento fundante das conexões ocultas que existem nesse espaço. Cumpre também destacar a luta diária por reconhecimento como uma política de justiça social que leva ao comprometimento mútuo e diálogo significativo, podendo, eventualmente, conduzir a uma nova unidade, em outras palavras, uma ampliação e não um estreitamento da “comunidade ética”. (BAUMAN, 2003). Nessa perspectiva, destaca-se que:

A mescla de justiça distributiva com uma política de reconhecimento é, pode-se dizer, uma consequência natural da moderna promessa de justiça social nas condições da 'modernidade líquida', ou, como diz Jonathan Friedman, 'modernidade sem modernismo', que é, como sugere Bruno Latour, a era da reconciliação com a perspectiva da coexistência perpétua e, portanto, uma condição que acima de tudo precisa da arte da coabitação pacífica e caridosa; uma era em que não se pode mais ter (ou mesmo querer ter) a esperança de uma erradicação completa e radical da miséria humana, seguida de uma condição humana livre de conflitos e de sofrimentos. (BAUMAN, 2003, p. 73).

Adotar uma política de reconhecimento em um espaço que constantemente luta contra uma política do esquecimento, no que se refere às necessidades básicas no espaço urbano e aos direitos do cidadão, implica um esforço significativo de reposicionamento do ser através do saber. Esse reposicionamento leva ao questionamento dos saberes impostos pela racionalidade moderna como forma de organizar a comunidade e permite a construção de uma consciência comunitária própria a partir dos saberes locais.

Dessa forma, a comunidade ganha força e poder para esmiuçar a intrincada matriz de relações entre os saberes comunitários e os distintos níveis de reflexões (do saber sobre o saber sobre o saber...) a partir da consciência própria da comunidade sobre sua organização interna, os sentidos culturais e as aplicações práticas de seus saberes. (LEFF, 2012). O autoquestionamento dos saberes locais implica a análise sobre:

Os saberes empíricos das comunidades 'tradicionais'; destes saberes sobre os quais as próprias comunidades 'não sabem', como se fossem extensões exossomáticas de seus aparelhos biogenéticos e culturais, e que expressam diversas formas de 'auto-consciência'. [...] Os saberes autóctones que buscam 'saber o que sabem estes saberes', isto é, que se perguntam sobre a organização de saberes conformados por uma cultura – a relação do ideal com o material – e que implicam uma reflexão 'interna' das cosmovisões, dos imaginários, das consciências coletivas, das experiências produtivas e dos saberes práticos. [...] (LEFF, 2012, p. 266).

Trata-se da valorização do conhecimento prévio dos sujeitos, construído por meio de lutas, movimentos e do sofrimento que, constantemente, invade a vida na comunidade, possibilitando o reconhecimento dos saberes comunitários como elementos propulsores à ação comprometida e transformadora. As ações planejadas ou realizadas diariamente constroem, nos atores sociais comunitários, laços que configuram uma identificação íntima, secreta, lá no fundo estes sabem que fazem parte, que compõem, que constroem a comunidade. Essa identificação íntima fica clara nas vozes dos diferentes, mas complementares, atores sociais:

E tu sabes que uma coisa que começou a mudar foi tu dar o nome e tu fazer as pessoas entenderem que aqui é a Comunidade Estação dos Ventos. (P. D.).

[...] acho que é importante que saibam quem somos e porque o sistema faz isso com a gente. [...] (S. C.).

Mas como é que nós chamamos aqui? Km 3, Vila Schirmer. A gente não se aplica a bairro João Goulart, mesmo sendo João Goulart. [...] (S. C.).

[...] Então, isso para nós é muito gratificante, ir morar numa comunidade, fazer parte dela e saber que a gente tem uma grande importância. [...] (S. C.).

Uma identidade-força talvez incompreensível para aqueles que estejam “de fora” da comunidade, mas que, no âmago do seu ser, permite saber que, juntamente com o “eu”, existe o “nós”, que se alguma ameaça espreita seu lugar, encontrará na

solidariedade e na comunhão o poder para expulsá-la para longe do lar comum. Para os “de dentro” é tácita a existência desse sentimento místico e sagrado, que toda comunidade tem necessidade de comunhão e que, por meio dos ritos nos quais comungam os fiéis, sente-se fortemente uma identidade que se liga a um *sobre-racional* e a um *sobre-real*. (MORIN; KERN, 2005).

O reconhecimento da identidade comunitária, do pertencimento a um bairro do município, independentemente da opinião pública, de saber-se sujeito desse espaço e de ser reconhecido como tal, de saber-se importante simplesmente pelo fato de habitar, viver em uma comunidade nos tempos que correm, fortalece a construção de um pensamento contra-hegemônico. Além disso, há também a necessidade do sujeito ser visto, lembrado, observado, estar e sentir-se presente frente aos demais, ser reconhecido de múltiplas maneiras e não ser indiferente diante do olhar do outro. A satisfação dessas “carências” é a base para que os atores sociais possam ver a si próprio e autoavaliar-se de uma determinada maneira, em outras palavras, para a criação da identidade ou do *si mesmo*. (SACRISTÁN, 2002). Diante dos problemas socioambientais que afligem a comunidade:

Ser reconhecido como alguém que é importante para os outros é um vínculo essencial para a integração no espaço social, além de ser uma necessidade básica do sujeito. Trata-se de um laço social cuja transcendência podemos ver em diferentes níveis: desde a carência que supõe a falta de aceitação da pessoa nas relações face a face até a carência que pode ser produzida nos vários âmbitos de atividade social em que, potencialmente, a participação do indivíduo pode ser motivo para sua realização. Qualquer forma de exclusão do indivíduo é uma negação ou uma rejeição a ser ele mesmo, a *pertencer*, a se sentir fazendo parte dos demais. É como declará-lo incompatível com os outros, fora da rede social. (SACRISTÁN, 2002, p. 119).

O que o poder público faz, na figura do ator social público, é negar esse reconhecimento através do processo de exclusão caracterizado pelo abandono, negação e esquecimento. Desse modo, cria barreiras à ânsia de liberdade e independência pelas quais lutaram e lutam os sujeitos da comunidade, além de criar limites para esse desejo considerado insaciável no horizonte de novas reivindicações. A satisfação parcial desses desejos inerentes à condição humana pode ser expressa no diálogo com o ator social público:

[...] a começar pelo nome, isso aí é um nome adotado por eles, batizado por uma moça francesa que veio até a universidade fazer um estudo e propôs esse nome para eles, é o nome deles. Para nós, ainda não é oficial. [...] (S. F.).

Na realidade, a gente reconhece uma associação de moradores e junto com esses trabalhos que estão sendo desenvolvidos, trabalhos de obras de engenharia, nós viemos executando um trabalho social junto com a comunidade. [...] (S. F.).

O discurso demagógico e fantasioso do ator social público, com relação ao andamento das obras do PAC, à valorização e ao respeito da identidade e do sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário, concretiza-se nas soluções propostas que acabaram se transformando em novos problemas. A reestruturação da comunidade necessita de promessas que se concretizem no espaço, que não sejam apenas uma forma de supremacia baseada na dominação do si-mesmo e no governo de outros, correspondendo à existência de uma liberdade que foi dada em uma condição de não soberania. (ARENDDT, 2010). Neste sentido, a imprevisibilidade que o ato de realizar promessas cria, tem uma dupla natureza:

[...] decorre ao mesmo tempo da 'obscuridade do coração humano', ou seja, da inconfiabilidade fundamental dos homens, que jamais podem garantir hoje quem serão amanhã, e da impossibilidade de se preverem as consequências de um ato em uma comunidade de iguais, onde todos têm a mesma capacidade de agir. (ARENDDT, 2010, p. 304).

Essa imprevisibilidade no ato de prometer afeta diretamente o sentido de pertencimento e reconhecimento coletivo, pois se torna difícil construir uma relação de confiança mútua diante da instabilidade de sujeitos e de ações complexas. A dificuldade de construir uma relação de confiança entre comunidade e poder público aprofunda a sensação de medo e insegurança no interior da mesma – apesar de lutar diariamente por seus direitos, vê o fosso entre as massas e o patronato aumentar. Em todas as organizações políticas e sociais, há, de maneira clássica, um fosso entre as massas, que lutam pela melhora imediata e integral de sua situação, e os quadros que, analisando as dificuldades possíveis de ser criadas pelo patronato, limitam e restringem as suas reivindicações. (FANON, 2005).

Mesmo na contracorrente das políticas econômicas neoliberais, a organização e a mobilização comunitárias, quando se realizam por ocasião da guerra de libertação, introduzem, na consciência dos atores, a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Assim, a fase de reconstrução da comunidade

é facilitada pela existência dessa argamassa, trabalhada com sangue e cólera. (FANON, 2005). Essa batalha por um espaço digno e em condições de habitabilidade começa pelo reconhecimento do próprio nome Estação dos Ventos, que mesmo tendo sido criado por sujeitos “de fora” da comunidade, já faz parte da identidade cultural local. Além disso, há também o imperativo de reconhecimento pelo poder público da própria associação de moradores, pois é, com as lideranças e representantes comunitários, que o diálogo deve ser iniciado. Diante disso, é imprescindível o reconhecimento de que:

[...] Esse povo ali não paga imposto, mas é um povo, cada um é um habitante, faz parte da cidade. Tem a sua cultura, tem as suas características, estão fazendo uma história ali, eles merecem serem olhados pela prefeitura. [...] (P. D.).

Essas pessoas que vivem em casas improvisadas nas pontas de ruas ou acotovelam-se em cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que vivem a incerteza do amanhã, são, afinal, aqueles que têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever. Não se tratam de devaneios irresponsáveis, pois se incluem num projeto de mundo que o entorno autoriza. (SANTOS, M., 2012).

Possibilitar aos sujeitos viverem seus sonhos, esperanças e utopias não se trata apenas dos direitos e deveres dos cidadãos, mas de instigá-los a perceberem-se como sujeitos capazes de transformar a própria realidade e de perceberem-se transformados por esta. Chama-se sujeito o esforço do indivíduo para ser um ator, ou seja, para agir sobre seu ambiente e, assim, criar sua própria individuação, chamada subjetivação a partir do momento em que se torna um objetivo positivamente valorizado. (TOURAINÉ, 1998).

Mas para alcançar a condição de ator social, o indivíduo precisa contar com o apoio de entidades sociais fundamentais nesse processo, como a escola, capazes de transgredir e violar as leis e políticas capitalistas excludentes. Apesar disso, o que ocorre é que:

Na nossa época, a gente vinha, seguido a gente tava por aí. Mas a gente não ajudava muito não. [...] Aqui, a relação é mais lá dentro da escola. [...] (P. D.).

E a escola não interage muito não. E, agora, eu acho que tá pior que antes né? (P. D.).

Libertação ou opressão, inclusão ou exclusão, humanização ou desumanização, o fato é que a escola tem um papel fundamental na comunidade, uma vez que representa o espaço de interação, de diálogo, de comunhão com o outro. Como espaço de encontro, de contato, de suprir as necessidades físicas e sociais, a escola contribui na tentativa de construir oportunidades que vão além das fronteiras invisíveis da comunidade. Todavia, pode abster-se de sua função social e distanciar-se da comunidade por medo, insegurança, comodismo ou pura e simplesmente falta de reconhecimento e pertencimento a uma “identidade terrestre” comum. Nesse viés: “A carteira de identidade terrestre do novo cidadão do mundo comporta um agrupamento de identidades concêntricas, a partir da identidade familiar, local, regional, nacional”. (MORIN, 2005, p. 120). Deve-se, pois, resgatar o sentimento de que:

A educação tem muito a ver com a preparação do indivíduo para uma vida privada cheia de inquietações que evitem a solidão como vazio. O conteúdo que nos proporciona é um meio de manter diálogos com os demais – relações simbólicas, no final das contas –, maneiras de continuar vendo e estar com outros sem estar na presença física deles. É uma incorporação à nossa natureza que nos conecta a outros não-presentes, de quem tomamos conhecimento, de quem aproveitamos experiência. É um fator que intervém em nossa identidade pessoal, que passa a ser mediadora de nossa vida com os outros, como indivíduos e como membros de diferentes grupos. Vemos a presença do outro, a avaliamos e mantemos distância ou proximidade com ele, associamo-nos ou não com outros, condicionados pela educação que preenche a sociabilidade e orienta nossa identidade social. (SACRISTÁN, 2002, p. 105).

A educação, reconhecendo os atores comunitários como seres inacabados, incompletos e em aprendizagem constante, tem o poder de transformar suas vidas por meio da conscientização a respeito do mundo como casa comum, lar da humanidade que precisa ser cuidado. Tal cuidado dá-se a partir do local, na participação popular, envolvimento e valorização do potencial humano e político da comunidade, resgatando saberes historicamente construídos no contato com o lugar, com o outro e consigo mesmo. (BOFF, 2011; FREIRE, 2001; LEFF, 2012).

3.3.3 Participação popular, envolvimento e valorização do potencial humano e político da comunidade

Para iniciar o diálogo a respeito da participação popular como um motor à ação comprometida e engajada deve-se, primeiramente, investigar as interconexões entre tal participação e o tipo de desenvolvimento almejado por esse movimento. Entende-se que a forma de desenvolvimento pretendida pela organização e mobilização popular esteja intimamente vinculada à satisfação das necessidades fundamentais dos sujeitos envolvidos. Este pode mostrar-se um desenvolvimento sustentável se conseguir atender tais necessidades para todas as pessoas (princípio de inclusão), exigindo um sentido de equidade e de sensibilidade humanitária para com as demandas de seus semelhantes. Nessa perspectiva, indicam-se nove as necessidades básicas: “[...] *a subsistência, a proteção, o afeto (amar e ser amado), o entendimento (aceitar os outros como são e ser também aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade*”. (BOFF, 2012, p. 139).

A participação popular requer um envolvimento não apenas físico, mas também espiritual, no sentido de que o potencial humano utilizado nesse processo sinta-se realmente parte, que haja um entrelaçamento profundo entre os sujeitos, que os objetivos perseguidos transformem-se em bandeiras de luta e rebeldia. Dessa maneira, o espírito torna-se uma forma de compreensão humana do **Todo**, do qual cada um faz parte consciente e responsável, representando a dimensão mais alta e complexa do ser humano. O espírito vive de bens intangíveis, inerentes ao ser humano como o êxtase diante da grandiosidade do universo, a perplexidade e contemplação diante do surgimento da vida, a capacidade de interação e confraternização entre todos os seres. Outra maneira de manifestação do espírito é por meio da experiência estética da **boniteza** da paisagem, pela comoção diante de gestos de doação aos outros, principalmente pobres, doentes e necessitados. Sua mais alta forma de mostrar-se ocorre na experiência gratificante do amor e do encontro ou mesmo quando se encontra aberto ao diálogo humilde e reverente com a **Energia** que enche o universo e anima a própria vida. (BOFF, 2012; FREIRE, 2011a; MORIN, 2011a).

Participar física e espiritualmente da vida em comunidade exige entrega, dedicação, saber-fazer a prática política, luta, força e envolvimento, buscando, no

âmbito do ser de cada ator social, aquele sentimento que os une em uma imensa consciência coletiva, que os faz serem comunidade, sentirem-se comunidade, respirarem comunidade e sentirem orgulho desse lugar-força. Por isso, torna-se importante destacar alguns trechos das falas dos atores sociais que demonstram esse complexo sentimento:

[...] Os projetos de moradia do PAC foram todos por luta. Muita gente precisou passar dias lá na frente do Palácio do Planalto dormindo na grama, tomando água da torneira quente, porque Brasília é um lugar quente, sem ter um banheiro, sem ter um café da manhã para tomar. (S. T.).

[...] Quem chega, agora, acha que aqui é um condomínio, chegando, aqui, tenho os meus direitos já consagrados. E a coisa não é assim, tem que estar em luta constante. (S. T.).

[...] Muita gente diz que isto aqui é projeto do governo. Não, isto aqui é um projeto de atividade popular, fomos nós que fizemos o projeto. (S. C.).

[...] Mas a maior riqueza que eu vejo é a organização popular. [...] quanto mais gente trabalhando junto, melhor tu vives. [...] Isso aqui é uma obra que as pessoas olham de fora e dizem: Ah, mas vocês estão fazendo uma obra boa. Mas isto aqui é uma obra com a participação popular. (S. C.).

[...] Então, se ele participasse mais de qualquer atividade popular, não só transformaria a vida dele, mas a das outras pessoas. [...] (S. C.).

A necessidade da luta condicionada ao sofrimento e a entrega às causas populares, de mobilização dos atores comunitários, de sua participação ativa numa prática política, na defesa de seus interesses e na compreensão de que estes não devem ser antagônicos aos de seus companheiros, consegue superar o estado de abandono e esquecimento através da “consciência real” pelo “máximo de consciência possível”. (FREIRE, 2011d). A valorização do potencial humano e político na comunidade acontece pelo envolvimento e pela mobilização de sujeitos constituídos pelo desejo a partir de suas relações com o saber, colocando em jogo a questão do valor do que ele aprende. Tem-se, assim, que:

[...] O que tem de melhor, aqui, eu diria que somos nós mesmos. [...] (S. C.).

O que significa viver na comunidade? [...] É tu poder compartilhar o pouco que tu tens com muitos. [...] (S. C.).

A valorização do potencial humano e o significado de viver na comunidade, como solidariedade e partilha com o outro, fazem surgir o desejo de um espaço mais qualificado, com melhores condições de vida e que alimente os sentimentos de

pertencimento e reconhecimento comunitários. Diante disso, afirmar que um objeto, uma atividade, um lugar, uma situação, conectados ao saber têm sentido é dizer que é capaz de provocar um desejo, mobilizar, pôr em movimento sujeitos que lhe conferem um valor. (CHARLOT, 2000). Aprofundando as reflexões, tem-se que: “O desejo é a mola da mobilização e, portanto, da atividade; não o desejo nu, mas, sim, o desejo de um sujeito “engajado” no mundo, em relação com os outros e com ele mesmo”. (CHARLOT, 2000, p. 82).

A participação e o envolvimento popular devem, por um lado, necessariamente, envolver as massas populares num esforço de mobilização e de organização em que elas apropriam-se, como sujeitos, ao lado dos diferentes atores sociais, do próprio processo. Por outro lado, deve engajá-las na problematização contínua e permanente de sua realidade ou de sua prática nesta que, dessa forma, des-vela a realidade e posiciona os sujeitos no *front* de luta e transformação da mesma. (FREIRE, 2011d). O envolvimento nessa participação precisa ser uma iniciativa que venha de dentro da comunidade, uma explosão de fúria e indignação em prol de uma vida digna, usufruindo de todos os direitos do cidadão. A concretização dessas ações e reflexões está expressa nos seguintes diálogos:

[...] A gente começou a perceber que tem de vir da comunidade para o projeto. [...] Tem que conhecer as pessoas, conhecer as famílias, ouvir as necessidades, as suas dificuldades, em cima disso se trabalha. Aí, a coisa funciona. (S. C.).

[...] isto aqui só cresce com as pessoas e as famílias trabalhando juntos. Individualmente tu cresces, mas aí tu ficas isolado do processo e aí tu não consegues avançar. (S. C.).

Mas o que as pessoas querem? Seu espaço para viver. [...] (S. C.).

[...] Baseado na lei, o que são os meus direitos e que não estão sendo colocados em andamento. Tu brigar por aquelas coisas que são fundamentais, que existem, por coisas corretas como saúde, educação, é direito. [...] Aquele que trabalha dentro da cidade, que paga imposto até do pão que compra dentro da cidade, também tem que ter seus direitos. [...] é direito de quem mora na cidade, não interessam as tuas condições de vida. Os direitos do cidadão enquanto morador da cidade, como morador do país. Esta é a briga, a briga não é por coisas diferenciadas, é por direitos iguais. Aos poucos, a gente vai conquistando, os espaços, as pessoas. (S. T.).

O envolvimento político e emancipatório da comunidade nos processos de planejamento das ações, a sua transformação em prática, tomada de decisões e organização de movimentos, levam à construção da autonomia como um princípio político da complexidade comunitária. A união dos sujeitos da comunidade em torno

de causas comuns fortalece e dá poder aos movimentos sociais como organizações representativas dos direitos e deveres locais, mas, para isso, citando as palavras de S. C., é preciso conhecer as pessoas, as famílias, ouvir o que esses têm a dizer, suas necessidades e dificuldades.

O processo de (re)conhecimento do outro como um legítimo na comunidade leva a construção de um conhecimento coletivo, aprofundado e ressignificado nas vivências diárias, cotidianas, que potencializa a mobilização e a organização local. Nesse sentido:

A mobilização e a organização para a ação se fazem a resposta que se dá ao que antes era [...] uma necessidade simplesmente sentida e que agora se torna um desafio, um 'destacado em si'. É como se se fizesse uma descoberta. (FREIRE, 1978, p. 69).

Para que o trabalho coletivo seja realizado como uma ação eficaz e transformadora, implica a adoção de alguns critérios na construção e desenvolvimento de projetos sociais, entre os quais se salienta pelo menos dois: o de se a população da área ou parte dela está envolvida em alguma atividade produtiva sistemática, ou pronta para envolver-se; o dos níveis de participação política da população, ou seja, a resposta ao esforço de mobilização política feito pela associação comunitária da comunidade. Dessa forma, as lideranças devem estar em diálogo constante com a população local, não apenas no momento da seleção das áreas onde atuar e quais problemas socioambientais resolver, mas durante todo o processo de sua ação na comunidade. O MNLM também deve ter um papel importante, não só na escolha das áreas, mas na implantação e no desenvolvimento das ações propostas a partir do diálogo com a comunidade e o poder público. (FREIRE, 1978).

Para chegar a tal nível de ação concreta e coerente com os problemas locais, é necessário o conhecimento dos direitos do cidadão, que precisam embasar juridicamente e estar em constante diálogo com essas ações. Os direitos dos moradores da cidade, independente da classe social ou do lugar onde vivem, precisam ser vistos e respeitados, não apenas pelos iguais, mas pelos representantes do poder público.

E o direito ao entorno? Como, por exemplo, as mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente sem a menor consideração pelas pessoas. E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Além da

privatização impune dos espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc.), hoje, é preciso comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* e os condomínios fechados. O lazer na cidade torna-se um lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. E o direito à privacidade? Atualmente, prédios debruçam-se uns sobre os outros, para que os incorporadores tenham um lucro maior. E a poluição, que parece fazer parte da definição dos espaços urbanos? Os próprios organismos públicos que deveriam ter a obrigação de proteger a população acabam por confundi-la com as suas classificações incompreensíveis e incompletas, e a falta escancarada de ações protetoras da saúde dos cidadãos.

Pode-se, assim, afirmar que: “Mais uma vez o racional se vestira na pele do irracional, tanto o nosso espírito já se habituou à força da propaganda e do hábito, à feiúra e ao abuso”. (SANTOS, M., 2012, p. 64). Aprofundando as reflexões em torno dos diversos níveis de desrespeito e de descumprimento aos direitos dos cidadãos, tem-se um espaço que se empobrece em suas múltiplas dimensões e um cidadão que se vê impotente e incapaz de lutar pelo que constitucionalmente deveria ser-lhe ofertado. Portanto:

O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente mas desobedecida? (SANTOS, M., 2012, p. 65).

A própria existência vivida mostra a cada um que o espaço em que se vive é, na realidade, um espaço sem cidadãos. Sendo assim, a relação dos governantes com a comunidade é uma relação superficial, que potencializa a ideia de espaço sem cidadãos, na qual não há diálogo entre ideias diferentes em busca do bem comum, da qualificação e da dignificação do lugar. Nessa perspectiva, a participação da comunidade nas tomadas de decisões no que se refere às obras do PAC limitou-se ao que:

O projeto do loteamento em si teve, sim, uma exposição à comunidade. [...] pelo menos, em ata ficou registrado que atendeu plenamente os anseios deles. (S. F.).

Além da desvalorização e da falta de reconhecimento dos saberes comunitários pelo poder público, construídos a partir da complexidade das vivências no local, o distanciamento da escola com relação à comunidade alarga o abismo entre os “de dentro” e os “de fora” da comunidade. A escola poderia vir a representar um significativo ator social no movimento de transformação da comunidade em um espaço de inclusão, de solidariedade e de relações humanas, mas:

[...] a escola não é um retrato da comunidade e nem a comunidade não é um retrato da escola. A escola é o espelho da comunidade. Um reflete o outro. Só que eu, no meu ponto de vista, acho que no meio, entre a realidade e o espelho, tem uma barreira que impede que as coisas aconteçam, que é a falta de amorosidade, a falta de consciência, a falta de sentimento, aquela coisa de afetividade mesmo. Porque o professor que trabalha com afetividade, que faz aquilo que gosta, ele vai transformar alguma coisa lá na comunidade. (P. D.).

[...] quando o aluno traz problema de fora para dentro da escola é porque eles estão pedindo um socorro. Só que a escola não é preparada para atender a esse socorro. (P. D.).

[...] Quando não tem afetividade e amorosidade, esses problemas nunca vão ser resolvidos, a escola não vai resolver. A equipe diretiva tem que estar preparada para este tipo de coisa. [...] (P. D.).

Dar as costas aos problemas socioambientais da comunidade ou simplesmente negligenciar os “pedidos de socorro” dos educandos, afastando-se afetivamente dos mesmos, de acordo com o ator social educador P. D., transforma a escola em uma ilha cercada de turbulência e incertezas. Por isso, propõe-se pensar a interconexão entre esses atores sociais a partir de uma dimensão que procure trabalhar com a multidimensionalidade do sujeito e com a dinâmica e complexidade do espaço que ocupam. Nesse sentido:

[...] recomenda-se uma metodologia de problematização, pela qual professores e alunos interagem na elaboração de conteúdos significativos no quadro de tematizações geográfico-ambientais, [...] sob uma perspectiva interessada nas concretudes da experiência vital das comunidades dos alunos e dos entornos das escolas. (CARNEIRO, 2002, p. 46).

Torna-se urgente, nesse viés, uma mudança de perspectiva, de visão de mundo, que proponha uma reapropriação social da natureza sob uma ótica de equidade e justiça; proporcionando “[...] ir além das soluções técnicas de contaminação ambiental, incorporando os saberes populares, bem como a

cosmovisão dos setores sociais marginalizados, na efetivação de tecnologias e práticas ecologicamente sustentáveis”. (CARNEIRO, 2002, p. 42).

Essa dinâmica pedagógico-metodológica que trabalha a partir da interconexão homem e natureza vai além da abordagem do meio ambiente como *recurso didático*, para trabalhar o sujeito em sua integralidade, nas suas dimensões física e espiritual. Sendo assim, cabe ao educador a *responsabilização socioambiental* como tomada de postura e atitude crítica na luta por uma comunidade mais humana e igualitária. Porém, o que se verifica é que:

Então, muitos professores, estou falando de professores, não se envolvem, só comentam. Agora, o educador se envolve. (P. D.).

Então, nem sabem o que está acontecendo e também não há interesse. Não há interesse porque compromete e dificulta. (P. D.).

Assim como há professores que buscam ir além do que apenas passar um amontoado de conteúdos que pouco ou nada têm a ver com a realidade, com os problemas de seus alunos, há também aqueles que abordam, comentam tais situações e não se envolvem, não se emaranham na intrincada teia da vida. De maneira a mudar essa condição, os educadores devem ampliar a experiência para fora do raio de ação que limita as condições e os meios dispostos para o sujeito na família, na comunidade ou mesmo na cultura na qual vive, procurando evitar que tais meios naturais não se transformem em prisões para ele. (SACRISTÁN, 2002). Desse modo, ressalta-se que:

O professor que vem para dar suas aulas, passar conteúdo, entender a realidade do aluno dele e ter um pouquinho de amorosidade, que, para mim, é a palavra-chave, esse aí é o mestre. [...] (P. D.).

Tem aqueles que justamente ouvem na sala dos professores e vão adiante: 'Ah, mas com quem? Como que aconteceu?'. Quantas coisas de pai com filho, de abuso. (P. D.).

[...] Porque, com o tempo, eu fui criando laços com esse pessoal dali, mas é a minha maneira de ser, não é a maneira de ser dos outros. Então, eu me envolvia porque é o meu jeito, agora, as outras pessoas não se envolvem. Então, se os outros não se envolvem, a escola como um todo também não. (P. D.).

O educador precisa estar preparado para envolver-se com a realidade, com os problemas do educando, e o envolvimento em questão implica uma relação de amorosidade, afetividade, carinho, respeito e admiração entre eles. É preciso que o

educador esteja consciente de que a presença de algumas qualidades ou virtudes na sua formação é capaz de humanizar o humano, como a amorosidade, o respeito aos outros, a tolerância, a humildade, o gosto pela alegria e pela vida, a abertura ao novo, a disponibilidade à mudança, a persistência na luta, a recusa aos fatalismos, a identificação com a esperança, a abertura à justiça, sem as quais não é possível a prática comprometida e transformadora, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 2011c). De nada adianta construir uma relação linear e hierárquica, onde o saber do educador é significativamente superior ao saber do educando, ignorando o saber deste último por ser considerado senso comum, conhecimento banal.

O saber do educando, ator social comunitário inserido na realidade da comunidade, tem uma riqueza ímpar ao tratar dos problemas socioambientais locais. Além de suas sofridas histórias de vida e das incertezas do dia-a-dia, que fazem dos educandos seres complexos e dialógicos, a valorização e o envolvimento dos mesmos na construção dos processos de ensino e aprendizagem, na perspectiva da educação problematizadora, transformá-los-ia em sujeitos de uma educação como prática da liberdade. Nessa relação horizontal e igualitária:

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com* as liberdades e não *contra* elas. (FREIRE, 2011b, p. 95-96).

Já não há mais uma educação unidirecional, ninguém educa ninguém, como também ninguém se educa a si mesmo “[...] os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 2011b, p. 96). Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática da “educação bancária”, são de propriedade do educador que realiza uma descrição dos mesmos ou deposita-os na mente dos educandos passivos.

A prática educativa libertária e humanizadora, onde o conhecimento é construído de maneira coletiva e dialógica, valoriza e parte das experiências comunitárias como força local que luta pela conquista da qualidade de vida. A intrincada relação comunidade-escola-poder público, hoje, fragmentada e enfraquecida, para que possa auxiliar na construção de uma nova realidade

comunitária não deve ser incompatível com a abertura de um porvir novo e imprevisível, de um outro porvir que não seja o resultado daquilo que se sabe, daquilo que se quer, daquilo que se pode ou daquilo que se espera. (BONDÍA, 2010).

3.3.4 Experiência comunitária e qualidade de vida

A experiência comunitária, como aquilo que passa, acontece e toca (BONDÍA, 2002) os atores comunitários no espaço local pode levar a um posicionamento crítico e ativo diante da própria realidade ou a um posicionamento ingênuo e de aceitação desta como acabada. O posicionamento crítico e ativo deve levar em consideração que não há ação e reflexão, em outras palavras, a própria *práxis*, distanciada da relação do homem com a realidade. Nesse viés, Freire reflete que:

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. Esta relação homem – realidade, homem – mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, [...], implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir (2005, p. 8).

Desse modo, ação e reflexão, constituintes inseparáveis da *práxis*, formam a maneira humana da experiência, não significando, contudo, que não sejam dependentes, como se fossem absolutas, da realidade em que está o homem. Porém, torna-se fundamental que essa realidade, proibitiva ou não do pensar e do agir autênticos, seja percebida como criação dos homens. Dessa forma, ela não pode, devido ao fato de ser histórica, como os homens que a criam, transformar-se por si só. Os mesmos homens que a criam são os mesmos que podem continuar transformando-a. (FREIRE, 2005).

As experiências na comunidade, capazes ou não de transformação da realidade, partem de sujeitos que, em sua multidimensionalidade, (re)constroem-se e lutam por uma vida mais digna. Desde o processo de ocupação da área, onde hoje está localizada a comunidade, os muitos problemas enfrentados e que ainda persistem, os movimentos e lutas por uma vida mais qualificada, fazem parte da complexidade da teia de experiências que constantemente inundam e encharcam a vida no local. Neste sentido, algumas experiências podem ser lembradas:

[...] estava com fome, com frio, todo molhado e não sabia nem onde que eu estava. (S. T.).

Mas era bem bonito quando não tinha a invasão. [...] Na frente da casa, onde eu moro, era tudo verdinho. Era coisa mais linda. [...] Na minha também tinha um monte de árvores, agora, tu só vê nos trilhos. (V.).

[...] acho que o maior problema que a gente enfrentou aqui e conseguiu superar foi a reintegração de posse, o primeiro. Não, esse foi o segundo. O primeiro mesmo foram os temporais. Por que nasceu o nome 'Estação dos Ventos'? (S. T.).

As dificuldades e as necessidades que interferem na vida dos moradores locais surgem como elementos enriquecedores da experiência, pois, como afirma o ditado popular: “é na dificuldade e no sofrimento que o ser humano cresce e se desenvolve”. Tendo a experiência como um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova, o sujeito desta tem algo de um ser fascinante que se expõe, atravessando um espaço perigoso e indeterminado, pondo-se à prova nele e buscando sua oportunidade, sua ocasião. (BONDÍA, 2002).

A comunidade, como um espaço de incertezas e angústias, mas também um espaço de realizações e de felicidade na convivência com o outro, assim como o próprio corpo, possuem limites e fronteiras que servem para separar o domínio da confiança e do cuidado amoroso da selva do risco, da desconfiança e da perpétua vigilância. Dessa maneira, corpo e comunidade, como abrigos e *front* de batalhas contra a turbulência, a incerteza e o caos, são aveludados por dentro e ásperos e espinhosos por fora. (BAUMAN, 2001). Assim posto:

Corpo e comunidade são os últimos postos de defesa no campo de batalha cada vez mais deserto em que a guerra pela certeza, pela segurança e pelas garantias é travada, diariamente e sem tréguas. Corpo e comunidade devem de agora em diante realizar as tarefas no passado divididas entre muitos bastiões e barricadas. O que depende deles agora é mais do que podem suportar, de tal forma que provavelmente aprofundarão, em vez de aliviar, os temores que levaram aqueles que andavam à procura de segurança a voltar-se para eles em busca de proteção. (BAUMAN, 2001, p. 211).

Por isso, cuidar do corpo, como também cuidar da comunidade, remete a ideia de cuidar da vida que os anima, cuidar do conjunto das interrelações circundantes, interrelações que passam pela higiene, pela alimentação, pelo ar necessário à respiração, pela maneira de vestir, pela forma como a casa comum é organizada e como se situa no interior de um determinado espaço ecológico. Tal

cuidado reforça a identidade como seres nós-de-relações para todos os lados. A partir daí: “Cuidar do corpo significa a busca de assimilação criativa de tudo o que nos possa ocorrer na vida, compromissos e trabalhos, encontros significativos e crises existenciais, sucessos e fracassos, saúde e sofrimento”. (BOFF, 2011, p. 145). Somente dessa maneira, os sujeitos comunitários transformam-se mais e mais em pessoas amadurecidas, autônomas, sábias e plenamente livres, capazes de transformar o cuidado de si em cuidado do outro e do lugar onde vivem.

Não se é capaz de cuidar do local onde vive, tampouco do outro, se não há um cuidado com o próprio corpo, como espírito e matéria que compõem um todo coerente, que remeta à força de ser um humano, traduzida na capacidade de conviver, de crescer e de humanizar-se com as distintas dimensões da vida. Nesse entrelaçamento da experiência como algo que forma o sujeito comunitário e, ao formar, transforma-o, com o cuidado, há uma metamorfose íntima em cada ator social, revolucionando a ternura ao priorizar o social sobre o individual e ao orientar o desenvolvimento para a qualificação da vida dos seres humanos e dos demais organismos vivos. Essa metamorfose faz surgir um ser humano complexo, sensível, solidário, cordial e conectado com tudo e com todos na comunidade, trazendo a qualidade de vida como prioridade e como bandeira de luta. Sendo assim, estruturam-se ações na comunidade no sentido de:

[...] Hoje, nós temos focos de transição de catadores, mas a maior parte do pessoal é empregada, ou pelo menos tem um bico provisório. (S. C.).

[...] Se tu parares para pensar, claro, não são casas apropriadas, mas a maior parte das pessoas tem uma casa, edredon e conforto. Um chalé de madeira medindo seis por sete, cinco por seis, tem sua televisão, sua geladeira. (S. C.).

[...] Mas o projeto em si ali, ele vem para essa questão social, melhorar as condições de vida. (S. C.).

[...] Eu acho que, hoje, a nossa comunidade não é diferente da Schirmer na questão social. Ela se difere na questão da qualidade de vida. Acho que, na qualidade de vida, diferencia, mas a questão social é a mesma. (S. C.).

Trata-se de uma comunidade com os olhos voltados para a transformação social, para a qualidade de vida de seus moradores através da conquista de um emprego, de casa própria, mesmo que precária, de reconhecimento e de toda infraestrutura básica para uma vida digna no espaço urbano. Porém, de acordo com o ator social público, ainda há a necessidade de um processo de conscientização

com relação ao uso e disposição de todos os elementos básicos à vida na comunidade:

[...] conscientizá-los quanto ao uso dos serviços públicos que estão sendo oferecidos, por exemplo, é muito comum eles não saberem usar o vaso sanitário do banheiro, não darem o tratamento adequado à rede de esgoto cloacal. [...] (S. F.).

Todavia, como pode um sujeito ter consciência de uso dos serviços públicos se durante toda sua vida os mesmos foram-lhe negados? Como um sujeito pode saber usar o vaso sanitário se esse “conforto” nunca foi-lhe oferecido? Para serem elevados e redirecionados a um plano mais alto que o oferecido pelo poder público, as características essenciais da comunidade (como os sentimentos de pertença mútua e de responsabilidade comum por um futuro comum, ou a disposição de cuidar do bem estar uns dos outros e de encontrar soluções amigáveis e duradouras para choques de interesses esporadicamente exaltados) precisam de um arcabouço institucional para a formação de opiniões e a constituição de desejos. (BAUMAN, 2013). Neste momento, diante de tal incoerência, destaca-se qual o significado de qualidade de vida para os atores sociais comunitários:

Qualidade de vida é um pouco relativa esta questão. Eu entendo como assim: é ter acesso a algumas coisas básicas: saúde, educação, alimentação, trabalho. Isso aí é o que abre as portas para todo o resto. Claro que, depois disso, vem uma série de coisas: a moradia é uma coisa que não se pode fugir dessa questão. A princípio, acho isso aí: saúde, educação, moradia e todo o resto que envolve essa questão da cidadania. Isso morando aqui nessa comunidade, nessa luta. Agora, se fosse mudar um pouco nesta questão teria que mudar mais coisas. Qualidade de vida é ter uma boa relação ao ponto de tu poderes estar acessando as coisas que, de certo modo, é furtado da gente esse direito, é se manter nos teus direitos de acessar as tuas necessidades primárias. (S. T.).

Suprir as necessidades básicas, usufruir dos direitos básicos do cidadão: saúde, educação, alimentação, trabalho e moradia, constituem intencionalidades que nutrem as reivindicações e as lutas comunitárias por qualidade de vida e na formação do saber da experiência. Nesse viés, o saber da experiência é entendido como a relação entre o conhecimento e a vida humana, que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que lhe acontece ao longo da vida e no modo como vai dando sentido ao acontecer do que lhe acontece. (BONDÍA, 2002).

O processo de conscientização do que vem a ser qualidade de vida e o sentido que este assume para a vida das pessoas na comunidade ganha importância e significado ao colocar ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação por meio de programas de benefício social. De forma complementar, tem-se que:

A qualidade de vida é um valor associado à restrição do consumo, a comportamentos em harmonia com o ambiente, e as formas não depredadoras de aproveitamento dos recursos; questiona os lucros alcançados pelas economias de escala e de aglomeração, assim como a degradação socioambiental causada pela racionalidade econômica que tende a maximizar o lucro presente e a descontar o futuro. (LEFF, 2012, p. 321-322).

A qualidade de vida, critério fundamental do desenvolvimento sustentável rompe com os parâmetros homogêneos do bem estar e oportuniza a adoção de novos indicadores do desenvolvimento humano que interrelaciona os custos do crescimento com os valores culturais e potenciais da natureza, as medições objetivas com as percepções subjetivas. A qualidade de vida se estabelece por meio de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores. Os valores culturais são convertidos em mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da comunidade, convertendo-se no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada um. (LEFF, 2012).

Contudo, como é possível falar em qualidade de vida em uma comunidade onde a satisfação das necessidades primárias do ser humano torna-se objetivo diário para a manutenção da sobrevivência? As condições socioambientais do local chocam e sensibilizam quase que a totalidade de sujeitos que entram em contato com a comunidade, provocando movimentos de solidariedade, comunhão, fraternidade e identificação com as grandes causas humanas. Na voz do ator social educador, a qualidade de vida na comunidade e o choque ao entrar em contato com a comunidade:

Esse contato foi de um choque muito grande porque mesmo sabendo que iria ser diferente, era bem mais pobre do que eu esperava, era bem mais chocante do que eu esperava. [...] (P. D.).

Eles não têm qualidade de vida, mas eles são felizes justamente porque eles não conhecem o que é melhor. Então, eles são felizes dentro daquelas limitações. (P. D.).

É ter o mínimo de condições de vida para ter um pouco de conforto porque muita gente, a maioria, não tem conforto mesmo. Eles vivem com o mínimo. (P. D.).

A união de diferentes, ao mesmo tempo ligados por uma conexão íntima, atores sociais na busca do desenvolvimento comunitário sustentável cria um sentimento de solidariedade e de luta pelo bem comum. Suscita um movimento de resistência nascido após a tomada de consciência ecológica, o aumento do desemprego e a dizimação dos povos:

[...] dos microtecidos da sociedade civil emergem perspectivas de uma economia evidentemente herética para os economistas, a economia da qualidade de vida e da convivência. Foram-se multiplicando as iniciativas de indivíduos, associações ou cooperativas, para criar empregos de solidariedade e de proximidade, de prestação de serviços, de auxílio para necessidades pessoais, de empregados em domicílio, de reinstalação de padarias, artesanais ou de exploração, nas populações. Desse modo, todos trabalham pela qualidade de vida e pela regeneração em nossa civilização. (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 86).

Surge, dessa forma, uma significativa demanda de solidariedade concreta e viva, de pessoas para pessoas, de grupos de indivíduos para pessoas, de pessoas concretas para grupos. Trata-se de uma solidariedade independente de leis e decretos, profundamente sentida, que não seja promulgada por si só, mas dependente da criação de condições de possibilidade para libertar a força de vontade de muitos sujeitos e favorecer as ações comunitárias de solidariedade. “Moralizar, conviver, ressurgir: em torno desses três verbos se estruturam os possíveis desenvolvimentos da solidariedade e da pertença a um destino comum”. (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 81).

A qualidade de vida que se propõe a partir do sentimento de solidariedade precisa estar intrinsecamente relacionada com a educação, no sentido de promover-se a qualidade da educação, uma educação para a qualidade, ou mesmo educação e qualidade de vida. Não importa em que ordem se encontrem, educação e qualidade são sempre uma questão política, de maneira que, distante de tal reflexão, não é possível compreender nem uma nem outra. Com isso: “Não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política

de materializá-la”. (FREIRE, 2001b, p. 24). Essa tomada de atitude política deve passar pelos processos de:

[...] Ler, interpretar, contextualizar, que aí é dar significação ao que aprende, isso aí é básico para... Nada se faz sem amorosidade, eu acho que tem que ter amorosidade e afetividade nesse processo. Se não, não adianta nada. (P. D.).

[...] O dia em que eles aprenderem a ler, aprenderem a interpretar, ler quase todos sabem, eles vão querer descobrir mais, eles vão querer mais, eles não vão incomodar. [...] No momento em que o aluno começa a descobrir que sabe e que pode saber, ele vai modificando os hábitos e as atitudes dele. (P. D.).

Até para eles terem outra leitura de mundo. Além da leitura de mundo que eles têm agora, neste momento. Porque eles passam muita necessidade. (M.).

Dessa forma, não se pode de maneira alguma, na leitura da palavra, desconsiderar o saber da experiência construído na comunidade. A explicação do mundo dos sujeitos comunitários, da qual faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo, explícita, sugere ou esconde o que Freire chama de “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”.

O processo de alfabetização na comunidade, como uma área de miséria, só terá sentido na dimensão humana se, concomitante com ela, realizar-se uma espécie de “psicanálise histórico-político-social” que resulte na extrojeção da culpa indevida. Isso corresponde à “expulsão” do opressor de “dentro” do oprimido, entendendo-o como uma sombra invasora que necessita ser substituída por sua autonomia e sua responsabilidade. Apesar da relevância ética e política desse esforço conscientizador, não se pode parar nele, deixando para um segundo plano o ensino da escrita e da leitura da palavra. Partindo de uma perspectiva democrática, é preciso experimentar com intensidade a dialética entre a “leitura do mundo” e a “leitura da palavra”. (FREIRE, 2011c).

Para promover o diálogo entre leitura de mundo e leitura da palavra, necessita-se de um envolvimento com as pessoas e as questões locais: valorizando os sujeitos e seus saberes prévios; enlameando-se de realidade com a qual se está trabalhando; relacionando-se não apenas profissionalmente, mas humana, afetivamente, com amor; (re)desconstruindo-se a partir do diálogo com o outro; criando oportunidades das pessoas construírem sua própria autonomia; enfim,

sendo realmente um ser humano. O envolvimento do ator social educador com os sujeitos da comunidade e com a própria comunidade fica claro no seu relato:

[...] Dessas pessoas que ficaram ali, a maioria, eu conheço, então, eu sei que, naquele coração, eu transformei alguma coisa. Assim como eles também transformaram... Arrepio-me de pensar. Transformaram no meu. (P. D.).

A riqueza das experiências comunitárias e a complexidade dos sujeitos que batalham diariamente por qualidade de vida exigem um envolvimento e um entrelaçamento entre ações locais e ações públicas. Pensar a comunidade a partir de um pensamento que integre e não separe, que procure compreender os problemas socioambientais a partir de suas interrelações e não isoladamente, que veja, na incerteza e na imprevisibilidade, elementos criadores, permite uma tentativa de visão do todo como forma de compreensão da realidade local.

CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR

Não é a Terra prometida, não é o paraíso terrestre. É nossa pátria, o lugar de nossa comunidade de destino de vida e morte terrestres. Devemos cultivar nosso jardim terrestre, o que quer dizer civilizar a Terra.

Edgar Morin

As ideias, as emoções, até as percepções, por mais pessoais que sejam, estão ancoradas no social.

Bernard Charlot

Partindo da perspectiva do estudo de caso, este trabalho teve como principal objetivo investigar a interrelação entre as ações planejadas ou realizadas pelos atores sociais comunitários e as ações pensadas ou promovidas pelo poder público no sentido de resolução dos problemas socioambientais da Comunidade Estação dos Ventos. Para tanto, discutiu-se, no campo teórico, pressupostos do desenvolvimento local pautados nas ideias de desenvolvimento sustentável na perspectiva do pensamento socioambiental complexo, construindo possibilidades de compreender as questões socioambientais locais em sua multidimensionalidade e interconectividade. Além de fundamentar o trabalho de campo, como recorte diagnóstico da realidade da comunidade, esse referencial possibilitou, e ainda possibilita, a ressignificação de uma visão de mundo inacabada, inconclusa e, por isso, sempre aberta ao diálogo e à imprevisibilidade. A aventura empírica, sempre embasada por suficientes e adequadas construções teóricas, permitiu o desenvolvimento de resultados que indicam potenciais discussões a serem aprofundadas e caminhos a serem trilhados, para que se possa almejar a resolução da totalidade dos problemas da comunidade e, dessa forma, reencontrar uma vida comunitária mais qualificada e cidadã.

A complexidade da vida na comunidade rompe com a visão linear e cartesiana que os “de fora” têm para com os “de dentro”, demonstrando que a construção de um conhecimento prudente para uma vida decente deve originar-se dos próprios moradores, transformando-os em atores sociais da própria realidade. O ponto de partida, pensando na tríade sensibilização-mobilização-ação, precisa ser

um diálogo aberto e declarado dos atores sociais públicos para com os sujeitos comunitários, construindo decisões coletivas e emancipatórias a partir da participação popular, mas que precisa ser social, realmente social.

Os movimentos e lutas organizados e promovidos diariamente na comunidade não objetivam apenas a conquista da infraestrutura básica necessária à sobrevivência dos sujeitos do lugar, mas também, e principalmente, lutam pelo reconhecimento, pela valorização de seus saberes-fazer, pelo respeito, pelo fim do preconceito e pela inclusão desse espaço nos planejamentos e projetos pensados para a melhoria do espaço urbano santamariense. O reconhecimento dos valores comunitários, como importante elemento para a inserção no espaço social, também é uma necessidade básica dos sujeitos e pode ser considerado o oxigênio de sua existência. Boa parte dos esforços e energias empreendidas pelos atores sociais comunitários para conquistar uma existência digna no curso do desenvolvimento de suas vidas é investida no sentido de torná-los presentes perante os demais, e sentirem que “contam”, para que possam desenvolver mecanismos de defesa e suprir carências, criando condições para serem aceitos e terem a atenção dos demais.

Diante dessas intencionalidades que levam os diferentes atores sociais a promover ações visando à qualificação da vida na comunidade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, identificaram-se alguns processos que possibilitaram pensar as interconexões entre as diferentes ações: a) os problemas socioambientais relevantes identificados pelos atores sociais comunitários, público e educador; b) ações locais para o desenvolvimento comunitário; e c) condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida.

Assim, com relação ao primeiro aspecto a) pode-se verificar que a comunidade, apesar das obras do PAC terem sido iniciadas e logo depois paralisadas, ainda carece dos elementos básicos da infraestrutura urbana, como: rede de água, rede de luz, rede de esgoto, vias trafegáveis, tratamento adequado do lixo, iluminação pública, dentre outros. Considerados direitos inalienáveis do homem, além desses, são também a educação, a saúde, a moradia, o lazer. Prover o indivíduo dessas condições indispensáveis a uma vida digna e sadia é um dever do poder público e um direito do indivíduo.

Surpreendidos pela imprevisibilidade, pelo acaso, pela incerteza, ao serem desapropriados de seus lares na Vila Santos, os moradores da comunidade viram-se obrigados a reinventar a própria existência, ocupando o atual espaço da Comunidade Estação dos Ventos. Essa mobilidade forçada levou a uma reorganização socioespacial sem poder contar com a ajuda do governo, criando um espaço de resistência, onde a mobilização e o desenvolvimento de soluções criativas buscavam amenizar os problemas socioambientais que iam surgindo e gradativamente se intensificando.

É esse constante ter de reinventar a si mesmo a partir do contato, da convivência com o outro, ou mesmo da negação de sua própria existência, que transforma a comunidade em um espaço de construção da autonomia e da emancipação social, que, mesmo na contracorrente do consumismo desenfreado, encontra maneiras de tornar-se um espaço-cidadão em um mundo de exclusões. Espaço de resistência, espaço de conflitos, espaço de revoltas, espaço de indignações, espaço de convivência, a comunidade surge como um alento ao desespero e à busca por segurança e liberdade, oferecendo conforto e aconchego àqueles que vão chegando.

Na complexidade dessas interrelações o papel da escola, enquanto instituição fundamental para o desenvolvimento da comunidade, está em desvelar a realidade enevoada pela ideologia dominante, opressora. Construir junto aos moradores da comunidade um processo de alfabetização política capaz de provocar um autoquestionamento ao questionar a situação concreta, problematizar a própria realidade. Também criar a possibilidade de compreensão de que o cidadão não é simplesmente o eleitor ou o consumidor, mas o sujeito de práticas sociais comprometidas com a libertação e a humanização comunitárias.

Tal é a complexidade da comunidade que este trabalho ainda pode ser entendido como uma visão reducionista da realidade local, mas que surge como uma tentativa de fazer-se ver, ouvir e lembrar não apenas pelos governantes, mas pela população de Santa Maria e também pela própria comunidade acadêmica. De tal modo que os moradores não sejam lembrados apenas em momentos de política/eleições, sendo enganados por uma promessa aqui e outra ali, explorando as peculiaridades do lugar ou dos seus habitantes. Tais políticos oportunistas podem comover multidões, sem, todavia, serem obrigados a oferecer um programa coerente, sendo que suas promessas acenam, geralmente, para melhorias

individuais ou coletivas e ações não empreendidas pelos governos anteriores ou por outros políticos, soando aos ouvidos dos eleitores como atitude de oposição ao que havia sido feito antes, ou até mesmo definirem-se como progressistas.

No que se refere ao segundo aspecto b) ações locais para o desenvolvimento comunitário, verifica-se a comunidade como foco de diferentes olhares, de diferentes ações, que, mesmo indo do micro ao macro, acabam por transformar, de alguma maneira, a realidade individual ou a realidade coletiva. Porém, ainda há a carência de políticas públicas realmente efetivas, capazes de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, no sentido de promover um crescimento cooperativo, equitativo, equilibrado, consciente e permeado pela justiça social.

Para além de um desenvolvimento como forma de tirar o envolvimento, de promover o progresso pura e simplesmente pelo progresso, o desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento. Por um lado, pode ser considerado um mito global a partir do qual as sociedades industrializadas alcançam o bem estar, reduzem suas desigualdades extremas e oferecem aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro lado, é uma concepção reducionista, na qual o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Esta última ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura.

Intimamente conectada ao desenvolvimento, a sustentabilidade da comunidade, como comunidade de vida, leva os moradores a pensarem na interexistência e na interdependência, onde todos estão conectados com todos em uma teia abrangente e complexa de relações, uma grande consciência coletiva comunitária. Um sentimento que está acima e além dos conflitos, desentendimentos e negações, capaz de fazer triunfar o ser coletivo, uno e múltiplo, para o qual a realidade apresenta-se como um conjunto de interações que se interretro-influenciam.

Dessa forma, impõe-se uma reconstrução da humanidade e da civilização comunitária para que a comunidade seja sustentável no sentido de restabelecer seu pacto natural com a Terra, considerando todos os demais seres como irmãos e irmãs. Levando em consideração que, nesse conjunto de relações sustentáveis, todos são afetados por todos, no qual há uma comunhão íntima e solidária, quando

um desses seres é afetado negativamente, toda sua estrutura acaba por ser comprometida, interferindo no equilíbrio natural da comunidade como sistema de seres, saberes e relações.

Uma visão de sustentabilidade fundada na relação entre os diferentes atores sociais e a comunidade, entre comunidades distintas, entre atores sociais singulares, parte do conhecimento e dos saberes culturais sobre a riqueza biológica e os potenciais ecológicos do local. Neste sentido, busca-se promover um desenvolvimento local por meio do resgate e da valorização do saber popular, onde os sujeitos comunitários tenham vez e voz no sentido de que possam dizer a sua palavra, demonstrar a sua leitura de mundo. A partir daí, do diálogo de saberes entre representantes do poder público e moradores, poder-se-ia propor ações armadas com a capacidade de transformação social, de dignificação da vida na comunidade, de rompimento com uma visão cartesiana e fragmentadora do lugar.

A sustentabilidade comunitária almejada dialoga intrinsecamente com questões políticas que envolvem a realidade local, como as práticas assistencialistas de base político-partidária, práticas de reuniões esporádicas pela associação de moradores, organização jurídico-política na perspectiva da comunidade e políticas públicas associadas à mobilização comunitária. Para que haja transformações cidadãs no lugar deve haver uma interconexão entre questões políticas locais, promovidas a partir de iniciativas da associação de moradores, e o modelo partidário do município, do estado e do país, em outras palavras, é necessário diálogo entre comunidade e poder público, um diálogo de saberes que construa um lugar-força a partir do desenvolvimento local participativo e democrático.

Se as ações realizadas ou planejadas para a qualificação da vida na comunidade forem unidirecionais, ou seja, partirem apenas do modelo partidário, não conduz a um verdadeiro modo político, e essas ações isoladas, principalmente as iniciativas descomprometidas e desvinculadas da realidade, buscam justificar-se por si mesmas. Válidas por algum tempo, para alguns setores e atores, e em alguns lugares, logo se evidencia a sua incoerência, seja ela intrínseca, seja em função dos outros aspectos da vida social.

A vida política da comunidade conserva sua própria lógica e os partidos que participam ou auxiliam na tomada de decisões – ainda que não sejam verdadeiros – são instituições reais que, algumas vezes, institucionalizam um estado de coisas incapaz de levar a mudanças positivas, já que a tão sonhada representatividade se

torna cada vez mais difícil de ser atingida. Por outro lado, a representatividade assumida por alguns partidos políticos na interconexão com a comunidade ajuda a construir momentos importantes nos processos de mobilização e organização da comunidade para o desenvolvimento de ações transformadoras.

Nesse sentido, a escola como uma instituição política formadora de sujeitos cidadãos críticos e ativos diante da realidade comunitária tem a função de promover a libertação dos oprimidos a partir deles mesmos, na medida em que constroem a consciência da injustiça de sua condição, organizando-se entre si e promovendo práticas que visem transformar as relações sociais desiguais. Porém, para que a escola seja capaz de transformar as pessoas, que ao saberem-se transformadas serão capazes de mudar a comunidade, há necessidade de reforma no pensamento de dirigentes e lideranças que nela atuam no sentido de que se sintam sensibilizados e mobilizados diante do sofrimento e das dificuldades enfrentados pelo potencial humano na comunidade.

Esse cuidado construído pela escola com a comunidade só será efetivo se houver um processo coletivo de educação, em que a maioria participe, tenha acesso a informações e promova o “diálogo de saberes”. O saber popular contidos nas tradições dos mais velhos, nas estórias dos primeiros moradores que viveram na comunidade, que constitui a própria história, confrontado e complementado com o saber científico. Esses saberes revelam dimensões da realidade local e são portadores de verdade e de sentido profundo a ser decifrado e a ser incorporado por todos. O que daí resulta é uma profunda e significativa harmonia dinâmica da comunidade, onde todos os sujeitos, as instituições culturais e sociais, enfim todos encontram seu lugar, interagem, se acolhem, se complementam e se sentem em casa.

Quanto ao terceiro aspecto – c) condições de vida e identidade comunitária: dificuldades de convívio, participação popular, pertencimento e qualidade de vida – tem-se uma comunidade carente de infra-estrutura básica, que acaba por comprometer as condições de vida no local. A identidade surge enquanto tarefa ainda não realizada, incompleta, enfraquecida pelo preconceito, pela falta de reconhecimento e negação do pertencimento, mas que também funciona como um estímulo, um dever e um ímpeto à ação. Por isso, várias questões focadas pelos atores sociais são significativas na potencialização de ações eficazes e duradouras: identidade associada a dificuldades de convívio, preconceitos e exclusão dos atores

sociais comunitários; sentido de pertencimento e reconhecimento comunitário como força local; participação popular, envolvimento e valorização do potencial humano e político na comunidade, e; experiência comunitária e qualidade de vida.

Esses quatro aspectos são fundamentais na compreensão do planejamento e realização de ações construídas no diálogo de saberes entre os diferentes atores, criando possibilidades de um envolvimento emancipatório, cidadão, capacitando os moradores a pensarem e agirem em seu espaço de vida. Dessa forma, compreender o mundo onde vive e, com isso, compreender a si mesmo na relação com o mundo fortalece o sentimento de identidade, funcionando como elemento potencializador do desejo e do sonho de transformação, mas uma transformação capaz de gerar qualidade de vida.

A identidade comunitária alimenta a construção de um saber coletivo formado a partir de saberes singulares, cria um sentimento de comunidade na qual os sujeitos percebem as premissas de sua existência ameaçadas e por isso constroem um espaço-cidadão que lhes garante a sensação de resistência e poder. Talvez sendo incapazes de controlar as relações sociais nas quais se acham envolvidos, os sujeitos se enclausuram em suas comunidades e agem politicamente a partir dessa base, funcionando como um modo de enfrentar e/ou lidar com as contingências.

A comunidade como refúgio, como abrigo, como trincheira, como proteção contra as intempéries geradas pela falta de segurança e liberdade, ao mesmo tempo complementares e excludentes entre si, foi construída a partir de diásporas étnicas de uma longa trilha de imigrantes em busca de assentamento. Sendo assim, as mesmas contradições políticas que obrigaram a massa de refugiados a sair da Vila Santos e se assentar na atual área da Comunidade Estação dos Ventos, os impedem de agir.

Há mais no papel da escola em sua relação com a comunidade do que pura e simplesmente construir conhecimentos capazes de interconectar sua realidade com lugares em diferentes escalas, há um compromisso de cumprir com os deveres éticos do educador juntamente com um querer bem aos educandos e à própria prática educativa. Significa segundo o ator social educador, trabalhar com amorosidade, estar aberto ao querer bem de acordo com a maneira que se tem de autenticamente selar o compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.

Uma das únicas forças capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação da comunidade é a própria escola, cumprindo com isso seu papel de órgão social pelo qual a reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos e seu lugar se torna real. Por intermédio da educação, a força construtiva dos indivíduos se estende e acentua, simultaneamente ampliando e tornando mais emancipadora a força reprodutiva geral de sua comunidade como um todo integrado e eco-auto-organizado. Por isso, cabe a esta instituição social, política, econômica, cultural, biológica e antropológica resgatar o humano do humano, cuidando dos sentimentos, dos sonhos, dos desejos, das paixões contraditórias, do imaginário, das visões e utopias que os atores sociais guardam escondidas dentro de seus corações.

Complementarmente à função social da escola, cabe destacar que a tentativa de dificultar uma visão crítica da própria realidade pelos opressores não atinge os esforços de estruturar a comunidade como lugar-força. Dessa forma, numa perspectiva dialética, a ação funda-se na compreensão da comunidade local enquanto totalidade em si e parcialidade de uma totalidade maior. O desenvolvimento da comunidade local não pode se dar a não ser dentro do contexto total do qual faz parte, em interação com outras parcialidades, levando à construção da consciência da unidade na diversificação, da organização que canalize as forças dispersas e a consciência clara da necessidade de transformação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. de L. A. Reto; A. Pinheiro. Lisboa; São Paulo: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005a.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.

_____. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-29, jan/abr. 2002.

_____. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 2**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

CAMARGO, L. H. R. de. **A ruptura do meio ambiente**. Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, S. M. M. A dimensão ambiental da educação geográfica. **Educar em revista**, Curitiba, n. 19, p. 39-51, 2002.

CARVALHAL, M. D. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DELORS, J. (Coord.). **Educação**: Um tesouro a descobrir. Trad. José Carlos Eufrazio. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO 2012.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. (Coleção Cultura, Volume 2).

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (O Mundo, hoje, Volume 22).

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b. (Coleção Questões de Nossa Época, Volume 23).

_____. **Educação e Mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011c.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011d.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. (Série Pesquisa, Volume 10).

GIRARD, B. et al. As soluções viraram problema. **Revista O Viés**. Abr. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2013/04/as-solucoes-viraram-o-problema/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. **Centro y periferia de la educación ambiental**: un enfoque anti-esencialista. México: Mundi Prensa, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LAHIRE, B. **O homem plural**: as molas da acção. Trad. José Luís Godinho. Lisboa: Stória Editores Ltda., 2001. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: JUNIOR, Arlindo Philippi et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 19-51.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Trad. Jorge E. Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (Coleção Educação Ambiental).

_____. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Discursos sustentáveis**. Trad. Silvana Cabucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 104-161.

_____. O que significa transformar em educação ambiental? In: ZAKRZEWSKI, S. B.; BARCELOS, V. (orgs.). **Educação ambiental e compromisso social**: Pensamentos e Ações. Erechim: EdiFAPES, 2004. p. 265-281.

MANHAGO, E. E. M. **Aspectos Sócio-Ambientais da Vila Presidente Vargas no Bairro Camobi, Santa Maria-RS**. 2006. 36f. Monografia (Licenciado em Geografia) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2006.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, p. 113-132, 1º sem. 2001. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N16.pdf#page=113>. Acesso em: 08 jun. 2010.

_____. **Geografia e meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MERCIER, G. Hacia una teoría del lugar. In: MERCIER, G. et al. **Lecturas en teoría de la geografía**. Bogotá: Ed. da Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 21-40.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Trad: Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011c.

_____. **O método 6: ética**. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011d.

_____. **Rumo ao abismo?: ensaio sobre o destino da humanidade**. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011e.

MORIN, E.; HESSEL, S. **O caminho da esperança**. Trad. Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MORIN, E.; KERN, A.-B. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E.; CIURANA, E.-R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana.** Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

NAQUET, R. Ética e ciência da vida. In: MORIN, E. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 185-195.

NOGUEIRA, V. **Educação Geográfica e Formação da Consciência Espacial-Cidadã no Ensino Fundamental: Sujeitos, Saberes e Práticas.** 2009. 369f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. Os saberes na Educação Geográfica: tecendo uma rede de conceitos e temas voltados à compreensão da espacialidade geográfica. In: _____. **Bases referenciais da Educação Geográfica na formação da consciência espacial-cidadã.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2010.

_____. **Identidade e a força do lugar: traços que configuram um desenvolvimento potencial de Barra Velha.** Barra Velha: fev. 2011a. Disponível: <<http://www.barravelhanossolugarcomum.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Barra Velha: nosso lugar-nação, nossa comunidade de destino.** Barra Velha: fev. 2011b. Disponível: <<http://www.barravelhanossolugarcomum.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Saberes e fazeres em Barra Velha.** Barra Velha: mar. 2011c. Disponível: <<http://www.barravelhanossolugarcomum.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Barra Velha e qualificação da vida: desafios de uma educação contra-hegemônica e assistencialista.** Barra Velha: mai. 2011d. Disponível: <<http://www.barravelhanossolugarcomum.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Cartão Vermelho.** Barra Velha: mar. 2011. Disponível: <<http://www.barravelhanossolugarcomum.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

PERALTA, J. E.; RUIZ, J. R. Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental.** Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. (Coleção para um novo senso comum, Volume 4).

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume 1).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia e uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos, 2).

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, A. C. da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais**: o desafio da totalidade mundo. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação Aplicada às Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com os atores sociais comunitários

1. Identificação dos principais problemas socioambientais pelos moradores:

1.1. Caracterização sócio-histórica – Perspectivas da comunidade:

- 1.1.1 De onde vieram os primeiros moradores da Comunidade Estação dos Ventos? Por que saíram desse lugar? Como vieram?
- 1.1.2 Como foi chegar aqui? O que sentiram quando chegaram? Por quê?
- 1.1.3 O que encontraram aqui? Como era este lugar?
- 1.1.4 Passaram por alguma dificuldade quando chegaram? Quais? Alguém ajudou a enfrentar estas dificuldades? Quem? Como ajudou?
- 1.1.5 Como foi começar a construir a comunidade? Quem ajudou a construir? Onde os primeiros moradores viviam? Tinha ruas? Tinha água? Tinha luz? Tinha rede de esgoto? Se não tinha, o que faziam? Fale mais sobre isso.
- 1.1.6 O que você diria que tem de melhor e o que diria que não é tão bom assim na comunidade? Por quê?
- 1.1.7 Como é a relação da comunidade com o bairro Km 3 e o bairro Presidente João Goulart? E com os outros bairros e comunidades de Santa Maria? Qual é a visão que você acha que as pessoas de fora têm da comunidade? Por quê? Comente mais sobre isso.
- 1.1.8 Você trabalha? Qual é o seu trabalho? Mais alguém na família trabalha? Com o quê?
- 1.1.9 Você considera seu trabalho importante não só para a sua família como também para a comunidade? Por quê?
- 1.1.10 Quais os trabalhos mais realizados pelos moradores da comunidade?

1.2. Levantamento dos problemas:

- 1.2.1 Como é viver na comunidade? Por quê? Fale mais sobre isso.
- 1.2.2 Você acha que a comunidade mudou nos últimos anos? Como? Por quê?
- 1.2.3 Essas mudanças criaram problemas? Quais?
- 1.2.4 O que você acha da construção da rua (perimetral) que atravessa a comunidade? Fale mais sobre isto.
- 1.2.5 Quantas pessoas foram atingidas, realocadas por causa da rua? Para onde elas foram?
- 1.2.6 Como você acha que elas sentiram-se ao ter que sair da comunidade? Por quê?
- 1.2.7 Como é a convivência diária entre as pessoas da comunidade? Existem dificuldades? Quais? Essas dificuldades atrapalham a vida na comunidade? De que maneira? Você acha que elas podem ser consideradas problemas? Por quê?
- 1.2.8 Durante todos os anos em que você vive na comunidade, quais foram os maiores problemas enfrentados? Por quê?
- 1.2.9 Em que momento esses problemas começaram a aparecer? Por quê?
- 1.2.10 A comunidade tem algum projeto ou planejamento para resolver esses problemas? Qual(is)? De que maneira eles podem ajudar a resolver?
- 1.2.11 A comunidade conta com a ajuda de alguém para realizar esses projetos ou planejamentos? Quem? Como eles têm ajudado?
- 1.2.12 Como é a relação da comunidade com o poder público? Fale mais sobre isso.

1.2.13 E o poder público tem prometido ou feito alguma coisa para tentar resolver os problemas da comunidade? O que? Se não, por que ainda não fez?

1.2.14 Quem são os representantes do poder público que mais trabalham com a comunidade? Por quê? Como se dão esses trabalhos?

2. Levantar as intenções dos sujeitos quanto à definição de ações para o desenvolvimento local:

2.1. Sobre os problemas falados anteriormente, quais você acha que mais prejudicam a vida na comunidade? Como prejudicam? Por quê?

2.2. Como você se sente afetado por esses problemas? Ou, de que maneira eles podem interferir na sua vida? Por quê?

2.3. Você acha que seriam necessárias ações na comunidade para melhorar a vida no local? Quais ações? Por quê?

2.4. A comunidade conta com uma associação de moradores? Quando ela foi criada? Como foi criada? Quem são os líderes da associação? Como foram escolhidos?

2.5. Qual a importância da associação de moradores em sua opinião? Ela representa os interesses da maioria? Ela conta com o poder público para resolver os problemas da comunidade? Como?

2.6. Além da associação, existe mais algum movimento na comunidade? Qual(is)? Qual a importância dos mesmos? Como eles ajudam a resolver os problemas da comunidade?

3. Levantamento das condições de vida, da identidade ou sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos da comunidade:

3.1. O que significa viver na Comunidade Estação dos Ventos para você?

3.2. Você acha que a comunidade é diferente dos outros lugares de Santa Maria? Como? Por quê?

3.3. Há um envolvimento dos moradores em geral com as lutas e ações da comunidade? Como?

3.4. Como você e a comunidade são vistos pelos outros? Há preconceitos? Que tipo de preconceitos? Como se dão esses preconceitos? Por quê?

3.5. Há um trabalho coletivo na comunidade? Como é o envolvimento, engajamento, comprometimento dos moradores com esse trabalho? Por quê?

3.6. Há um reconhecimento da comunidade por parte do poder público? Como se dá esse reconhecimento? Por quê?

Apêndice B – Roteiro da entrevista com o ator social público

1. Identificação dos principais problemas socioambientais pelos atores sociais públicos:

1.1. Caracterização sócio-histórica – Perspectivas do poder público:

- 1.1.1. Você conhece a realidade da ocupação Comunidade Estação dos Ventos, localizada no bairro Km 3? Sabe quando, como e por que ela foi construída?
- 1.1.2. O poder público acompanhou o processo de formação da comunidade? Como se deu esse acompanhamento?
- 1.1.3. Durante os primeiros anos de formação da comunidade, houve alguma proposta de realocação dos moradores? Se sim, para onde seriam realocados? Em caso negativo, que planos o poder público tinha para o futuro da comunidade?
- 1.1.4. Quem é ou era o proprietário da área onde está localizada a comunidade? Aquela área foi ou será transferida para a comunidade? De que maneira?

1.2. Levantamento dos problemas:

- 1.2.1. Quais são as maiores preocupações do poder público para com a comunidade? Por quê?
- 1.2.2. Existem muitos problemas naquele lugar? Quais foram os principais problemas identificados pelo poder público na comunidade? Por que eles foram considerados os mais graves?
- 1.2.3. A comunidade conta com infraestrutura básica (água, luz e esgoto)? Se não, como o poder público planeja prover tais necessidades?
- 1.2.4. Existem projetos, planejamentos e/ou ações propostas ou realizadas na Comunidade Estação dos Ventos? Se sim, quais são eles? De que maneira eles podem ajudar a qualificar a vida no local? Em caso negativo, por que isto ainda não ocorreu?
- 1.2.5. Houve a participação dos moradores da comunidade no planejamento e/ou realização dos projetos? De que maneira ocorreu a participação?
- 1.2.6. Há um processo de legalização e reconhecimento dos terrenos e da própria comunidade como espaços legítimos no contexto do município? Se já ocorreu, como se deu o processo? Caso ainda não tenha sido feito, existe um projeto ou planejamento para tal?

2. Levantar as intenções que levaram os representantes do poder público quanto à definição de ações para o desenvolvimento da Comunidade Estação dos Ventos:

- 2.1. Como é a relação do poder público com os moradores e lideranças da Comunidade Estação dos Ventos? Fale mais sobre isto.
- 2.2. Existe o conhecimento por parte do poder público dos movimentos, lutas e reivindicações dos moradores da comunidade? Se sim, como o poder público vê tais ações?
- 2.3. Pode-se afirmar que as reivindicações da comunidade são legais e plausíveis de serem realizadas? Por quê?
- 2.4. O poder público sabe quais são as maiores necessidades da comunidade? Como elas poderiam ser supridas?
- 2.5. A comunidade e o poder público contam com a ajuda de organizações, entidades, estabelecimentos comerciais ou mesmo dos habitantes

santamarienses para a realização de ações naquela área? Se sim, como se dá esta ajuda e qual a importância da mesma?

3. Levantamento das condições de vida, da identidade ou sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos da comunidade pelos atores sociais públicos:

- 3.1. Qual a importância e o papel da comunidade no contexto do município de Santa Maria? Por quê?
- 3.2. Como o poder público vê as transformações realizadas na comunidade ao longo dos últimos anos? Elas melhoraram as condições de vida no local? Por quê?
- 3.3. A comunidade já foi colocada em pauta durante as reuniões da Câmara de Vereadores? Quais foram as questões discutidas?
- 3.4. Você acha que a comunidade é diferente dos outros espaços do município? Como? Por quê?
- 3.5. Por ser uma área de baixa arrecadação de tributos, você acha que a comunidade tem os mesmos direitos que os outros lugares de Santa Maria? Por quê?
- 3.6. Você acha que existe preconceito por pessoas de fora com os moradores da comunidade? Por quê?

Apêndice C – Roteiro da entrevista com o educador

1. Identificação dos principais problemas socioambientais:

- 1.1. Caracterização sócio-histórica – Perspectiva do sujeito educador:
 - 1.1.1. Você sabe quando, como e por que foi construída a ocupação Comunidade Estação dos Ventos, localizada no bairro Km 3?
 - 1.1.2. Como foi seu primeiro contato com a comunidade? O que você sentiu ao entrar em contato com essa realidade? Por quê?
 - 1.1.3. Há quanto tempo você conhece a comunidade? Desde então você acha que a comunidade tem se transformado? Como?
 - 1.1.4. Você acha que a escola, no seu processo de reestruturação administrativa, pedagógica e social, teve e tem importância no processo de transformação da comunidade? Como? Por quê?
- 1.2. Levantamento dos problemas:
 - 1.2.1. Existem muitos problemas nesse lugar? Quais são os principais problemas que você identifica na comunidade? Por que eles foram considerados os mais graves?
 - 1.2.2. Você acha que a comunidade conta com infraestrutura básica para uma vida decente (água, luz e esgoto)? Se não, como você acha que isto poderia ser melhorado? Quem poderia ajudar? Como?
 - 1.2.3. Como você vê a relação entre as pessoas da comunidade? Quais os maiores problemas nessa relação? Por quê?
 - 1.2.4. Você sabe se a comunidade conta com uma associação de moradores? Quando e como ela foi criada? Quem são os líderes da associação? Sabe como foram escolhidos?
 - 1.2.5. Como você vê a relação do poder público com a comunidade? Essa relação contribui na resolução dos problemas locais? Como? Por quê?

2. Identificar o papel da escola ao pensar e definir ações para o desenvolvimento da Comunidade Estação dos Ventos:

- 2.1. Como a comunidade escolar reagiu ao saber que iria atender os filhos dos moradores da comunidade? Por quê? Fale mais sobre isso.
- 2.2. Quanto ao processo de aceitação desse público comunitário na escola, como era e como é a relação dos educandos com colegas de outras áreas do município, professores, funcionários e equipe diretiva? Por quê?
- 2.3. Ao trazer os problemas da comunidade para a escola, como os professores abordavam e trabalhavam tais questões com os educandos? Havia um atendimento diferenciado? Por quê?
- 2.4. Ao acompanhar o processo de formação da comunidade através dos educandos que estudam na Escola Celina de Moraes, em que momento você acredita que eles passaram a interferir na vida dos educandos? Como? Por quê?
- 2.5. Levando em consideração o compromisso social da escola com as pessoas, você acredita que a escola cumpre com seu papel diante da comunidade? Por quê?
- 2.6. A escola realiza ações ou projetos junto à comunidade? Quais? Qual a importância deles? Há uma continuidade?

3. Levantamento das condições de vida, da identidade ou sentido de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos da comunidade pela comunidade escolar:

- 3.1. Qual o significado da comunidade para o processo de construção das ações pedagógico-didáticas na escola? Por quê?
- 3.2. A partir do seu conhecimento do espaço comunitário, como você acha que é a vida nesse local? Pode-se dizer que as pessoas que vivem nesse espaço têm qualidade de vida? Por quê? O que você entende por qualidade de vida levando em consideração a vida na comunidade?
- 3.3. Você acha que os pais de alunos da Escola Celina de Moraes que vivem em outros locais de Santa Maria têm preconceitos com as crianças da comunidade que estudam na mesma escola? Se sim, como se dá este preconceito? Por quê?
- 3.4. Como você acredita que a escola vê os movimentos, lutas e ações coletivas realizadas na comunidade? Há um reconhecimento delas como busca por transformação social? De que maneira?
- 3.5. Há um trabalho na escola no sentido de valorização e reconhecimento da identidade comunitária com os educandos? Se sim, como se dá esse trabalho? Se não, por quê?

Apêndice D – Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO E
DOCTORADO
LINHA DE PESQUISA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICA REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO

Ao longo do ano de 2012, a partir do mês de outubro, iniciou-se no interior da Comunidade Estação dos Ventos, bairro Presidente João Goulart, Santa Maria-RS, e, por consentimento dos atores sociais, a coleta de dados para a pesquisa de mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa Produção do Espaço e Dinâmica Regional no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, intitulada: “**Inter-Ações para o Desenvolvimento Local: um Estudo na Comunidade Estação dos Ventos, Santa Maria - RS**”. Os objetivos desta direcionaram-se a: identificar os problemas socioambientais mais relevantes, presentes na voz dos sujeitos da comunidade; analisar as ações desenvolvidas pelos moradores no sentido de resolução dos problemas socioambientais; analisar os planejamentos e projetos pensados pelo poder público para a comunidade; e avaliar as formas de articulação entre a comunidade e o poder público quanto a ações viáveis na resolução dos problemas socioambientais detectados; e importante tornar esclarecido que:

A) As entrevistas foram gravadas e envolveram um roteiro de perguntas semiestruturadas para atores sociais comunitários e públicos que participaram da pesquisa. As entrevistas ocorreram conforme horários pré-estabelecidos e consenso dos participantes;

B) As observações na comunidade foram desenvolvidas a partir do aceite dos moradores e ocorrendo no tempo pré-estabelecido no cronograma da pesquisa e conforme planejado com o orientador;

C) O uso de documentos como: projetos, planejamentos, mapas, atas de reuniões, propostas, solicitações e outros, foram assegurados em consentimento por seus detentores;

E) Fica assegurada aos participantes a divulgação dos resultados para fins científicos, como revistas, congressos, e a preservação da identidade dos sujeitos, bem como da escola envolvida na pesquisa.

Eu, _____ portador do RG _____
DECLARO TER ACEITADO E PARTICIPADO da pesquisa intitulada “Inter-Ações para o Desenvolvimento Local: um Estudo na Comunidade Estação dos Ventos, Santa Maria - RS”. Declaro estar ciente de ter recebido as devidas explicações e esclarecimentos quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa e concordo que minha participação foi de livre adesão sem ter sido pressionado ou sofrido qualquer forma de imposição. Assim, autorizo o uso do material coletado como dado de pesquisa para os devidos fins a que se destina.

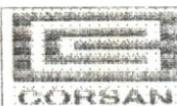
Autorizo,

Data: ____/____/____

Assinatura do participante

ANEXOS

Anexo A – Documentos negando os pedidos de ligação de água pelos moradores



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO CENTRAL - SURCEN
UNIDADE DE SANEAMENTO DE SANTA MARIA - US 179
Rua Cel. Niedermöser, 1355 - Fone: (051) 222-5300 - Fax: (051) 222-5319

V.T. nº 15 /02.

À Prefeitura Municipal
de Santa Maria

Pelo presente informamos que o pedido de ligação de água da Sra. NELITA FENNER SCHIRODER, situado a Rua LUIZ CASTAGNA, LOTE 28, não tem condições técnicas de ser atendido. SOLICITAÇÃO PODE SER ATENDIDA SE TIVER CERTIDÃO DE RUA E NUMERO, AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA E USUARIO COLABORAR COM MATERIAL.

Santa Maria, 25 / 02 /02.


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
p/ Companhia Riograndense de Saneamento



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO CENTRAL - SURCEN
UNIDADE DE SANEAMENTO DE SANTA MARIA - US 179
Rua Cel. Niedermast, 1355 - Fone (055) 222-5300 - Fax (055) 222-5319

V.T. nº 17 /02.

À Prefeitura Municipal
de Santa Maria

Pelo presente informamos que o pedido de ligação de água da Sr. APARICIO ROGERIO RODRIGUES, situado a Rua LUIZ CASTAGNA, LOTE 06, não tem condições técnicas de ser atendido. SOLICITAÇÃO PODE SER ATENDIDA SE TIVER CERTIDÃO DE RUA E NUMERO, AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA E USUARIO COLABORAR COM MATERIAL.

Santa Maria, 25 / 02 /02.


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
p/ Companhia Rio-grandense de Saneamento



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO CENTRAL - SURCEN
UNIDADE DE SANEAMENTO DE SANTA MARIA - US 179
Rua Cel. Niederwuer, 1355 - Fone: (51) 222-5300 - Fax: (51) 222-5319

V.T. nº 08 /02.

À Prefeitura Municipal
de Santa Maria

Pelo presente informamos que o pedido de ligação de água da PRIMEIRA OCUPACAO situado a Rua LUIZ CASTAGNA - TRAVESAS 01 , 02 , 03 04 E 05 , não tem condições técnicas de ser atendido. FALTA +- 100MTS CADA TRAVESSA , SOLICITAÇÃO PODE SER ATENDIDA SE TIVER CERTIDÃO DE RUA E NUMERO, AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA E USUARIO COLABORAR COM MATERIAL.

Santa Maria, 23 / 01 /02.


ERNANI MURARO
CORSAN

p/ Companhia Rio-grandense de Saneamento



COMPANHIA RIOGRANDENSE
DE SANEAMENTO
U. S. - SANTA MARIA

CENTRAL DE INFORMAÇÕES E ATENDIMENTO AO CLIENTE

PROTOCOLO Nº 2324 46

PARA SEU MELHOR ATENDIMENTO
GUARDE ESTE PROTOCOLO E APRESENTE-O
AO RETORNAR.

SERVIÇO:

ATENDENTE:

Offatto

RUA CEL. NIEDERAUER

FONE: 195

Anexo B – Folheto de divulgação demonstrando a existência de movimentos político-partidários na comunidade



Atenção, Atenção comunidade das Ocupações do KM3

***Chega de ser enrolado , queremos
inicio das Obras do PAC já, queremos
Casas de qualidade para todos .***

***Queremos fazer parte do projeto social e
decidir juntos o futuro do KM3, por isso
vamos a luta nesta quarta feira
vamos para praça e em caminhada
ate a Prefeitura, CEF e o Ministério
Publico Federal entregar nossa
reivindicações .***

***Vamos juntos o Ônibus sai do KM 3 as
13:45 desta quarta e volta ate as 17:30
horas. Vamos juntos estamos muito perto
de vermos nossos sonhos realizados***

**MNLMB
Movimento Nacional de Luta pela
Moradia**

**Anexo C – Estatuto Social do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação
dos Ventos**



Art. 7º - Os associados distribuem-se nas seguintes categorias, a saber:

- I - fundadores, aqueles que participaram da Assembléia de constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
- II - beneméritos, os que prestam à entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
- III - participativos, todos os associados não enquadrados nas categorias acima.

Art. 8º - A exclusão do associado será feita por solicitação do mesmo à Diretoria, ou por falta grave do associado, apurada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Para fins do exposto neste artigo, será considerada falta grave o comportamento desabonador ao Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos", em desacordo com suas finalidades ou que obstrua a consecução das mesmas.

Parágrafo Segundo - Para a exclusão do associado por falta grave é necessário o voto concorde da maioria absoluta da Assembléia Geral, sendo garantido ao associado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 9º - A exclusão do associado nos termos do artigo anterior se dará mediante proposta de qualquer outro associado, após procedimento a cargo da Assembléia Geral convocada para tanto e após decisão de 2/3 desta.

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 10º - São direitos dos associados fundadores e participativos do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos":

- I - participar de todas as atividades organizadas pela associação;
- II - participar das Assembléias Gerais, votar e ser votado, atendendo às disposições estatutárias e regimentais;
- III - conhecer os programas, planos de ação e projetos do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos".

Art. 11º - São deveres dos associados do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos":

- I - prestigiar, com sua participação, as promoções da associação, bem como as Assembléias Gerais, cumprindo e fazendo cumprir o presente Estatuto;
- II - servir com dedicação aos órgãos e comissões para as quais for eleito ou designado, zelando pelos interesses da Associação.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 12º - O Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos" será administrado por:

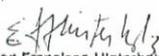
- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal;

Art. 13º - À Assembléia Geral, instância máxima de decisões da associação, compete:

- I - formular as políticas e deliberar sobre os programas e atividades da Associação;
- II - eleger a Diretoria e Conselho Fiscal, na forma deste Estatuto Social;
- III - destituir os administradores;
- IV - reunir-se ordinariamente uma vez por ano, por convocação da diretoria do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos", para prestação de contas e, extraordinariamente, quando convocada, pela diretoria, conselho fiscal ou por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados;
- V - deliberar por maioria simples, correspondendo um voto a cada associado;
- VI - reformar parcial ou totalmente este estatuto;
- VII - propor a contratação de auditoria externa e independente, se for o caso, para auditar a aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral iniciará, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados. Caso não haja quorum, meia hora depois com qualquer número.

Parágrafo Segundo - Para as deliberações a que se referem os incisos III e VI deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, com quorum mínimo de 2/3 dos associados.


Elton Francisco Hinterholz
 REVOGADO OAB/RG 38.427
 11 - FONE: 51.33.1111

Elton Hinterholz

Art. 14º - A Diretoria será constituída por:

- I – Coordenação Geral;
- II – Coordenação de Administração e Finanças;
- III – Coordenação de Educação e Desenvolvimento Social;
- IV – Coordenação de Geração de Trabalho e Renda;
- V – Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer.

Parágrafo Único – Cada Diretoria eleita terá autonomia de criar novas Coordenações, de acordo com suas necessidades.

Art. 15º - Compete à Diretoria:

- I – elaborar e executar programa anual de atividades;
- II – elaborar e apresentar, à Assembléa Geral, o relatório anual;
- III – articular com as instituições públicas e privadas para mútua colaboração com vistas ao desenvolvimento de atividades de interesse comum;
- V – contratar e demitir empregados;
- VI – convocar a Assembléa Geral.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Parágrafo Segundo - O mandato da diretoria será de 2 (dois) anos.

Art. 16º - Compete ao Coordenador Geral:

- I – representar o Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos", ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – convocar e presidir a Assembléa Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- V – assinar, com o Coordenador Financeiro, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da entidade;
- VI – elaborar relatórios periódicos das atividades da Diretoria;
- VII – firmar parcerias com entidades afins que fortaleçam o desempenho das atividades do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos".
- VIII – divulgar os eventos da entidade;
- IX – celebrar convênios com órgãos públicos e particulares.

Art. 17º - Compete à Coordenação de Administração e Finanças:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléa Geral e redigir as atas;
- II – ter sob sua responsabilidade os valores e bens da Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos";
- III – ser responsável pelos recebimentos e pagamentos de despesas, registrando-as em livros especiais;
- IV – fazer a movimentação bancária da associação e assinar, juntamente com o Coordenador Geral, cheques e outros documentos necessários ao andamento contábil da associação;
- V – elaborar o Relatório Financeiro e previsão orçamentária anual que, após conhecimento da Diretoria, serão encaminhados à Assembléa Geral;
- VI – arquivar e organizar todos os documentos referentes às atividades da associação;
- VII – manter todos os associados a par das atividades da Diretoria.

Art. 18º - Compete à Coordenação de Educação e Desenvolvimento Social:

- I – coordenar a execução dos projetos sociais da associação;
- II – organizar a prestação dos serviços oferecidos à comunidade;
- III – elaborar relatórios periódicos das atividades.

Art. 19º - Compete à Coordenação de Geração de Trabalho e Renda:

- I – organizar núcleos temáticos para o estudo de alternativas de geração de trabalho e renda;
- II – desenvolver empreendimentos de economia popular solidária em benefício da comunidade;



Elton Francisco Hinterholz
 Elton Francisco Hinterholz
 DIVULGADO DANES, 11/07/2017

Roberto S. Lacerda

- III – realizar oficinas e cursos profissionalizantes;
- IV – coordenar os projetos de geração de trabalho e renda da associação;
- V – elaborar relatórios periódicos das atividades.

Art. 20º - Compete à Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer:

- I – organizar atividades recreativas, culturais e esportivas com a comunidade;
- II – realizar reuniões temáticas com a comunidade;
- III – promover oficinas de conteúdo cultural abertas à população do KM 3;
- IV – elaborar relatórios periódicos das atividades.



Art. 21º - O Conselho Fiscal é a instância encarregada do controle econômico e financeiro do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos" e compõe-se por três membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada dois anos, na mesma data da eleição para a Diretoria.

Art. 22º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I – examinar, a qualquer tempo, o destino das despesas e a aplicação da receita e denunciar à Assembléia Geral eventuais erros administrativos encontrados no tocante aos aspectos financeiros da associação;
- II – emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria no final de cada gestão;
- III – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- IV – assumir a coordenação da Associação no caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente, Vice-presidente e secretários, convocando no prazo de trinta dias a Assembléia Geral para nova eleição.

Parágrafo Único - A cada reunião do Conselho Fiscal, um dos seus componentes será responsável pela condução da mesma, obedecendo a rodízio.

Art. 23º - As reuniões do Conselho Fiscal serão sempre lavradas em ata.

Art. 24º - No caso de impedimento de um dos componentes do Conselho Fiscal, a Assembléia Geral deverá indicar o substituto.

Art. 25º - A composição da Diretoria do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos" será definida, a cada 2 (dois) anos, em Assembléia Geral Ordinária.

Art. 26º - À Diretoria compete coordenar e dinamizar as reuniões da associação.

Art. 27º - Poderá a Assembléia Geral instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados no mercado, na região correspondente à área de atuação.

Art. 28º - Os associados poderão ser indenizados por eventuais despesas havidas no exercício de atividade da associação, desde que devidamente comprovadas e mediante aprovação do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V – DAS ELEIÇÕES

Art. 29º - A cada 2 (dois) anos, a Assembléia Geral Ordinária elegerá a comissão eleitoral e aprovará o regimento eleitoral.

CAPÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO

Art. 30º - O patrimônio do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos" é formado por todos os bens, direitos e obrigações que possuir, tais como: imóveis, utensílios, veículos e equipamentos em geral.

Art. 31º - No caso de extinção da associação, seu patrimônio líquido será revertido em benefício de instituição congênera com a mesma qualificação jurídica, definida em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.


 Elton Francisco Hinterholz

Parágrafo Único – Na hipótese da associação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recurso público durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido para outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO VII – DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 32º - Os recursos do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos" serão provenientes de atividades próprias, doações, repasses de recursos federais, estaduais, municipais ou internacionais.

CAPÍTULO VIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 33º - A prestação de contas da associação observará as seguintes normas:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – As contas da associação devem ser aprovadas anualmente pela Assembléia Geral Ordinária.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º - O exercício administrativo e financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35º - É vedado ao associado fazer-se representar por procuração nas Assembléias Gerais do Centro de Desenvolvimento Comunitário "Estação dos Ventos".

Art. 36º - Para reforma do presente estatuto ou extinção da associação será necessária convocação de Assembléia Geral Extraordinária com fim específico e com a presença, em primeira convocação, da maioria absoluta dos associados e, nas convocações seguintes de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo Único – Para as deliberações de que trata este artigo será necessária a decisão concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral.

Art. 37º - O presente estatuto entra em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 39º - Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

Santa Maria, 6 de maio de 2006.

OFÍCIO DOS REGISTROS ESPECIAIS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DA COMARCA DE SANTA MARIA - RS
R. VENÂNCIO AIRES, 2199 - CP. 393 - CEP 97010-005
FONES: (0**55) 222-9133 - 223-4922 - FAX: 222-7937
REGISTRADO HOJE SOB N.º 1201 NO LIVRO A
R. 14 DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS.
SANTA MARIA - RS, 07/11/2006.

PAULO ODILON XISTO - REGISTRADOR
GLACIR MARIA XISTO - SUBSTITUTA
REGINALDO SILVA BECKER - SUBSTITUTO
ENCILUMENTOS: R\$ 72,90

Coordenador Geral



Elton Francisco Hinterholz
ADVOGADO OAB/RS 13.477
SANTA MARIA, RS, 11/5/7
BEP 97010-005

OFÍCIO DOS REGISTROS ESPECIAIS
Tabelionato de Protestos
Registro de Pessoas Jurídicas
Registro de Títulos e Documentos
Tabelião e Registrador:
PAULO ODILON XISTO
Substitutos: REGINALDO SILVA BECKER e
GLACIR MARIA XISTO
R. VENÂNCIO AIRES, 2199 - CP. 393 - CEP 97010-005
FONES: (0**55) 222-9133 - 223-4922 - FAX: 222-7937
SANTA MARIA - RS - BRASIL

Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos

Associados Fundadores

Fabiana Pereira Ribeiro, brasileira, solteira, do lar, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 6060679427 CPF: 881.348.650-20;

Ecilda Ferreira Barcelos, brasileira, casada, doméstica, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 3071353969 CPF: 003.210.490-12;

Ester Miranda Pereira, brasileira, viúva, doméstica, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 2085365282 CPF: 655.355.421-10;

Aparício Rogério Rodrigues, brasileiro, separado, comerciário, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 6043318306 CPF: 536.418330-00;

Jocemar Almeida Fagundes, brasileiro, solteiro, confeiteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 3093617873 CPF: 003810160-21;

Jan Carlos Ferreira Machado, brasileiro, casado, leiturista, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 1046345409 CPF: 498.687.130/72;

Aldo José Sanvindo, brasileiro, separado, motorista, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Rosilei Castro dos Santos, brasileira, casada, do lar, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Jorge Antonio Dias, brasileiro, casado, carpinteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Dorivaldino Santos da Rosa, brasileiro, solteiro, carpinteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Outobriano Pereira da Silva, brasileiro, casado, jardineiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Eliseu Eduy Goulart Jr., brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS.



Fabiana Pereira Ribeiro

E. Hinterholz
 Elton Francisco Hinterholz
 ADVOGADO OAB/RS 38.444
 R. FARFEL, 1015/700
 97010-000 - 910 - CEP Santa Maria

Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos

Diretoria

Coordenação Geral

Fabiana Pereira Ribeiro, brasileira, solteira, do lar, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 6060679427 CPF: 881.348.650-20.

Coordenação de Administração e Finanças

Ecilda Ferreira Barcelos, brasileira, casada, doméstica, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 3071353969 CPF: 003.210.490-12;

Ester Miranda Pereira, brasileira, viúva, doméstica, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 2085365282 CPF: 655.355.421-10

Coordenação de Geração de Trabalho e Renda

Aparício Rogério Rodrigues, brasileiro, separado, comerciante, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 6043318306 CPF: 536.418330-00

Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer

Jocemar Almeida Fagundes, brasileiro, solteiro, confeiteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 3093617873 CPF: 003810160-21.

Coordenação de Educação e Desenvolvimento Social

Jan Carlos Ferreira Machado, brasileiro, casado, leiturista, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS. RG: 1046345409 CPF: 498.687.130/72.

Conselho Fiscal

Titulares

Aldo José Sanvindo, brasileiro, separado, motorista, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Rosilei Castro dos Santos, brasileira, casada, do lar, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS;

Jorge Antonio Dias, brasileiro, casado, carpinteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS.

Suplentes

Dorivaldino Santos da Rosa, brasileiro, solteiro, carpinteiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS.

Outobrinho Pereira da Silva, brasileiro, casado, jardineiro, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS.

Eliseu Eduy Goulart Jr., brasileiro, solteiro, auxiliar de serviços gerais, residente à rua Luis Castagna, s/n, Assentamento Estação dos Ventos, KM 3, bairro João Goulart, Santa Maria/RS.

Elton Francisco Hinterholz
Elton Francisco Hinterholz
ADVOCADO OAB/RS 39.427

**Anexo D – Ata de Fundação e Eleição da Primeira Diretoria do Centro de
Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos**

ATA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO ESTAÇÃO DOS VENTOS

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Rua Luiz Castagna, s/n, Assentamento "Estação dos Ventos" KM 3 – Bairro Presidente João Goulart, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, reuniram-se com o intuito de fundar uma associação sem fins econômicos, denominada Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos, as seguintes pessoas: Fabiana Perira Ribeiro, Ecilda Ferreira Barcellos, Ester Miranda Pereira, Aparício Rogério Rodrigues, Jocemar Almeida Fagundes, Jan Carlos Ferreira Machado, Aldo José Sanvido, Rosilci Castro dos Santos, Jorge Antonio Dias dos Santos, Dorivaldino Santos da Rosa, Outobrinho Pereira da Silva e Eliseu Eduy Goulart Júnior, todos brasileiros, maiores, residentes em Santa Maria. Para dar início aos trabalhos, foi aclamada presidente da reunião a Sra. Fabiana Pereira dos Ribeiro, que nomeou a mim, Jan Carlos Ferreira Machado, secretário. Em seguida, a Sra. Presidente fez a leitura de uma proposta de Estatuto Social, que logo depois foi colocada em discussão. Após as alterações pertinentes, sugeridas pelos presentes, a Presidente pôs em votação a proposta final de Estatuto, a qual foi unanimemente aprovada. Ato contínuo, foi escolhida a primeira Diretoria da associação, de forma a preencher os cargos previstos no Estatuto aprovado, ficando composta pelas seguintes pessoas: Fabiana Pereira Ribeiro, como Coordenadora Geral; Ecilda Ferreira Barcellos e Ester Miranda Pereira, Coordenadoras de Administração e Finanças; Aparício Rogério Rodrigues, Coordenação de Geração de Trabalho e Renda; Jocemar Almeida Fagundes, Coordenador de Cultura, Esporte e Lazer e Jan Carlos Ferreira Machado, Coordenador de Educação e Desenvolvimento Social. Escolhida a Diretoria, passou-se a eleição do Conselho Fiscal, o qual ficou assim composto: , como membros titulares e Dorivaldino Santos da Rosa, Outobrinho Pereira da Silva e Eliseu Eduy Goulart Jr., como suplentes. Constituída a Diretoria e eleito o Conselho Fiscal, foi colocada a palavra à disposição para observações e encaminhamentos. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou constituído o Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos. Em seguida, foi suspensa a reunião pelo tempo suficiente à redação desta ata. Reaberta a reunião, foi esta ata lida e discutida. Posta em votação, foi aprovada por unanimidade, e vai por mim assinada, bem como por todos os presentes à Assembléia.

OFÍCIO DOS REGISTROS ESPECIAIS
 Tabelionato de Protestos
 Registro de Pessoas Jurídicas
 Registro de Títulos e Documentos
 Tabelão e Registrador:
PAULO ODILON XISTO
 Substitutos: REGINALDO SILVA BECKER e
 GLACIR MARIA XISTO
 R. VENÂNCIO AIRES, 2199 - CP. 393 - CEP 97010-005
 FONES: (0**55) 222-7533 - 223-4922 - FAX: 222-7937
 SANTA MARIA - RS - BRASIL

OFÍCIO DOS REGISTROS ESPECIAIS
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 DA COMARCA DE SANTA MARIA - RS
 R. VENÂNCIO AIRES, 2199 - CP. 393 - CEP 97010-005
 FONES: (0**55) 222-7533 - 223-4922 - FAX: 222-7937
 REGISTRADO HOJE SOB N.º 4201 NO LIVRO A
 N.º 14 DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS.
 SANTA MARIA - RS, 07/05/2006.

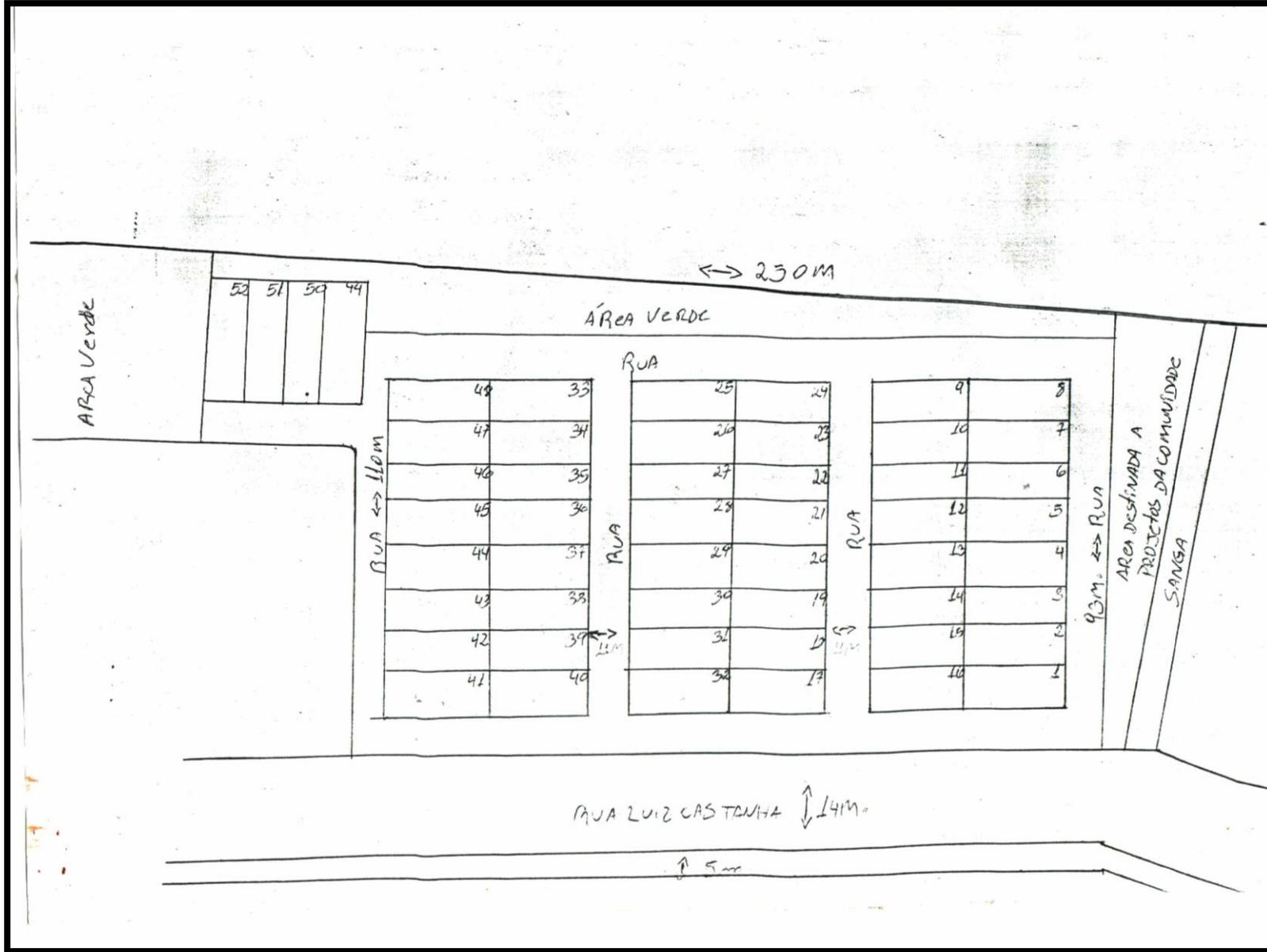
PAULO ODILON XISTO - REGISTRADOR
 GLACIR MARIA XISTO - SUBSTITUTA
 REGINALDO SILVA BECKER - SUBSTITUTO
 EMOLUMENTOS: R\$ 72,90



Fabiana Pereira Ribeiro

E. Hinterfoiz
 Elton Francisco Hinterfoiz
 ADVOGADO OAB/RS 39.427
 1100 AIRES, 1911 51 702 SM
 FONE: (51) 222-2819

**Anexo E – Mapa Construído pela Própria Comunidade Organizando a
Distribuição dos Terrenos e Ações Locais**



**Anexo F – Abaixo-Assinado pela Representatividade e Reconhecimento das
Decisões Coletivas na Comunidade com Relação à Sede da Associação
Comunitária e Terreno Destinado à Construção de uma Horta**

ABAIXO ASSINADO

Nós abaixo assinados, através deste viemos fazer saber a quem possa interessar por direito ou não que sempre acreditamos na força do coletivo, ou seja que dois pode mais do que um desde que estejam, defendendo algo democrático e bem, visando o melhor para todos.

Assim sendo esclarecemos que o terreno destinado por nós moradores fundadores desta comunidade não entrou em discussão sobre obras de qualquer procedência que não seja a sempre proposta que se trata de um prédio que vai abrigar a Sede de nossa comunidade e futura Associação Comunitária que terá função coletiva.

Não havendo portanto nenhuma negociação e acordo com a comunidade local nós consideramos ilegal qualquer decisão que não tenha o apoio, opinião, consulta e decisão da comunidade diante desta situação atual afirmamos que não haverá acordo.

Aproveitamos também para os que ainda não sabem que:

Já conseguimos doações de materiais para a construção do nosso prédio no terreno destinado para a sede.

O terreno que o coletivo destinou para a horta e que no momento encontra-se servindo para abrigar mato, será a partir de abril limpo e tocado pela comunidade e todos que quiserem participar semeando e plantado hortaliças, legumes, verduras e outros, lembramos por tanto que este trabalho da horta será executado com quantos tiverem presentes alguns ou todos não faz diferença, mas o objetivo é o coletivo tanto nos trabalhos quanto no consumo.

Sendo o que tínhamos para o momento agradecemos e assinamos.

ASSINATURA	DOCUMENTO
------------	-----------